

SHIRLY BILRO MEDEIROS

VINHO, GENEVRA E CHAMPANHE

Pedaços da vida no Realismo queirosiano

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra

2011

Dissertação de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a
orientação do Professor Doutor Albano Figueiredo

Deve-se estar sempre embriagado. Nada mais importa. Para que o horrível fardo do tempo não vos pese sobre os ombros e vos faça pender para a terra, deveis embriagar-vos. Para que não sejais os escravos martirizados do tempo, embriagai-vos sem cessar. De vinho, de poesia ou de virtude, à vossa escolha.

Charles Baudelaire, *Oeuvres Complètes*

Ao Doutor Albano Figueiredo, meu orientador, por ser paciente e incansável
e ter tornado as minhas ideias muito mais claras e evidentes.

À Ana Luíza e à Ana Clara, por suportarem a minha ausência.

RESUMO

A Dissertação incide no estudo das bebidas vinho, genebra e *champanhe* enquanto elementos fundamentais para a compreensão do universo ficcional queirosiano. Analisa, por isso e em particular, o modo como a construção romanesca de algumas das mais conhecidas personagens e de alguns dos mais célebres episódios, ambientes e cenários da escrita de Eça dá corpo a muito representativos pedaços da vida do século XIX, o tempo do Realismo.

A partir das cinco obras seleccionadas como *corpus* coloca-se em evidência o conjunto de temperamentos, hábitos e costumes do(s) ser(es) humano(s) individual(is) ou da sociedade em que se insere(m) e o alcance, sob vários pontos de vista, da observação queirosiana de percursos sociais, culturais e psicológicos. As bebidas, especialmente o vinho, a genebra e o *champanhe*, acompanham uma rica e vasta galeria de figuras, ora em contexto de sociabilidade, ora em atitudes de dissimulação e hipocrisia, ora em rasgos de sensibilidade e sentimentalismo. Não raro, é por via desse escopo que as narrativas ganham em autenticidade, traço singular que revela como tal componente do universo alimentar se pode correlacionar de forma tão próxima e quase única com a criação artística a que a palavra dá voz.

Palavras-chave: Literatura, Realismo-Naturalismo, Eça de Queirós, vinho, genebra, *champanhe*, vida.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the study of drinks such as wine, genebra and champagne as key elements to understand the fictional universe of Eça de Queirós. In this sense, it intends to assess particularly as the Romanesque composition of some of the most known characters, as well as the most remarkable episodes, environments and scenes into the Eça de Queirós literature gives substance to representative pieces of the 1800's life, the period of Realism.

In the five selected works is evident a set of individual and societal habits and behaviors, as well as the author's point of view and comments about social, cultural and psychological topics. In these works the drinks, especially the wine, genebra and the champagne, are related to a huge amount of characters in different contexts such as: sociability moments, dissimulation and hypocrisy attitudes or in flashes of sensitivity and sentimentality. This fact brings authenticity to the narrative, in which the opinion of the author is correlated to the alimentary universe.

Key-words: Literature, Realism, Eça de Queirós, wine, genebra, *champagne*, life.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1	15
A obra literária queirosiana e o Realismo	15
1.1 - Da importância da Literatura na sociedade	166
1.2 - No Realismo a sociedade está no centro do romance.....	17
1.3 - Eça denuncia a realidade	21
1.4 - As bebidas na narrativa queirosiana	29
1.5 - Olhar sobre a bebida, olhar sobre o homem	38
CAPÍTULO 2	42
Pedaços da vida pelo vinho, pela genebra e pelo <i>champanhe</i>	42
2.1 - A embriaguez dos sentidos	47
2.1.1 - <i>O Crime do Padre Amaro</i>	48
2.1.1.1 - A sede do clero	50
2.1.1.2 - A insustentabilidade da Carne.....	55
2.1.2 - <i>O Primo Basílio</i>	59
2.1.2.1 - O champanhe e a entrega	63
2.1.2.2 - Juliana, gluttona e sedenta.....	66
2.2 - <i>Os Maias</i> ou o <i>chic</i> das expressões e dos sentimentos	70
2.2.1 - O vinho e o convívio social	73
2.2.2 - Carlos e Maria Eduarda	80
2.3 - A bebida e o tempo da vã agitação e da libertação.....	85
2.3.1 - <i>A Cidade e as Serras</i>	86
2.3.1.1 - A frialdade das cidades grandes	87

2.3.1.2 - O retorno às origens	94
2.3.2 - <i>A Capital!</i>	99
2.3.2.1 - Genebra, a realidade	100
2.3.2.2 - Champanhe, a quimera	104
CAPÍTULO 3	109
Eça nos caminhos da ética e da estética da verdade	109
3.1 - Homem, animal de natureza vária, multiforme e mutável	110
3.2 - Ser ou parecer	115
3.3 - Os vícios	121
3.3.1 - A gula	122
3.3.2 - Corrupção e astúcia	125
3.3.3 - A volúpia	127
3.4 - À esquina da reconciliação	130
CONCLUSÃO	135
BIBLIOGRAFIA	139

INTRODUÇÃO

A dissertação que agora se apresenta tem como horizonte primeiro de referência um dos fenómenos mais antigos que acompanha o Homem: a sua relação estreita com o alimento. Com efeito, é, como se sabe, corrente correlacionar a sobrevivência de todo o ser humano com a alimentação – uma das suas necessidades mais básicas –, ou seja, com o abastecimento do organismo de alimentos (líquidos e sólidos) e com uma renovação quotidiana, através da respectiva ingestão, de um conjunto de substâncias necessárias à vida.

Não obstante essa realidade, premente e omnipresente como preocupação humana, concordamos com a máxima popular de que “nem só de pão vive o homem”. É que nas sociedades que foram emergindo ao longo do tempo a alimentação em muito ultrapassa a mera simplicidade do acto de o homem levar do copo ou do prato à boca ingredientes que lhe garantem o sustento, mais ou menos equilibrado, físico e emocional. De facto, a “sede” e a “fome” não se restringem ao aspecto biológico do *beber* e do *comer* como fontes de “combustível” que mantêm um “motor” activo, embora seja condição de capital relevo. Tal premissa advém de que desde sempre – e particularmente no mundo moderno – além dessas necessidades biológicas fundantes o Homem é movido por outros apetites e desejos, que são constantemente indiciados e comunicados pelos seus mais diversos actos e expressões.

Por outro lado, o *acto de beber e comer*, que à primeira vista parece tão banal, despoleta no Homem o desabrochamento de funções e facetas muito diversas, em particular o accionamento enfático dos seus cinco sentidos, de maneira a que estes provoquem uma percepção multímoda de objectos e emoções e estimulem a comunicação tanto com tudo o que está em seu redor como consigo mesmo. Esse processo de comunicação reflecte a dimensão dos seus diferentes hábitos e a evolução dos costumes e influencia, tantas vezes directamente, a sua vida social, a sua moral, os seus negócios, a sua saúde e, em última instância, a sua felicidade.

Em face, portanto, da diversidade de aspectos que o *beber* e o *comer* convocam e ainda da realidade que acabamos de admitir, pareceu-nos muito interessante e pertinente ressaltar no âmbito de um Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade uma das vertentes mais impressivas das potencialidades inerentes àquele primeiro domínio e que em muito contribui para explicitar e explicar os fenómenos sociais e culturais que rodeiam o Homem: a *bebida* como ponto de partida catalisador e fomentador de apetites do ser humano. E de entre as fontes a partir das quais poderia ser desenvolvido um trabalho científico

coerente e, para nós, fascinante, optámos pelos universos ficcionais da Literatura de génese realista – um campo a um só tempo diferente e seguro. Por isso, a escolha de Eça de Queirós, autor português do Realismo, era inevitável, porquanto raro é o seu romance que não parte de uma recriação de um temário que ainda que romanescamente construído é reflexo de mundivivências perfeitamente verosímeis e localizáveis *hic et nunc*.

Olhar o Homem através do que bebe é, contudo, e seja qual for o tipo de fonte que o suporta, um processo quase caleidoscópico. Recordemos que Platão, ao inaugurar o carácter pedagógico dos banquetes – e ao criar assim uma relação entre a escola filosófica, o banquete e os alunos – não só considera o momento, em si mesmo, um convívio como também verdadeiramente o concebe enquanto campo de educação. Por isso, como fica patente nas suas *Leis*¹, o filósofo dedica a sua atenção ao valor educacional do beber e das reuniões de bebedores. É que em tal obra o uso do vinho surgia já como uma espécie de dispositivo educacional, que intensifica as paixões, os pensamentos e as perversões e ajuda a revelar verdades ocultas na mente². Assim, bem poderíamos afirmar que, desde sempre e em todos os cenários, o que se bebe é tão importante quanto com quem se bebe, do mesmo modo que o são as causas e os efeitos do que se bebe ou os momentos e os lugares em que tal ocorre.

Considerando que em diversos momentos da história da humanidade a Literatura também tem assumido e desenvolvido o papel de denunciar a realidade, sobretudo quando alguns sectores da sociedade procuram ocultar certas verdades, pareceu-nos que o campo literário, enquanto fonte, poderia ser – como já acima se indiciou – a base ideal para uma análise aprofundada daqueles pressupostos. O alcance crítico que desde sempre foi permitido e mesmo consignado aos escritores, em especial pela liberdade de discorrer verbal e artisticamente sobre os pedaços de vida que compõem o quotidiano do Homem, legitima a Literatura como *corpus* representativo e que naturalmente espelha bem os elementos centrais da Cultura e da Sociedade. E Eça de Queirós, escritor português e, em nossa opinião, condicionadamente cosmopolita, terá sido, pela sua intrínseca ligação ao Realismo e ao Naturalismo na segunda metade do século XIX, um dos autores que melhor soube captar e trabalhar as virtualidades estéticas e éticas da *bebida*, transformando-a num dos elementos mais fecundos do seu *fazer* romanesco. A ambição de Eça seria a de retratar a sociedade portuguesa, «fazer um inquérito a toda a Sociedade e a toda a vida contemporânea, pintando-

¹ Platão, *Leis*, tradução, introdução, notas de Carlos Humberto Gomes, Lisboa, Edições 70, 2004.

² Cf. *idem, ibidem*, pp.92-93 e ss.

-lhe crua e sinceramente o feio e o mau»³, o que nos abriu um largo campo para o trabalho que desenvolvemos e aqui se apresenta.

As obras queirosianas examinadas neste trabalho foram, como adiante se verificará, publicadas na segunda metade do século XIX ou pouco depois. Nelas desfilam várias personagens e emerge a envolvente social de um riquíssimo quotidiano. Dos enredos despontam emoções e tensões, mas igualmente particularidades no tratamento de temas e assuntos, como acontece com o universo gastronómico⁴, que é frequentemente descrito com uma riqueza única de detalhes e substancialmente revelador, de forma intencional, dos distintos níveis de intensidade e complexidade das relações. Na ficção, a pena do autor delinea o temperamento, os hábitos e os costumes do ser humano na sua individualidade ou enquanto membro de uma mole social, bem como da própria sociedade em questão, de maneira a retratar percursos e pedaços da vida social, cultural e psicológica de personagens e de meios que são, afinal, os de um tempo real confinante e que é bem representativo de constantes universais. Portanto, entendemos a Literatura, particularmente aquela que estabelecemos como objecto do nosso estudo, como um fenómeno artístico e ético de intervenção crítica no quadro da vida de uma colectividade, sobretudo, e com singular interesse, a obra do escritor⁵ que seleccionámos, dado o modo tão característico – que nela podemos rastrear – de “compor” a sociedade em que viveu⁶. Nesse rico e vasto mundo queirosiano, a *bebida* permite-nos compreender, através do contraste entre o que está patente e o que é aparente ou mesmo subjacente, o verdadeiro “temperamento” de um mundo.

³ Manuel de Paiva Boléo, *O Realismo de Eça de Queirós e a sua expressão artística*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1942, p.5.

⁴ Utilizamos a palavra gastronomia num sentido lato e como sinónimo do «conhecimento fundamentado de tudo aquilo que se refere ao homem na medida em que ele se alimenta». «A gastronomia ocupa-se com igual interesse das bebidas que nos são destinadas, conforme o tempo, os lugares e os ambientes». In Jean Anthelme Brillat-Savarin, *Fisiologia do Gosto*, tradução de Manoel J. Costa, Lisboa, Occidentalis Editora, 2007, p.69 e p72.

⁵ Recuperamos aqui a distinção entre escritor e autor referenciada por Alexander Nehamas: «Os escritores são indivíduos reais firmemente localizados na história, causas eficientes de seus textos. (...) Em contraste, um autor é aquele que pode ser entendido como tendo produzido um texto particular, quando o interpretamos». *Apud* Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 1999, p.54. Por sua vez, para Vítor Manuel de Aguiar e Silva um «autor», «enquanto indivíduo empírica e historicamente existente é o primeiro agente e o principal responsável pela enunciação literária»; diferiria o autor textual «como instância locutora integrada no texto e indissociável do seu funcionamento». É uma «figura que se sedimenta na imaginação do leitor após as leituras da obra do autor e que o leitor supõe como real». In *Teoria da Literatura*, 8.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1991, pp.220-229.

⁶ Cf. Manuel de Paiva Boléo, *op. cit.*, p.10.

Porque escolhemos, de entre o polifacetado mundo da(s) bebida(s), o vinho, a genebra e o *champanhe*?

O **vinho**, porque desde cedo andou associado à evolução do Homem e, por isso, sempre ilustrou bem contextos de sociabilidade. Lembremos Homero a escapar “do mar cor” de vinho, nos jardins de Alcínoo e ante a magia de Circe⁷; recordemos, em Roma, as excentricidades de Trimalquião a beber o nobre e caro *Opimiano* de *Falerno*⁸; ou viajemos, séculos depois, aos refinamentos da corte francesa⁹, que alcançam ainda, renovados, os nossos tempos, induzindo o homem a, numa síntese, aliar «a elegância ateniense ao luxo romano e à delicadeza francesa»¹⁰. E, à boleia da ostentação, também parte significativa da alta burguesia da ficção queirosiana copiaria, embora não em regime de refração a outras alternativas, os hábitos e maneiras francesas do século XIX, que exigem, à mesa, o luxo e o requinte de um *Lafitte* ou *Clós-Vougeot*.

Já a **genebra**, por impulsionar à brutalidade. De origem holandesa, é uma aguardente muito graduada, em resultado da destilação de cereais, e aromatizada com produtos vegetais como o zimbro, o coriandro, a canela ou a quina. Para alguns, esta bebida era tida como origem da coragem holandesa nas batalhas¹¹. É, pois, uma bebida forte, para homens robustos, dado o seu elevado teor alcoólico (43° a 47°), que a tornava inapta para consumo em estado puro, necessitando de uma adição de água destilada. Com essa graduação muito facilmente o cérebro é dominado pelo álcool e o homem pode perder a razão, entregar-se a vícios e depravações e deixar mostrar um feitio intratável e bruto. Ora, uma casta de bebedores desta “poção” está indubitavelmente presente no universo temático queirosiano e por via do aproveitamento dos efeitos que ela suscita – e que explicitámos – em muito as intrigas e as acções adquirem matizes profundamente humanos, como o patético, o dramático ou o grotesco.

O **champanhe**, por sua vez, acompanha as excentricidades e o luxo e perturba os sentidos. De facto, o aristocrático e mundialmente celebrado *champanhe* – aportunamento

⁷ Cf. *Hélade. Antologia da Cultura Grega*, organização e tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Guimarães Editora, 2009, pp.88-98.

⁸ Cf. Petrónio, *Satyricom*, versão portuguesa de Delfim F. Leão, Lisboa, Livros Cotovia, 2005, p.64.

⁹ Cf. Norbert Elias, *O Processo Civilizacional*, tradução de Lúcia Campos Rodrigues, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, p.210 e ss.

¹⁰ Jean Anthelme Brillat-Savarin, *op. cit.*, p.141.

¹¹ Cf. Kenneth F. Kiple, *Uma História Saborosa do Mundo*, tradução de Margarida Vale de Gato, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2008, p.221.

da palavra francesa *champagne* – é um vinho espumante, que sofre um processo de segunda fermentação em garrafa e é produzido a partir de três castas – a *pinot noir*, a *pinot meunier* (de uvas tintas) e a *chardonay* (de uvas brancas) – e numa região bem delimitada, nomeadamente Reims, Éperney e junto do rio Marne. Não obstante os vinhos dessa região já serem bem conhecidos desde a ocupação romana, o espumante em questão data apenas de meados do século XVII, quando surge pela mão do lendário *Dom Pérignon*, um dos monges da abadia beneditina de Hauttvlers e a quem se deve o desenvolvimento do método de fermentação *champanoise*. Este vinho espumante liberta borbulhas¹² – as “estrelas”, como *Dom Pérignon* as designava. São estas que tantas vezes nos romances de Eça de Queirós fazem pulular os devaneios da mulher, animam as requintadas reuniões dos cavalheiros ou acompanham as celebrações, em quadros simultaneamente pormenorizados e sensoriais.

Por forma a que o objecto do nosso trabalho possa ser cabal e claramente explorado, a dissertação encontra-se estruturada em três grandes capítulos. No primeiro, sob a denominação de “A obra literária queirosiana e o Realismo”, produzimos uma reflexão sobre a importância da Literatura na sociedade, seguida de uma demonstração exemplificativa de como no Realismo a sociedade está no centro do romance. E como Eça denuncia, no seu labor de escrita e de um modo geral, a realidade, mostrando como o meio tantas vezes interfere intrinsecamente no desenvolvimento do carácter humano, enfatizamos, em particular, o lugar, a importância e a função das bebidas na(s) narrativa(s) queirosiana(s), já que, do nosso ponto de vista, olhar sobre a bebida é, em Eça, olhar sobre o homem.

Depois, num segundo capítulo, de maior fôlego e com o título “Pedacos da vida pelo vinho, pela genebra e pelo *champanhe*”, partimos de um *corpus* bem delimitado para trabalho – designadamente *O Crime do Padre Amaro*¹³, *O Primo Basílio*¹⁴, *Os Maias*¹⁵, *A Cidade e as Serras*¹⁶ e *A Capital!*¹⁷ – para encontrar subsídios que nos permitam identificar, analisar e

¹² Sobre esta temática, veja-se Ceferino Carrera, *Sua excelência o champanhe e os nobres espumantes naturais portugueses*, Sintra, Colares Editora, 1999. Como é sabido, estas borbulhas decorrem da libertação do dióxido de carbono (CO₂) em resultado da segunda fermentação dentro da garrafa fechada.

¹³ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, edição crítica das obras de Eça de Queirós, coordenação de Carlos Reis, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.

¹⁴ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, Porto, Porto Editora, 2007.

¹⁵ Eça de Queirós, *Os Maias*, Alfragide, Texto Editora, 2009.

¹⁶ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, prefácio de Rui Zink, Lisboa, QN – Edições e Conteúdos, 2010.

interpretar as constantes caracterizantes em torno das bebidas. Num largo mas, quanto a nós, profícuo percurso, que nos leva a mostrar como os pedaços da vida que ali se revelam não se esgotam enquanto meros elementos ou expedientes de uma construção ficcional e antes a ultrapassam, individualizamos acções, falas, comportamentos, facetas, emoções e sensibilidades que só podem compreender-se em toda a sua dimensão se se tiver em conta o papel fulcral da(s) bebida(s) e seu(s) sentido(s).

No terceiro e último capítulo, intitulado “Eça nos caminhos da ética e da estética da verdade”, procedemos a um enquadramento daqueles aspectos que entendemos serem os que mais relevam da nossa análise do capítulo segundo no contexto mais amplo do que era o pensamento da sociedade ocidental, em particular naquela época, e as grandes linhas de posicionamento crítico de Eça de Queirós perante a realidade observada. Problematizamos, pois, as incidências do recurso ao vinho, à genebra e ao *champanhe* enquanto procedimento que visa – e consegue – atribuir a esses signos um lugar estruturante e axiológico no universo ficcional queirosiano.

Por fim, apresentamos as nossas principais conclusões, afinal os resultados da nossa investigação e da demonstração das nossas convicções em torno de uma temática que também continuamos a considerar de uma profunda actualidade na vida e na Literatura.

¹⁷ Eça de Queirós, *A Capital!*, prefácio de Carlos Reis, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

CAPÍTULO 1

A obra literária queirosiana e o Realismo

1.1 - Da importância da Literatura na sociedade

O conceito de Literatura é, como se sabe, relativamente moderno. A textualidade que lhe dá corpo desenvolveu-se através dos séculos em função de determinados circunstancialismos histórico-culturais e autonomizou-se enquanto instituição a partir da estabilidade dos seus elementos distintivos – aqueles que afinal fazem de uma obra uma obra literária. Esta é, pois, não só caracterizável pelas propriedades conteudísticas e formais que evidencia como também percepcionável enquanto tal em função de decisões de uma comunidade interpretativa que lê e julga um texto como texto literário¹⁸.

Nestes termos, a Literatura acompanha a trajectória da humanidade. A sua essência foi desde sempre a palavra, utilizada por autores/escritores em todo o seu potencial significativo, e um dos seus objectivos maiores o de desempenhar um papel importante nas sociedades. Quer isto dizer que o texto literário revela ou sugere uma intenção específica do seu criador: a de provocar, em nós – e, portanto, também na colectividade –, o fantástico poder de *sonhar*, ou seja, de nos transportar pelos labirintos da fantasia e de nos levar a viver a emoção de “outras” vidas repletas de alegrias, tristezas, desejos ou repulsas. Ao aceitarmos o convite de habitar, mesmo que provisoriamente, no universo literário, acende-se em nós a centelha das emoções e passamos a viver um turbilhão de sensações; estas tanto interferem na nossa percepção do mundo como provocam o nosso imaginário, permitindo-nos experimentar através de construções simbólicas como as várias nuances entre a verdade e a fantasia, projectadas por meio de uma construção ficcional que tantas vezes tem por base o esbatimento das fronteiras entre o real e a imaginação, sugestionam o prazer do encantamento, da reflexão, da crítica e até da questionação de factuaisidades inquietantes.

Acreditamos, portanto, que, como ser gregário que é, o Homem vê a sua existência marcada pelos acontecimentos que o circundam, em especial pela colectividade de que faz parte e pelo contacto com as contingências da História, mas também por um percurso polvilhado de sinais, especialmente as palavras, que têm, por exemplo, o poder e a força de estabelecer uma relação entre um autor/escritor, que mostra o seu modo peculiar de ver o mundo, e o(s) seu(s) leitor(es), conduzindo-o(s) por mundos distintos e até transportando-o(s) a extremos, como o da plausibilidade e/ou o da mais esdrúxula das fantasias. Recorde-se como no *fantástico* mundo literário de Eça de Queirós a palavra e a pena têm um poder incomensurável e como em *O Mandarin* já dizia o Diabo ao Teodoro:

¹⁸ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *op. cit.*, pp.14-40.

«Quando um Jeová tem apenas contra si um Satanás, tira-se bem de dificuldades mandando carregar mais uma legião de arcanjos; mas quando o inimigo é um homem, armado de uma pena de pato e de um caderno de papel branco – está perdido...»¹⁹.

Como instrumento fomentador da transformação do pensamento do homem e das sociedades, o texto literário oferece sinais e aponta caminhos. Ao aceitarmos as condições assim disponibilizadas, reputamos-lhe credibilidade e então a Literatura polemiza e estimula a discussão. Por conseguinte, embora a Literatura não tenha por si só o poder de transformar o mundo, ela é capaz de levar o leitor a reavaliar o seu modo de vida e os seus valores e, de acordo com essas reflexões, a mudar o seu comportamento, concretizando assim o seu desígnio transformador.

Torna-se, pois, pertinente aceitar que, por um lado, a Literatura é um meio capaz de, entre outros aspectos, reproduzir e recriar a partir de palavras as experiências de vida, os costumes e o comportamento social próprio de diversas épocas, e que, por outro, age sobre a própria sociedade, tantas vezes de modo relevante. Através da ficcionalidade e de processos comunicacionais muito próprios a arte literária ganhou assim, há muito e por direito próprio, o seu lugar na sociedade, que capta, avalia, reproduz, metamorfoseia, influencia e transforma. Foi também por isso que adquiriu importância e prestígio e que se tornou compreensível o reconhecimento de «que certos períodos literários propiciam e estimulam certos repertórios temáticos»²⁰, com repercussão no campo social.

1.2 - No Realismo a sociedade está no centro do romance

De entre este múltiplo jogo de espelhos que, em todos os tempos, a Literatura e a sociedade vão tecendo interessa-nos particularmente para este nosso estudo o que aconteceu na segunda metade do século XIX, nomeadamente a emergência e a afirmação do Realismo como período estético-literário.

¹⁹ Eça de Queirós, *O Mandarin*, edição crítica por Beatriz Berrini, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, p.97.

²⁰ Carlos Reis, “Tema e leitura crítica”, in *Construção da Leitura*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p.46.

Podemos dizer que o «complexo movimento chamado “Realismo”»²¹ é reflexo do século XIX, marcado, entre outros factores, pelo mundo colorido da *Belle Époque* e pelo grande avanço das ciências, num tempo em que o Homem é protagonista de um devir frenético e até nervoso. Como frutos dos efeitos da revolução industrial, que mudou definitivamente a relação entre os homens, avançam as ideias de liberdade individual e de democracia representativa, assim como as concepções do Direito e da Moral, isto ao mesmo tempo que a burguesia consolida um lugar próprio e de destaque. Nota-se também um progresso na Filosofia e na arte, bem como em muitas outras manifestações da actividade cultural humana. A razão era a força imprescindível, o materialismo mecânico era explicação de tudo e o Realismo, como estética, procurava observar e analisar metodicamente comportamentos, atitudes, instituições e a nova organização social, política e económica, detectando as suas causas e relatando ou denunciando as suas consequências numa sociedade em que a realidade torna cada vez mais inviável a visão romântica de mundo. O sentimentalismo dava agora lugar a um olhar mais objectivo e crítico sobre a sociedade.

O novo tempo era – recorde-se – de um desenvolvimento pulsante. O homem parecia empenhado em colher as riquezas: em 1838 os sectores dos transportes passaram por significativa transformação e surgem as carreiras regulares de vapores para a América; no ano de 1848 descobre-se ouro na Califórnia; entretanto, com o telégrafo torna-se mais rápida a comunicação entre os continentes, mercê da implementação de um cabo submarino transatlântico entre Dover e Calais em 1851; em 1852 ocorre o voo do primeiro Balão de Giffard; a partir de 1859 “jorra” o petróleo nos EUA²². Ao invés, nota-se o declínio dos tipos tradicionais de cultivo da lavoura, já que o uso de novas tecnologias fomentava as transformações sociais. Estas por sua vez exigiam novas maneiras de interpretar esse diferente mundo capitalista, fazendo surgir novas doutrinas. Marx e Engels, por exemplo, lançam bases teóricas para uma nova organização social: afirmavam que o capitalismo condenava o proletariado à pobreza, porque a burguesia – classe dominante e que também controlava o Estado – valia-se do seu poder para oprimir os trabalhadores²³.

²¹ Ernesto Guerra Da Cal, “Realismo”, in *Dicionário de Literatura*, direcção de Jacinto do Prado Coelho, vol. 3, 3.ª edição, Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1978, p.909.

²² Cf. Lilian R. Furst e Peter N. Skrine, *O Naturalismo. A Linguagem Crítica*, tradução de João Pinguelo, Lisboa, Lysia, 1971, p.22.

²³ Cf. Francisco de B. B. de Magalhães Filho, *História Económica*, São Paulo, Editora Saraiva, 1983, p.228 e ss; E. K. Hunt, *História do Pensamento Económico. Uma Perspectiva Crítica*, 5.ª ed., tradução de José Ricardo Brandão Azevedo, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1987.

Ora é precisamente desse turbilhão de novidades que emerge o Realismo, em França²⁴, como «expressão literária e artística do espírito científico e crítico da época»²⁵. Não que fosse algo de completamente novo²⁶, pois «ele existiu sempre, porque a imaginação tem necessariamente por base a observação e a experiência e porque a arte tem sempre por objecto as realidades da vida»²⁷. Mas é na *garupa* daqueles acontecimentos, e na continuidade da célebre Questão Coimbrã²⁸, que em Portugal a Geração de 70 levanta a questão da identidade nacional portuguesa e conduz uma verdadeira revolução literária que quer combater a decadência. Para esta juventude “reaccionária”, a arte devia alcançar um fim moral: corrigir e ensinar. Isto significa que «a arte não deve estar destinada apenas a provocar impressões passageiras, visando simplesmente os prazeres dos sentidos»²⁹, mas também a auxiliar no enraizamento e desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades, designadamente através do exercício de uma crítica dos temperamentos e dos costumes, tornando-se num auxiliar da ciência e da consciência e demonstrando, pelos meios que lhes são próprios, a verdade e a justiça que podem completar as acções humanas³⁰.

Efectivamente estamos a falar de uma manifestação literária que é, para a época, uma verdadeira explosão de “vanguarda”. É que o Realismo acarreta na sua essência uma relação de confronto e superação com o Romantismo, «apoteose do sentimento»³¹, e, por outro lado, de diálogo – de proximidade mas algumas vezes de tensão – com o Naturalismo, este inspirado pela nova teoria da evolução e que ressalta que o ser humano não está livre das leis

²⁴ Cf. Paula Ochôa de Carvalho, “Naturalismo”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, organização e coordenação de A. Campos Matos, 2.ª ed. revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 1988, pp.662-665.

²⁵ António de Miranda, *Eça de Queiroz, o homem e o artista. Conferência realizada no Instituto Vasco da Gama no dia do Centenário do seu nascimento*, Goa, 1947, p.18.

²⁶ Observava Latino Coelho, a este propósito, que o Realismo aparece, por exemplo, a cada passo das cenas épicas dos poemas da Antiguidade e nos painéis mais ideais do novíssimo drama. Cf. *Arte e natureza*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1923, p.155.

²⁷ Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Realista*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914, p.11.

²⁸ A Questão Coimbrã desenvolveu-se na base de um debate em torno de uma concepção passadista de Literatura e da sociedade. De acordo com Antero de Quental, à falsidade e à vulnerabilidade da linguagem romântica contrapõe-se a racionalidade e o positivismo das ideias de uma sociedade saída da revolução. Cf. Carlos Reis, *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989, p.92.

²⁹ António Salgado Júnior, “A literatura nova (o Realismo como nova expressão da arte). Por Eça de Queiroz”, in *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, p.58.

³⁰ Cf. *idem, ibidem*.

³¹ *Idem, ibidem*, p.55.

que regem a natureza. O Realismo, entre outras coisas, é, afinal «a análise com o fito na verdade absoluta. (...) é a anatomia do carácter»³². É, por conseguinte, um modo específico de representar com precisão os detalhes de um quotidiano burguês, com viés histórico, através de um autor/escritor capaz de captar de forma particular – em ordem a valorizar a observação como instrumento de conhecimento – a relação entre o indivíduo e a sociedade, para então conduzir a uma análise minuciosa dos costumes e constituir o suporte de uma mais profunda análise crítica social, de intuito reformista, num quadro ideológico “anti-idealista e anti-romântico”.

Para materializar a sua obra realista, o escritor encontra no romance – uma das categorias substantivas dos géneros literários³³ – uma das suas melhores formas de manifestação. Curiosa é, pois, a relação que percebemos existir entre o Realismo e o romance, uma vez que as características endógenas – morfológicas e estético-estilísticas – desta categoria genológica são a base fundamental para toda uma “explosão” de expressividade da escrita que podemos rastrear no romance realista e que permite ao autor, senhor da sua autonomia e liberdade, uma minúcia descritiva necessária para expor os problemas sociais.

Assim, o romance, cujo suporte material é a prosa, permite a um autor realista revelar, a partir da conexão entre um vocabulário aparentemente simples e uma força semântica que é extraída das palavras – seja pelo uso conotativo, seja pelas relações combinatórias de processos como o diálogo, o monólogo, o comentário, o ritmo ou a ironia –, a descrição pormenorizada das personagens, das relações inter-sociais e dos ambientes. Através dela são revelados os condicionalismos biológicos e sociais que determinam as acções dos principais ou mais secundários protagonistas. É isto que permite, por exemplo, projectar uma ênfase dos hábitos e costumes da burguesia urbana ociosa, que correspondem, em regra, aos de uma sociedade consumidora em busca de entretenimento.

O romance é, enfim, um fruto da própria sociedade burguesa em ascensão, «em que as leis do mecenato dão lugar a lógica do mercado livreiro»³⁴, cujos mecenas afirmavam a exterioridade do seu poder através do financiamento das obras literárias. Podemos assim dizer que o romance foi uma das ferramentas com que a burguesia pôde ostentar o seu poder, mas também, e indubitavelmente, a base para o labor do Realismo e uma das mais poderosas

³² *Idem, ibidem.*

³³ Cf. Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura...*, p.246.

³⁴ Rosa Maria Goulart e Sergio Rubens B. de Almeida, “Romance”, in *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, vol. 4, Lisboa/São Paulo, Verbo, 2003, col.915.

armas de um escritor. É que é através da palavra escrita que este pode afirmar a sua ideologia e denunciar os males de uma sociedade, em especial – e algo ironicamente – os da classe burguesa.

1.3 - Eça denuncia a realidade

Para se entender correctamente a obra realista de Eça em todas as suas implicações e latitudes é, pois, necessário compreender o contexto histórico do Portugal da época e as circunstâncias vivenciadas pelo escritor.

Recorde-se que o Reino de Portugal, que floresceu do Condado Portucalense, se manteve como nação independente até perder a sua autonomia política para a Espanha, em 1580. E nem mesmo com a Restauração, em 1640, na independência e autonomia que ela significava, a “nação” recuperou a grandeza e o brilho do passado: é que Portugal havia perdido parte do seu império e as esperanças, agora, voltavam-se apenas para o Brasil. Todavia, a independência desta colónia complicaria a situação político-económica do reino, que, em 1823, veria um golpe militar reinstalar o absolutismo, dissolvendo o Parlamento e suspendendo a Constituição. No seguimento disso, vive o país a turbulenta disputa entre D.Miguel e D.Pedro, na luta pelo trono (1832-1834), e, depois, a coroação da rainha D. Maria, de apenas 15 anos. Por esse tempo, Portugal encontra-se empobrecido, sem os antigos recursos do ouro do Brasil e já muito atrasado em relação a uma Europa engajada no processo de industrialização e economicamente próspera. Em Portugal via-se «um operariado industrial e agrícola rasando pela miséria, uma burguesia sem aptidões naturais nem preparação técnica para a criação ou fecundação da riqueza, e assim temerosa do futuro e sem confiança no próprio esforço; compreende-se que tenham, como ideal de vida, assentar-se à *mesa do orçamento*, a comer a fatia nunca farta, mas quase sempre garantida»³⁵.

Foi a meio destes acontecimentos, e enquanto na Europa o século XIX vivia a «ilusão da sua superioridade – superioridade assente nos dogmas da Evolução e do Progresso»³⁶, que,

³⁵ Hernâni Cidade, *História de Portugal. Implantação do Regime Liberal – Da Revolução de 1820 à Queda da Monarquia*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 7, Matosinhos, Quidinov, 2004, p.44.

³⁶ Álvaro J. da Costa Pimpão, *Gente Grada*, Coimbra, Atlântida, 1952, p. 96.

no dia 18 de Novembro de 1845, nasceu Eça de Queirós³⁷. Nos anos imediatamente seguintes da vida de Eça o país gozaria, apesar de tudo, de alguma estabilidade e desenvolvimento³⁸, por virtude da Regeneração.

Portugal vivia então o relativo despertar de uma prosperidade no meio rural e simultaneamente o enriquecimento do comércio urbano e das finanças. Estas mudanças foram fundamentais para o crescimento da burguesia rural, que, endinheirada, vai para a cidade em busca do progresso e dos melhoramentos e passa a valorizar a vida cultural e a educação dos seus filhos. Na Universidade de Coimbra, que «vivia então numa grande actividade, ou antes num grande tumulto mental»³⁹, a juventude estava bem atenta àquilo que lhes chegava de fora, principalmente de França – por exemplo, em 1864 Coimbra liga-se à rede europeia dos caminhos-de-ferro. Por outro lado, o desabrochar das novas ideias e de uma nova cultura tende a esvaziar os ideais românticos que prevaleceram por quase 40 anos. Contudo, o país ainda sofria com as dificuldades estruturais da sua economia, com o constante privilégio de uma oligarquia, com tendências conservadoras, enquanto observa uma Europa reavivada nas esferas política, social, económica e cultural. Seria precisamente nesse contexto que brotaria a Geração de 70, influenciada pelos modelos franceses, como Balzac, Stendhal, Flaubert e Zola, e animada pelo Socialismo “utópico” de Proudhon, pelo Positivismo de Auguste Comte e o Evolucionismo de Darwin, entre outras novidades no campo das Ciências e da Filosofia⁴⁰.

A obra de Eça revela, pois, um olhar traçado pelo escopo do contexto em que o escritor viveu, um mundo caracterizado por valores e julgamentos que também se manifestam na abordagem dos temas escolhidos. É um artista que observa e cria de acordo com as suas “inclinações” pessoais e que reproduz a sociedade numa óptica própria, mas realista, razão pela qual percebemos na sua obra uma autenticidade e uma *vis* crítica constantes, insurgindo-se contra o estreito e arcaico ambiente social, político e económico. Em 1866, em

³⁷ No primeiro dia de Dezembro foi baptizado na igreja matriz de Vila de Conde. Curiosamente, o assento registava: José Maria, filho de José Maria de Almeida Teixeira de Queirós e de mãe incógnita. Cf. Maria Filomena Mónica, *Eça de Queirós*, 5.ª edição, Lisboa, Quetzal, 2001, p.24.

³⁸ Sobre este assunto, veja-se: Ângela Ribeiro, *História de Portugal. A Formação do Território – Da Lusitânia ao Alargamento do País*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 1, Matosinhos, Quidinov, 2004; Ângela Ribeiro e Hernâni Cidade, *História de Portugal. A Monarquia Absoluta – Da Afirmção do Poder às Invasões Francesas*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 6, Matosinhos, Quidinov, 2004; Hernâni Cidade, *História de Portugal. Implantação do Regime Liberal – Da Revolução de 1820 à Queda da Monarquia*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 7, Matosinhos, Quidinov, 2004.

³⁹ Eça de Queirós, «Antero de Quental», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s.d., p.1542.

⁴⁰ Cf. *idem, ibidem*.

Lisboa, já confessava uma irresistível antipatia pelo mercantilismo norte-americano e pressentia «o profundo tédio pelo vazio que deixa na alma a adoração de deus Dolar»⁴¹; vislumbrava o país da «superabundância de vida, exageração de meios; violenta predominância do individualismo; grande senso prático, atmosfera pesada de positivismo estéreis; uma febre quase dolorosa do movimento industrial»⁴²; e lamentava as opções de uma terra onde se consumia «anualmente cerca de 20 litros de uísque de milho *per capita*»⁴³.

Compreende-se, por conseguinte, que através das virtualidades do Realismo Eça tenha procurado dissecar a nova organização social e económica, revelando as suas causas e denunciando as suas consequências. Como pelo Realismo parece abandonar, pelo menos em parte substancial das suas obras, a idealização da vida, o escritor procura analisar minuciosamente a realidade que o cerca, adoptando a “razão” como seu principal instrumento de trabalho. E por isso o seu texto literário passa a alicerçar-se sobremaneira em descrições e informações factuais.

A partir de uma perspectiva objectiva, mas sensível e sensibilizadora, Eça tem a intenção quase científica de explorar a tematização do lado torpe da sociedade contemporânea⁴⁴. Este filão, presente em praticamente todos os escritores realistas europeus, justifica a abordagem de temas como o adultério, o casamento religioso ou a oposição entre o campo e a cidade. É o que nos confirma o seguinte extracto da carta de Eça a Rodrigues de Freitas:

«(...) O que queremos nós com o Realismo? Fazer o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau? Por persistir em se educar de acordo com o passado; queremos fazer a fotografia, ia quase a dizer caricatura do velho mundo, sentimental, devoto, católico, explorador, aristocrático, etc. E apontando-o ao escárnio; à gargalhada, ao desprezo do mundo moderno e democrático – preparar a sua ruína»⁴⁵.

⁴¹ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, p.79.

⁴² Eça de Queiroz, «O Miantonomah», in *Prosas Bárbaras*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p.158.

⁴³ Kenneth F. Kiple, *op. cit.*, p.221.

⁴⁴ Cf. Carlos Reis, *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, pp.90-104.

⁴⁵ Eça de Queirós, «Carta a Rodrigues de Freitas (Newcastle, 30 de Março de 1878)», in *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, p.140-141.

Com uma abordagem como esta, o Realismo surgiria, todavia, em Portugal por entre polémicas e escândalos, porque “deixava” observar os prazeres e os vícios, através dos sabores e das cores, tantas vezes transformando os elementos sensoriais em fontes de volúpia e deleite. Eça lamentava: «nesta capital, do nosso reino, permanece a opinião cimentada a pedra e cal, entre leigos e entre letrados, que naturalismo, ou como a capital diz, Realismo – é grosseria e sujidade!»⁴⁶. E o novo “movimento” não escaparia à acusação de «depravação de costumes, de falta de patriotismo, de corrupção linguística, de ausência de originalidade»⁴⁷. Era o preço a pagar por uma filosofia que confere ao estilo realista um lado «impessoal, crítico, despreocupado e frio», que «corresponde ao positivismo científico, com todo o seu rigor de método, com toda a sua indiferença religiosa, com a sua profunda compreensão do dever e do direito»⁴⁸.

Não se pense, contudo, que o enraizamento periodológico do conjunto da obra queirosiana é monolítico e absolutamente unívoco. Considerando primeiro uma certa aquiescência com o espírito romântico, seguida de um olhar profundamente realista-naturalista e, ainda, dos modos que marcam a sua superação, podemos detectar três fases⁴⁹ na obra de Eça.

A primeira fase (1866 a 1870) é ainda marcada por um certo romantismo de índole imaginosa. Em *O Mistério da Estrada de Sintra* (no seu formato jornalístico original, de 1870) analisa, por exemplo, e de modo muito inventivo, as causas do adultério feminino, o que coloca essa sua obra numa posição intermédia entre o Romantismo, de que se afasta, e o Realismo-Naturalismo, de que se aproxima⁵⁰. A segunda fase (1871-1880) terá início com a sua participação nas Conferências do Casino, e dela ressaltamos *O Primo Basílio* (1878), com a qual encontra o apogeu do seu percurso Realista-Naturalista, observando agora com grande

⁴⁶ Eça de Queirós, «Prefácio dos “Azulejos” do Conde de Arnoso», in *Notas Contemporâneas*, pp.1435-1440.

⁴⁷ Foi, por exemplo, condenado e criticado ferrenhamente por Camilo Castelo Branco. Alberto Carlos Freire de Oliveira também sentenciava os aspectos morais, estilísticos e linguísticos do Realismo e considerava-o «um escândalo literário à moda; Augusto Comte defendia que os realistas encaravam o homem como “um produto fatal do meio social, geográfico, histórico e etnográfico”». In Maria Aparecida Ribeiro, *História Crítica da Literatura Portuguesa (Realismo e Naturalismo)*, direcção de Carlos Reis, volume VI, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1994, pp.14-15.

⁴⁸ Alexandre da Conceição, “Realistas e românticos”, in *Ensaios de Crítica e Literatura*, Coimbra, Imprensa Académica, 1881, p.29.

⁴⁹ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, pp.128-160.

⁵⁰ Maria Aparecida Ribeiro, *op. cit.*, pp.182-183.

cuidado alguns dos principais males da sociedade portuguesa, como o adultério feminino (subordinando-o, entre outros aspectos, ao temperamento dos maridos traídos). Neste particular, Eça procura as razões no ócio e na religião com que as mulheres burguesas são educadas, e este romance acusa a dissolução dos costumes burgueses, tendo como sintomas principais a falta de “boa” educação da mulher burguesa, a sua fraqueza e a sua existência desprezível, quase sempre marcada pelas borbulhas do *champanhe*, que lhe provocam os sentidos. Depois, em *O Crime do Padre Amaro* (1880) discute, sob o ponto de vista social, as relações da moral com a religião. São, pois, romances puramente realistas (e naturalistas), porque «exprime[m] uma convicção social, e é esse o característico essencial da arte moderna», enquanto o «romantismo não tinha senão convicções estéticas, e satisfazia assim as necessidades»⁵¹. A terceira e última fase anuncia-se com a carta-prefácio de *O Mandarim* (1884) e consubstanciará um afastamento dos padrões científicos por muito tempo defendidos por Eça. O narrador, autodiegético, mantém a sua peculiar ironia, e o texto é assumidamente ambíguo, fantasioso, fantástico e alegórico. Eça insinua que a tradição da eloquência e da fantasia, “a educação católica” e o temperamento dos portugueses, “homens de emoção não de razão”, os condiciona a afastar do que seja analítico e experimental⁵². Ainda assim, há reminiscências do Realismo em *O Mandarim*, quando se revela que o dinheiro pode comprar cinicamente – mas não impunemente – todo o gozo, como o melhor vinho e o amor.

Nos pedaços de vidas de *O Primo Basílio* revela, com Juliana, o lado “negro” da natureza humana – porque mesquinha, amargurada, vil, reflexo da miséria e da opressão do proletariado, aspectos que despoletam os seus actos de revolta –, e, com Luísa, a febre da Carne. Em *Os Maias* (1888) notamos a crítica à política, às finanças, aos costumes, à mentalidade da alta sociedade lisboeta, às questões literárias. Depois, em *A Cidade e as Serras* (1901) mostra com especial cuidado uma sociedade buliçosa e excitada, reflexo do viver moderno, em contraste com o campesinato. E toda essa sociedade que desfila na ficção queirosiana, tão bem captada e retratada por um escritor único, consome algum tipo de bebida, o que nos cede motivos suplementares para detectar uma discursividade peculiar sobre a pessoa, as emoções, a moral, o corpo, o sexo, a estratificação social e a identidade.

A relativização da ideia de uma produção unívoca ganha ainda contornos maiores com a sua mais célebre obra. É que em *Os Maias* – seguramente a sua obra mais ecléctica –, a realidade que ali se opera é uma síntese de contrários, numa mescla que também inclui o

⁵¹ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. IX, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1889, pp.257 e 269-276.

⁵² Cf. Beatriz Berrini, “Introdução”, in *O Mandarim*, p.57.

desengano e o falhanço na vida, que perpassam o romance, e o prosaísmo, aspecto que encontra correspondência em várias cenas da obra. Já em *A Cidade e as Serras* traz à discussão valores tradicionais e valores modernos. Nesta obra notamos até um Eça melancólico e o seu crescente interesse pelas coisas portuguesas⁵³. Exemplifica ali, com o seu próprio espírito, o efeito entristecedor da intensa cultura, também exposto em *A Decadência do Riso*, onde reconhece que «quanto mais uma sociedade é culta, mais a sua face é triste»⁵⁴.

Na busca pela perfeição, o autor reformularia várias das suas obras, publicando novas edições e deixando aqui e ali a marca indelével da sua peculiar ironia e do seu humor, características devidamente assumidas:

«(...) O meu mal é o amor da perfeição – esse absurdo afã de querer fazer as coisas mais corriqueiras, sempre de modo mais completo e brilhante. Se se tratar de espirrar, eu tanto me preparo para que o espirro seja suave e musical, que a coisa termina sempre em carantonha, ronco e porcaria»⁵⁵.

Eça oferece, portanto, ao leitor a dinâmica factual da sociedade, marcada por temas condicionados pelas forças históricas e ideológicas⁵⁶. Assim, privilegiou problemas de ordem ética e existencial e acuradamente transportou para o mundo ficcional os acontecimentos reais que o circundavam⁵⁷, projectando a sensação de que nas suas obras o narrador é sempre um provocador, que ironiza e transforma mesmo a sociedade num alvo de chacota.

Ora, acreditamos que o conteúdo narrativo do conjunto da obra queirosiana também possui uma relação íntima com a vida (em sentido lato) do próprio autor. A sua narrativa reflecte uma sucessão de acontecimentos vivenciados e que embora não sejam fiéis na transcrição de um verdadeiro teor factual estão evidentemente presentes. De entre as múltiplas vivências de Eça, podemos citar a sua passagem por Coimbra⁵⁸, que o marcou

⁵³ Fidelino de Figueiredo, *op. cit.*, p.87.

⁵⁴ Eça de Queirós, «A Decadência do Riso», in *Textos de Imprensa*, edição crítica de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002, pp.237-247.

⁵⁵ Eça de Queirós, «Ao Conde de Arnoso», in *Correspondência*, vol. 2, pp.385-388.

⁵⁶ Cf. Carlos Reis, “Tema e leitura crítica”, in *A Construção da Leitura*, p.46.

⁵⁷ Cf. Ana Teresa Peixinho, *A Génese da Personagem Queirosiana em «Prosas Bárbaras»*, Coimbra, Minerva, 2002, p.16.

⁵⁸ Sobre Eça em Coimbra, veja-se: Carlos Santarém Andrade, *A Coimbra de Eça de Queirós*, Coimbra, Minerva, 1995; e Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, pp.33-47.

definitivamente. Numa época de intensas convulsões sociais, políticas e literárias, foi membro do Teatro Académico, teve acesso a deliciosas ceias, mulheres e guitarradas e tudo isso terá sido temperado pelas “migalhas” de estética literária, pela pândega e pelos ditirambos provocados pelos goles progressivos de um *carrascão* que logo faziam irromper as ideias. A partir da vida do contemporâneo Antero de Quental, o “príncipe da mocidade”⁵⁹, de quem se relatava a história de que um dia intimara Deus a, caso existisse, fulminá-lo com um raio, Eça transpõe factos para *Os Maias*, sobretudo por via da personagem João da Ega, o jovem que espantava a sociedade de Celorico e a Academia conimbricense com a sua audácia e pelos seus ditos, pois exacerbava o seu ódio à divindade e a toda a ordem social e desejava o massacre das classes médias. Na sua rebeldia, quase satânica, depois de se embebedar com *carrascão* – um vinho forte alcoólico e taninoso⁶⁰ –, passava a noite na ponte, e com o braço erguido atirava injúrias a Deus. A mesma referência se rastreia em *A Capital!* (1925), quando Damião, numa noite de trovoadas e numa atitude de satã rebeldia, conta cinco minutos no seu “cebolão de prata”, para que Deus o fulmine. Passado o tempo de prova, afirma: «está superabundantemente provado que não há nada lá no céu»⁶¹. Esta referência parece pôr em dúvida, através das personagens, a crença em Deus e na fé católica, em especial nos representantes da Igreja, que, por exemplo, perante os votos de castidade e de pobreza, acumulavam antes riquezas e mantinham famílias.

Ainda em Coimbra, como estudante de Direito, Eça teria sido um “cábula”⁶² e um espectador atento da realidade que circundava o meio estudantil. Sabia do significado de *vergar-se diante dos lentes*, homens que do alto da sua sapiência e pedantismo «explicavam soporificamente os parágrafos de Waldeck, com o tom ronco do asno da nora»⁶³. E essa sujeição e submissão estão reflectidas em algumas das suas personagens, em regra aquelas menos escrupulosas, como Teodoro, de *O Mandarim*, e Alípio Abranhos, de *O Conde de*

⁵⁹ Cf. Eça de Queirós, «Antero de Quental», in *Notas Contemporâneas*, pp.1540-1565.

⁶⁰ Cf. Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão, *Enologia Queirosiana*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 2002, p.45.

⁶¹ Eça de Queirós, *A Capital!*, p.31.

⁶² «E o que é um cábula? É a reacção pela forma da inércia contra a violência de velhos métodos do tempo do humanismo jesuítico, contra as doutrinas de uma ciência atrasada, onde a superstição da letra do texto histórico nunca foi vivificada por um raio de luz crítica ou filosófica, em que a autoridade do mestre se impõe pelo entono do pedantismo doutoral e pelo terror do apontamento na pauta escolar, que no fim do ano se traduz em reprovação». In Theophilo Braga, *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, por Teixeira Bastos, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1892, vol. 2, p.309.

⁶³ *Idem, ibidem.*, p.308.

Abranhos (1925)⁶⁴. Este último, na Universidade já exercitava a sua veia demagoga e bajuladora. Reconhece-a «imutável fortaleza de vetusta ciência», esteio da ordem estabelecida e instituição social que defendia a vantagem de separar, naturalmente, *estudantes e futricas*,

«entre os que vivem de revolver ideias ou teorias e aqueles que vivem do trabalho; (...) uma que sabe e outra que produz (...). A primeira, naturalmente sendo o cérebro, governa; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, calça, nutre e paga a primeira; (...) os bacharéis são os políticos, os oradores, os poetas, e por opção tácita, os capitalistas, os banqueiros (...). Futricas são os carpinteiros, os trolhas, os cigarreiros, os alfaiates. (...) O bacharel, sendo espírito, deve impedir que o futrica, que é apenas matéria, aspire a viver como ele, a pensar como ele, e, sobretudo, a governar como ele e seja destituído do princípio pernicioso da igualdade das inteligências, base funesta de um socialismo perverso»⁶⁵.

Em *Os Maias*, João da Ega, vestido de diabo, num baile de máscaras, é quem vive uma relação espúria com a Cohen. E, ao ser descoberto por Jacob Cohen e ao chegar a casa, diante de dois ou três convidados, este diz-lhe: «Você, seu infame, ponha-se já no meio da rua... Já no meio da rua, senão diante desta gente, corro-o a pontapés!»⁶⁶. Esta passagem reflecte, pela verosimilhança, um facto real, ocorrido em 1870, quando Eça foi nomeado administrador do concelho de Leiria. É que por esta época, ao que se sabe, Eça teve o seu primeiro romance com uma senhora casada. Não tardou a que a alta sociedade de Leiria se apercebesse do facto e alguém informou o marido traído – o barão de Salgueiro –, que havia preparado um baile de máscaras, onde Eça decide ir vestido de Cupido, com asas de cambraia. Dançou com a baronesa e depois puxou-a para uma saleta, onde o par foi encontrado pelo cocheiro da casa. Eça foi expulso a pontapés, chegando a casa todo esfarrapado⁶⁷. No dia seguinte ficou esperando os padrinhos para o duelo, que, contudo – felizmente para ele –, não apareceram. Mas o pior seria o “beatério” que tomou conta do caso: foi sacrificado pela maledicência dos padres e das beatas de Leiria, o que o indignou tanto quanto as fraquezas daqueles devotos, a quem passou a observar, e registaria na sua escrita, cuidadosamente, os pormenores da vida devota provinciana⁶⁸, reflectida tão ricamente em *O Crime do Padre*

⁶⁴ Eça de Queirós, *O Conde de Abranhos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp.41-42.

⁶⁶ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.233.

⁶⁷ João Gaspar Simões, *Vida e obra de Eça de Queirós*, Lisboa, Bertrand, 1973, p.272.

⁶⁸ António de Miranda, *op. cit.*, p.36.

Amaro, em que denuncia que alguns dos homens de Deus não conseguem desligar-se dos apetites e também da sede do vinho terreno.

Será na esguelha desta vasta denúncia que também vislumbramos na obra de Eça, com maior nitidez, a repetição do consumo de alguns tipos de bebidas por parte de personagens específicas e caracteriologicamente muito interessantes. E essa observação dá-nos motivos para aprofundar, por essa via, o estudo da discursividade sobre a “pessoa”, a sua identidade, as emoções, a moral, a estratificação social, bem como a própria colectividade, revelando-se, assim, esse elemento muito importante na construção do romance, uma vez que acrescenta verosimilhança aos “espécimes” humanos que sucessivamente encarnam os vícios e as anormalidades desveladas.

1.4 - As bebidas na narrativa queirosiana

Nas obras de Eça observamos o desenvolvimento de um facto que para nós é particularmente notável: a alimentação acompanha os acontecimentos de interesse relevante. Há – é certo – nas palavras do(s) seu(s) narrador(es) – seja o seu estatuto o de um narrador heterodiegético, seja o de homodiegético ou autodiegético⁶⁹ – o condão de transportar o(s) destinatário(s) da(s) narrativa(s)⁷⁰ para o universo alimentar através da caracterização e da sugestão do aspecto visual, olfactivo e gustativo.

A descrição pormenorizada de alimentos sólidos e líquidos – que desde logo e só por si aguçam os nossos sentidos – remete-nos para uma experiência que iniludivelmente em muito ultrapassa a sensação imediata de prazer que se apodera de nós através do olhar, do aroma e do sabor. Isso decorre do conjunto de elementos ideológicos e semânticos agregados aos alimentos, o que incita, portanto, à curiosidade. E como a curiosidade é aquilo que nos move a querer saber mais, ela transforma as sensações directas num ímpeto de indagação e, por consequência, impele-nos para a busca de um novo significado, ou seja, uma possível interpretação mediata. É que a diegese também é formada por objectos e pelos valores que

⁶⁹ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós*, 2.^a edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1981, pp.42-43.

⁷⁰ Narratário e leitor real são duas entidades distintas: «efectivamente o narratário não pode ser identificado com a imensa pluralidade dos leitores reais, dado que cumpre uma determinada missão bem específica – a de ser destinatário imediato de uma mensagem narrativa -, missão essa que só a ele compete e de que só ele pode ser interprete perfeito». In *idem, ibidem.*, p.50.

lhes são atribuídos ou reconhecidos, o que permite veicular indícios e informações sobre as personagens através de significados simbólicos ou alegóricos, contribuindo isso para inserir o leitor num universo verosímil ou fantástico⁷¹.

Bastaria lembrar que em *O Primo Basílio* uma montra, da qual o narrador ressalta pormenorizadamente a disposição de doces e a exposição de garrafas de malvasia, não transmite só o aspecto visual. É que conquanto ela envolva uma figuração da realidade que é vista pela personagem, a cujo ponto de vista o narrador recorre, «também a projecção dessa realidade onde ele se insere na sua consciência» é um elemento decisivo e sem o qual não conseguiremos abarcar todo o sentido da cena⁷². Com efeito, para compreender a descrição desta montra é preciso recordar que, na verdade, a narrativa queirosiana designa uma sucessão de acontecimentos notadamente fictícios, ainda que verosímeis. E, por estes não corresponderem necessariamente a factos reais, uma vez que o enunciado é o produto de um acto de enunciação artística, percebemos a importância inegável do acto narrativo em si mesmo, «pois dele dependem não somente a existência do discurso, como a ficção de existência das acções que transmite»⁷³. Então, e tomando a descrição da montra como exemplo, a partir da riqueza da minúcia dos detalhes quase sentimos a textura, o cheiro e o sabor dos doces e do vinho. Isso provoca sensações multímodas e, não por acaso, é essa a intenção do narrador. Daí que possamos “ler” através da comida e da bebida. Portanto, vale dizer que a narrativa é um artefacto complexo e cujo significado também é definido pelo receptor, dentro dos contornos que o pensamento de Umberto Eco bem clarificou:

«(...) numa história sempre há um leitor, e esse leitor é o ingrediente fundamental não só do processo de contar uma história, como também da própria história. (...) só quero dizer que qualquer narrativa de ficção é necessária e fatalmente rápida porque, ao construir um mundo que inclui uma multiplicidade de acontecimentos e de personagens, não pode dizer tudo sobre esse mundo. Alude a ele e pede ao leitor que preencha toda uma série de lacunas. Afinal todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte do seu trabalho»⁷⁴.

⁷¹ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *op. cit.*, pp.740-744..

⁷² Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, pp.42-43.

⁷³ Gérard Genette, *op. cit.*, p.24.

⁷⁴ Umberto Eco, *Seis passeios pelos bosques da ficção*, tradução de Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp.7-9.

Se cremos, portanto, ser legítimo afirmar que o significado da obra queirosiana começa também a ser postulado com as intenções do próprio autor, ainda assim, ao considerarmos que este é quem detém o significado primeiro da obra – já que muitas vezes a sua intenção era a de denunciar os actos (e factos) da sociedade coeva –, devemos começar por nos restringir aos limites da sua interpretação, tendo por certo que a “sua” obra está ligada a um contexto determinado e todo o seu sentido está interligado com esse pressuposto. Não obstante, estamos em sintonia com Umberto Eco e o seu modelo interpretativo e comunicacional, pois o mesmo sustenta que uma obra não pode ser encarada como um produto acabado, já que abre espaço a um conjunto de relações de fruição entre a obra (de um autor) e os seus receptores. Noutras palavras, uma obra não é um produto acabado, mas uma contínua produção em que o processo de construção interpretativa e as probabilidades legitimam um discurso relativamente aberto.

O nosso trabalho de interpretação através das bebidas está, pois, focado numa mensagem que apresenta uma pluralidade de significados e provoca uma rica dialéctica, cuja interpretação nos faz fugir do que é mais evidente e ir antes em busca daquilo que o texto “esconde”. Esse impulso conduz-nos a actos interpretativos de liberdade, embora, como se disse, dentro dos limites do sentido do texto e/ou legitimados pelo nosso eventual uso de tal sentido.

Defendemos, nesse quadro, que uma das técnicas utilizadas por Eça para conduzir o leitor a um olhar mais particular reside em fazer uso de signos, entre eles, e em especial, a bebida. As bebidas estão para nós como um código a remeter o leitor para uma compreensão do significado das acções das personagens. Isto quer dizer que a descrição do que é bebido reflecte o modo peculiar do “olhar” do escritor – que por sua vez o projecta no narrador – sobre os acontecimentos da sua época. Quase sistematicamente as obras são um produto dessa escrita, que tantas vezes desde o seu preciso ponto de partida vão marcando as probabilidades de acção (moral, por exemplo) das personagens.

Para corroborar a projecção desta nossa premissa, notemos o passo do romance *O Primo Basílio* em que Luísa serve *champanhe* a Leopoldina, com o narrador a prontamente informar: «Tinha-o muito bom (...) desembrulhou-a do seu papel azul (...)»⁷⁵. Há, decerto, nestas palavras a intenção de fazer uma remissão a uma das características do povo português, “um povo de emoções, não de razão”, que permanecia “muito idealista e muito lírico”, e que gosta “apaixonadamente de envolver tudo de azul”, sendo que uma “bela frase” é sempre

⁷⁵ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p. 170.

portadora de maior contentamento do que o que seria propiciado por uma noção absolutamente exacta do que o circunda. É não querer ver as entranhas, as coisas entristecedoras, a pequenez do carácter, a miséria dos sentimentos. O que é suportado na exactidão parece ser estéril, já que a fantasia e a eloquência parecem ser as verdadeiras expressões do homem superior⁷⁶.

O papel azul que embrulha a garrafa de *champanhe* funciona, portanto, como uma metáfora. Interpretamo-la como uma modalidade reveladora de posições ideológicas e afectivas do sujeito da enunciação. Para Carlos Reis, a metáfora caracteriza um determinado aspecto do temperamento da personagem⁷⁷. Provavelmente por isso poder-se-á aproximar o papel azul e o *champanhe* como elementos que fornecem, conjuntamente e por meio de um discurso figurativo, uma indicação acerca da impressão que causa a personalidade de Luísa, uma mulher “deficientemente” educada e que deambula em aventuras alimentadas por leituras mal escolhidas. Com isso, o narrador denuncia as “fragilidades” da literatura romântica e as consequências que advêm da sua absorção: o sentimentalismo exacerbado e a avidez por sensações fortes e vulgares.

Notemos que o *champanhe* faz parte do processo semiótico de realização, de tal maneira que o podemos considerar como um elemento condutor da introspecção do complexo sistema de significação, envolvendo o que é consumido ou não, como e em que circunstâncias⁷⁸, de modo a transmitir mensagens implícitas, ou até mesmo explícitas, tal como defende Gaye Poole:

⁷⁶ «(...) nous sommes restés ici, dans ce coin ensoleillé du monde, très idéalistes au fond et très lyrique. Nous aimons passionnément, Monsieur, a tout envelopper dans du bleu; une belle phrase nous plaira toujours mieux qu'une not on exacte ; (...) et toujours nous considérerons la fantasia et l'éloquence comme les deux signes, et les seuls vrais, de l'homme supérieur». In Eça de Queirós, «A propôs do Mandarin – lettre qui aurait du être une préface», in *O Mandarim*, vol. I, Porto, Lello & Iramão, s./d., pp.1433-1435.

⁷⁷ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, pp. 25-26.

⁷⁸ «Food, I contend, is part of the semiotic process of filmmaking, and *Reel Food* provides insights in the complex signifying system, involving what is eaten, nor eaten, thrown away, preserved, chopped, baked, shared, hoarded, cook from scratch, taken from a can, or stolen». In Anne L. Bower, “Watching Food: The Production of Food, Film and Values”, in *Reel Food: Essays on Food and Film*, edited by Anne L. Bower, London, Routledge, 2004, p.3.

«Is possible to ‘say’ things with food-resentment, love, compensation, anger, rebellions, withdrawal. This makes it a perfect conveyor of subtext; messages which are often implicit rather than explicit, but surprisingly varied, strong, and sometimes violent or subversive»⁷⁹.

Nestes termos, as bebidas – mas não só – provocam no nosso imaginário uma panóplia variada de significados, cuja multiplicação de sentidos nos leva a diferentes leituras e interpretações. O nosso olhar incide sobre a bebida como ferramenta de interpretação do homem, a partir de uma avaliação da postura que a personagem assume. E, para esta nossa interpretação, é imperioso ressaltar a importância da linguagem conotativa (ou figurativa), característica de textos com alcance estético, ou seja, que exploram diferentes recursos linguísticos e estilísticos para produzir um efeito artístico. Neste sentido, podemos afirmar que a linguagem faz com que as palavras, ao comparecerem em contextos inesperados ou imprevisíveis, percam o seu sentido denotativo (literal e “básico”), ganhem novos significados e produzam interessantes efeitos de sentido – o sentido que verdadeiramente nos interessa.

É neste viés que Eça destaca, criticamente, o meio aristocrático lisboeta como consumidor assíduo de vinhos franceses, não menos que a constante evocação dos hábitos e vocábulos com a mesma origem. Ironicamente, Eça foi acusado de “desaportuguesar Portugal”. Entretanto, afirmava com convicção a diferença abismal entre o francês e o português, pois considerava a França o país da inteligência, onde o homem é essencialmente crítico⁸⁰; já quanto a Portugal, este era um país de imaginação, onde o povo ama, sobretudo, a eloquência e a imagem. E defendia-se:

«(...) *Portugal é um país traduzido do francês em calão* (...). Quem dependurou ali o traslado para que Portugal copiasse, com finos e grossos? Talvez os homens de 1820; talvez os românticos da Regeneração. Eu não fui; tenho sido acusado com azedume, nos periódicos, ou naqueles bocados de papel impressos, que em Portugal passam por periódicos, de ser *estrangeirado*, *afrancesado*, e de concorrer pela pena e pelo exemplo, para *desaportuguesar Portugal*»⁸¹.

⁷⁹ Gaye Poole, *Reel Meals, Set Meals: Food in Film and Theatre*, Sydney, Currency Press, 1993. *Apud* Anne L. Bower, *op. cit.*, p.3.

⁸⁰ Eça de Queirós, «O Francesismo», in *Últimas Páginas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s./d., p.822.

⁸¹ *Idem, ibidem*, pp.813-814.

Eça cresceu, é certo, em torno da cultura francesa: leu obras traduzidas e estudou Lógica e Retórica através de obras compiladas do Francês. E em Coimbra, ao ingressar na Universidade, recitou Racine:

«E foi tudo óptimo, recitei o meu Racine, tão nobremente como se Luís XIV fosse lento, apanhei o meu *nemine*, e à tarde, uma tarde quente de Agosto, comi com delícia a minha travessa de arroz doce...»⁸².

Ora, do Racine tão francês ao arroz doce tão português, podemos dizer que com o *francesismo* Eça tratou de caricaturar o provincianismo lusitano, pretensamente civilizado, o português que já não sabe ser português autêntico, nem sequer sabe comer⁸³ e beber. A intenção de “caricaturar” poderia revelar um ataque de “malvadez”; mas como caricatura que é, que se mostra pelo escárnio e pelo ridículo, «defende-se com inocência: dá uma grande punhalada, depois toma um ar de candura e fica-se, toda risonha, fazendo aceno e afagos»⁸⁴.

E como a ironia muitas vezes residia na valorização daquilo que vinha de fora de Portugal, para alguns sabia melhor um *Bordéus* do que um *Colares*. E é exactamente na mesa da alta burguesia, posta à francesa, com pompa e circunstância, que desfilam, na obra queirosiana, os grandes vinhos franceses: Chablis, vinhos de Bordéus, tintos do Médoc e outros. Pela valorização excessiva daquilo que vinha de França e pelo percurso da existência de Eça, podemos opinar que havia nele uma dualidade de sentimentos: a consciência da educação francesa que herdara e a consciência de não querer ser – ou não ser – parte efectiva de uma sociedade que – acreditava – se encontrava num processo de degeneração. Não obstante, amadureceu e desenvolveria um “anti-francesismo”, revelando-se contra a imitação “de modo servil” da Literatura⁸⁵ e dos modos franceses, inculcado na convicção das boas tradições portuguesas, inclusive a culinária⁸⁶.

⁸² *Idem, ibidem*, p.815.

⁸³ Cf. Álvaro Manuel Machado, *O «francesismo» na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1984, pp.71-77.

⁸⁴ Eça de Queirós, «Sobre a caricatura, *Leituras Modernas*», in *Páginas de Jornalismo*, vol. II, nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão, 1981, pp.424-426.

⁸⁵ «Para além de França nada se conhece – e é como se, literariamente, o resto da Europa fosse uma vasta charneca muda...». In Eça de Queirós, «O Francesismo», pp.813-826.

⁸⁶ Cf. João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp.135-139.

Sob o ponto de vista, pois, destas considerações, dir-se-ia que o homem lusitano é gizado a partir de personagens que muitas vezes perdem a identidade nacional, a moral e a ética. Daí a crítica queirosiana a certos aspectos sociais, políticos e económicos⁸⁷. Recorde-se, a título de exemplo, *As Farpas*, onde o corpo legislativo é acusado de não legislar: refere-se a uma assembleia muda, ignorante, sonolenta; o executivo não governa, não tem ideias, não tem sistema, não reforma; o povo – “coitado” – lá vai morrendo de fome como pode. Por tudo isso e consciente da consolidação da burguesia capitalista do século XIX – que produziu profundas transformações na vida dos trabalhadores – e da exploração de homens, mulheres e crianças, Eça levanta questões que entroncam no movimento socialista, cujo exercício e “santidade” se fundem: considera que os grandes progressos do movimento socialista se realizam no íntimo das consciências, que acordam para a fraternidade universal⁸⁸. Acompanhando esse pensamento, compara o cardeal Manning, um “Santo Moderno”, a São Paulo e a Karl Marx⁸⁹; e nos seus últimos escritos envereda pela idealização do “Santo revolucionário e social” para curar a miséria fundamental que é a ociosidade e o tédio. E deixa ainda transluzir, no eficiente aproveitamento de lendas de santos, a “solução” para os problemas morais⁹⁰.

No que diz particularmente respeito à alimentação, esta espraia-se por toda a obra de Eça e acompanha o seu senso crítico e mordaz. Na sua *Encíclica Poética*⁹¹ (1897) e no seu conto *Frei Genebro*⁹² (1894) surge todo o seu espírito analítico acerca daquele campo, revelado, por exemplo, através do comentário minucioso de hábitos alimentares, e apresenta uma concepção conjunta de religiosidade e socialismo⁹³. Parece a primeira obra incorporar elementos que permitiriam decifrar o debate acerca da moralidade do clero, sobretudo quando escreve que o Papa Leão XIII, qual humanista do Renascimento, se ocupava nas suas Encíclicas «dos aprestos da mesa, e da escolha atenta dos vinhos na adega, e da excelência da

⁸⁷ Cf. Maria Filomena Mónica, *op. cit.*, pp.120-121.

⁸⁸ Cf. Jaime Cortesão, *Eça de Queiroz e a Questão Social*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001, pp.58 e ss.

⁸⁹ Cf. Eça de Queirós, «Um Santo Moderno», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, pp.1486-1489.

⁹⁰ Cf. João Medina, *op. cit.*, p.117.

⁹¹ Eça de Queirós, «Encíclica Poética», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, pp.1592-1599.

⁹² Eça de Queirós, «Frei Genebro», in *Contos*, 7.^a edição, Porto, Livraria Chardron, 1926, pp.131-146.

⁹³ Cf. Jaime Cortesão, *op. cit.*, p.59.

galinha e do anho, (...) e da sobremesa, onde cumpra que resplandeça a maçã rubicunda...»⁹⁴. E, com indignação, remata o nosso escritor:

«Mas por fim o que mais nos surpreende e perturba é que tão doce e humano papa, de génio tão espiritual, e papa que tanto amamos, levante assim nos cimos da Igreja uma tão apetitosa mesa, e a alastre de galinhas, de vitela, de vinhos suaves e frutas rubicundas, e a ele se sente risonhamente como um pagão – enquanto ao redor arregalam os olhos tristes tantas criancinhas famintas, e por trás delas as mães pálidas apertam aos farrapos do seio outras criancinhas ainda mais pálidas, e para além os pais sem trabalho e sem lenha no lar enrugam a face sombria, e mais longe os velhos de secular miséria murmuram amargamente...»⁹⁵.

Por sua vez, na interpretação conceptual presente em *Frei Genebro* parte, logo de início, da representação da perfeição do religioso em todas as virtudes evangélicas. Neste conto, notamos o espírito rebelado e antiético de frei Genebro. Ao decepar a pata de um porquinho, o frei contraria os alicerces da fé franciscana, pois violentar um animal, ainda vivo, é acto completamente contraditório à fé professada por São Francisco e à sua proximidade com a natureza, em especial com os animais que simbolizam, a nosso ver, um estado de inocência. Entendemos, por isso, que o sentido deste conto tem como um dos seus pilares basilares a denúncia da “desobediência” aos preceitos éticos. Daí decorrem as ideias de degradação e de corrupção, que sujeitam a todo o ser humano.

Portanto, a conotação resultante da associação alimento/crítica pode ser muito subtil. Entretanto, parece claro que o autor da narrativa queirosiana permite que a sua subjectividade se projecte sobre a diegese e se mostre ao nível do enunciado⁹⁶. Isso torna possível a extracção das abordagens críticas vinculadas às bebidas, que não se resumem, por exemplo, aos devaneios românticos de Luísa, porquanto vincam, entre outras coisas, a explicitação caricatural de muitos outros vícios e da degeneração de determinados grupos sociais.

Importa ainda defender a representatividade singular daquilo que as personagens queirosianas nos revelam através das bebidas. O nosso autor clarificou bem os seus propósitos na sua *Cozinha Arqueológica*: a cozinha e a adega exercem uma larga influência sobre os

⁹⁴ Eça de Queirós, «Encíclica Poética», p.1593.

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.1599.

⁹⁶ Cf. *idem, ibidem*.

homens. Nas suas palavras, «comer bem, foi, com efeito, umas das grandes preocupações do homem antigo, tão grande talvez como servir o Estado»; e remata: «a cozinha anuncia o génio de uma raça»⁹⁷. Era tamanha essa sua convicção a ponto de, ao esmiuçá-la de um modo experimental, aprofundar a análise crítica da estrutura moral e social das suas personagens.

Este recurso parece-nos, pois, uma particularidade de Eça – isto se consultarmos, embora limitadamente, outras obras ícones do Realismo, nomeadamente *Madame Bovary* e *Educação Sentimental*⁹⁸. Nestas notamos apenas algumas poucas referências ao *champanhe* e aos vinhos de Espanha e do Reno existentes na mesa dos abastados: no Castelo de Vaubyessard, onde Ema Bovary conhece Rodolfo, seu primeiro amante; e, na segunda obra, numa breve ligação entre o vinho e a vulnerabilidade da libido feminina e a deterioração da sua imagem, numa conversa entre Frederico e Pellerin: «a fêmea do homem era uma criatura inferior na hierarquia estética: – o que nela vos seduz é precisamente o que a degrada como ideia, isto é, os seios, os cabelos... Corre, vinho; Mulheres, sorri!»⁹⁹.

Tudo isto nos leva a acreditar que na obra de Eça as bebidas estão eivadas de uma ambiguidade singular, desiderato que igualmente nos faz pensar que, a partir de tal realidade, bem poderiam ser retiradas conclusões sustentadas sobre um teor crítico atribuível ao que lemos. Daí que estando o leitor consciente dessa sugestão as bebidas passem a categoria de elementos externos empregados para ajudar a definir os “espécimes” de personagens e a concreta existência de problemas, aspectos que o nosso Eça procura ilustrar por meio da sua visão do mundo, numa perspectiva de fazer da(s) sua(s) obra(s) um instrumento de pedagogia quase “revolucionária”.

Lidamos, afinal, com a intersecção da vida com a ficção, e vice-versa. Porque dela irrompe a exposição dos problemas e das tensões de uma sociedade e de seus indivíduos, investigar através do vinho, da genebra e do *champanhe* – como constatamos, elementos auxiliares na técnica de observação de Eça – levar-nos-á, por certo, a conclusões muito relevantes sobre as matizes e os contornos do grande painel social e moral do Portugal de uma

⁹⁷ Eça de Queirós, «Cozinha Arqueológica», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, pp.1527-1532.

⁹⁸ Cf. Gustave Flaubert, *Educação Sentimental*, vol. I, II, Porto, Lello e Irmão, 1971; *idem*, *Madame Bovary*, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1999.

⁹⁹ Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, pp.88-89.

época. Ou seja: «diz-me o que comes, dir-te-ei quem és»¹⁰⁰; e dir-se-ia mesmo: “diz-me o que bebes, dir-te-ei quem és”.

1.5 - Olhar sobre a bebida, olhar sobre o homem

Por tudo o que acabamos de problematizar, interessa-nos sobremaneira realçar a importante função social da Literatura, isto é, que para além de ser um instrumento de diversão ela é-o essencialmente na educação e formação do homem. Precisamente por isto enraizamos também este nosso estudo na dimensão “educativa”, motivo que nos levou a escolher, dado o seu inequívoco potencial para o efeito, a literatura realista. É que esta, numa acepção muito elementar, é a transfiguração tanto quanto possível objectiva do real para a ficção, o que permite com maior acuidade o estudo do Homem, na amplitude da condição de ser humano, descortinando os seus sentimentos e as diversas formas de se relacionar. Recordemos que os escritores realistas, movidos pela ciência e pela filosofia, defenderam a influência do meio físico e social sobre os homens, elemento susceptível de interferir nas paixões e nos valores éticos e morais, revelando, assim, o indivíduo e a sociedade como a expressão do seu tempo, o que é, afinal, o suporte do romance realista.

Nas palavras de Norbert Elias, o conceito de “civilização” refere-se a factos de natureza muito diversa: o estado da evolução técnica, o conhecimento científico, a religião, os tipos e as maneiras¹⁰¹. Por isso nos parece também tão importante uma interpretação das personagens através das bebidas, que revelam, portanto, os temperamentos exaltados, as formas de loucura, o descontrole ou a busca de sensações desconhecidas, cuja satisfação seria sentida como o preenchimento de um vazio. Esta abordagem, no caso de Eça, revela uma “fórmula” que permite ao leitor julgar a (in)capacidade de cada uma das personagens em controlar os seus instintos por si próprio.

Assim, a intenção educativa de uma obra revela-se na (auto)descoberta da natureza humana e no poder de despoletar a capacidade de (auto)correção no destinatário da leitura. Cumprida esta função, teremos, então, a eficácia do carácter educativo: o combate à abjecção. Digamos que, diante desta proposta “educativa”, o homem deve travar uma luta constante

¹⁰⁰ Eça de Queirós, «Cozinha Arqueológica», pp.1527-1532.

¹⁰¹ Cf. Norbert Elias, *op. cit.*, p.79.

para construir a sua identidade e ultrapassar as barreiras que o denigrem. E a burguesia oitocentista parecia não reagir. Disso resultava uma sensação de falhanço, razão pela qual Eça olha, afinal, a sua vida de escritor como uma luta vã «quando se empreende com uma pena na mão, em língua portuguesa»¹⁰². E num tom de quase devaneio reconhece:

«(...) Todo o meu erro foi, quando era moço e forte, não estabelecer uma mercearia, para o que aliás tenho jeito e gosto. Estava agora gordo e sossegado como o toucinho que cobriria o meu balcão, e quando tu por lá aparecesses, eu diria com delicada superioridade: «Oh, Sr. Conde, temos agora aí um queijinho de que é de se lhe arrebatar a orelha»¹⁰³.

E para além da sensação de fracasso das suas intenções, o mundo cansava-o, como cedo se cansou do “mau vinho” de Havana, “estúpido paliteiro de palmeiras”, e de onde escreveu ao companheiro de *As Farpas*:

«De mim que quer que lhe diga? Estou aborrecido e estúpido. (...) Assim, eu, de Portugal esqueci o mau – e constantemente penso nas belas estradas do Minho, nas aldeotas brancas e frias – e frias! –, no bom vinho verde que eleva a alma (...)»¹⁰⁴.

Note-se que o vinho faz parte da nostalgia que se apodera de Eça, revelada, por exemplo, através de *A Cidade e as Serras*. O vinho deflagra um aroma que provoca os sentidos de Eça, e estes trabalham na retenção das recordações, que por sua vez estão indissociavelmente ligadas às emoções – o que é comum a todo o ser humano – e revelam o homem melancólico e saudoso. Vale aqui lembrar Soren Kierkegaard, para quem a “recordação” é diferente daquilo que simplesmente guardamos na memória, porque recordar é dar ordem da idealidade e a memória é indiferente ao conteúdo¹⁰⁵.

Mas outras sensações e revelações podem ser provocadas tanto pelo vinho como igualmente pela genebra e pelo *champanhe*. São, em muitos casos, néctares reveladores da verdade, uma verdade que muitas vezes o próprio sujeito protagonista da acção (ou omissão) tende a não aceitar ou a esconder. E pelos eflúvios da(s) bebida(s) deixa-se escapar um ou

¹⁰² *Idem, ibidem.*

¹⁰³ Eça de Queirós, «Carta ao Conde de Arnoso», in *Correspondência*, vol. 2, p.386.

¹⁰⁴ João Gaspar Simões, *Eça de Queirós. A obra e o homem*, Lisboa, Editora Arcádia, s./d., pp.69-72.

¹⁰⁵ Cf. *In Vino Veritas*, tradução de José Miranda Justo, Lisboa, Antígona, 2005, pp.43-44.

outro segredo ou intenção. Não podemos esquecer-nos de que o homem pode revelar-se através de uma “embriaguez” alcoólica.

Diz Kierkegaard que o vinho pode traduzir a verdade. Para o sustentar, o filósofo apresenta-nos o banquete de Constatin, em que seis homens, num jantar irrepitível, discorrem sobre as mulheres e o amor. E o vinho fomenta «discussões e não mera conversação» e a discussão deve ser guiada pela verdade; e «nenhuma verdade havia de se ouvir se não a que está *in vino*, sendo o vinho a defesa da verdade e a verdade a defesa do vinho»¹⁰⁶. Persuadir à verdade é, portanto, um dos efeitos do álcool. Ora através das bebidas Eça provoca constantemente o nosso imaginário e alia a bebida aos hábitos, às ideias sobrecarregadas de fantasias, às satisfações e ao poder. Não ficam incólumes, neste rico universo, as relações do homem com a divindade, cuja conexão com a comida e a bebida, especificamente no âmbito do Cristianismo, é notada pela consagração do pão e do vinho, «um verdadeiro banquete entre o céu e a terra»¹⁰⁷. E também perpassa a sociabilização, já que a bebida estimula o convívio, a amizade e os negócios. É o próprio Eça quem diz que «ainda hoje não se cria em grémio ou um sindicato, sem que os sócios jantem, cimentando os estatutos com champanhe e túbaros»¹⁰⁸.

Por conseguinte, somos instigados pela Literatura em geral e, no caso em apreço, pelas obras de Eça em particular a olhar para a dimensão humana em várias vertentes e dimensões. Delas faz ainda parte o luxo das bebidas raras e caras, às vezes reveladas pela *gourmandiese* própria dos gastrónomos e definida por Brillat-Savarin «como uma preferência apaixonada, racional e habitual, pelos objectos que agradam ao paladar»¹⁰⁹, que é, em definitivo, inimiga dos excessos. O excesso pode antes revelar um desvio de carácter, porque «todo o homem que come até à indigestão ou se embriaga corre o risco de ser eliminado da lista dos gastrónomos»¹¹⁰ – o que quer dizer que olhamos para as bebidas numa perspectiva próxima da aristotélica, cuja racionalidade prática está na sua concepção da virtude como mediania, revelando-nos reflexões acerca do papel do hábito e da prudência na Ética, em ordem a atingir o *bem humano*. O mesmo é afirmar que a virtude, na acepção aristotélica, não é idêntica ao

¹⁰⁶ O autor faz uma alusão a uma passagem do *Banquete* de Platão em que quando chega a vez de Aristófanes falar é acometido por uma crise de soluços. Vide Soren A. Kierkegaard, *op. cit.*, p.44.

¹⁰⁷ Cf. Eça de Queirós, «Cozinha Arqueológica», p.1529.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹ Jean Anthelme Brillat-Savarin, *op. cit.*, p.141.

¹¹⁰ *Idem, ibidem.*

conceito hodierno, inculcado pelo Cristianismo. A virtude era percebida no sentido da excelência de cada acção, ou seja, de a “fazer bem-feita”, na justa medida, a cada pequeno acto. E podemos dizer que este *bem humano* é determinado por factores internos e externos, que se constituem por uma série de elementos corporais ligados a uma forma dinâmica. A teoria aristotélica está, portanto, em harmonia com a teoria Realista-Naturalista defendida por Eça: a da forte influência dos factores hereditários e educativos sobre o carácter do homem.

Por certo, o conjunto da obra queirosiana exhibe formas e temas muito distintos e revela inúmeras nuances do comportamento humano. E, sentados à mesa com Eça, observaremos alguma fartura, mas com tolerância. Também levaremos o nosso olhar ao “glutão” e às relações supérfluas que recaem sobre o debate moral em torno dos excessos, do declínio das civilizações, do desejo e da febre da Carne, como acontece em *O Crime de Padre Amaro*; e continuaremos através de *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *As Cidades e as Serras* e *A Capital!*, onde outros temas também despontarão, como, por exemplo, a vaidade e a futilidade. Portanto, a partir destas obras poderemos apurar o paralelo entre o perfil da personagem e as bebidas que são servidas nos salões e nas mesas. Em suma, mostraremos assim que as bebidas não comparecem naqueles romances a toa: realçam, do nosso ponto de vista, a análise pormenorizada da sociedade e do ser humano e da sua moral, revelando os instintos, o lado fisiológico ou a agressividade e o erotismo como elementos que compõem a densidade humana, que as personagens queirosianas tão bem encarnam.

CAPÍTULO 2

Pedaços da vida pelo vinho, pela genebra e pelo *champanhe*

O Homem é um ser em constante mutação, susceptível de emitir muitas opiniões e passível de se deixar influenciar por paixões voláteis. Ao ser visto, por exemplo, pela “lente” Realista-Naturalista é até uma “máquina” relativamente irregular e que, no limite, depende de circunstâncias hereditárias e das variações do meio para moldar a sua educação. Portanto, diante desta constelação de variáveis a sua autonomia pode estar substancialmente comprometida ou pelo menos condicionada.

De facto, em todos os tempos é concedida ao Homem a possibilidade de, ao longo da sua existência, mudar e/ou renovar os seus conceitos e as suas criações. Tal constatação também poderia facilmente vislumbrar-se em Eça de Queirós, que deixa transparecer essa realidade no seu processo de produção literária, que, como já vimos, é pautado pela renovação, pela superação e pela evolução. É por isso que este nosso trabalho parte de um *corpus* necessariamente multifacetado e que não se restringe apenas a uma das três fases em que tal criatividade se pôde espriar.

Em tal conjunto, assim seleccionado para abarcar diferentes vertentes da evolução artística queirosiana, concentraremos a nossa atenção no “olhar” de Eça sobre aquilo que entendemos ter sido um dos elementos essenciais da ilustração do seu pensamento social e estético: as bebidas. É que, como já antecipámos, somos da opinião de que estas são componentes francamente auxiliares na delimitação e projecção das variantes sociológicas e morais de um tempo. Percebendo-as, pois, como parte integrante do(s) cenário(s) e vivências das suas obras, especialmente no que ao comportamento humano diz respeito, e como possível elemento muito significativo do ponto de vista de reconstrução artística de tais mundividências, “recortaremos” preferencialmente a conduta das personagens e traçaremos assim um repertório não só de hábitos e características gerais como ainda de vícios e excessos peculiares, isto a partir do consumo e/ou das utilizações do vinho, da genebra e do *champanhe*.

Na análise a que assim se procederá cativam-nos as sábias denúncias de Eça, especialmente a de que o uso dos bens terrenos nem sempre beneficiaria de uma adequada racionalização, como que fornecendo um antídoto para as condutas viciosas e advogando a necessidade de que a vida seja pautada pelo equilíbrio. Caberia, a este propósito, recordar as seguintes palavras de Locke: todo o «homem tem uma vida na terra, precívél e de duração

incerta, a que importa prover com os bens terrestres»¹¹¹. Estas “coisas” – as tangíveis, as menos duráveis e até as supérfluas –, inclusive as bebidas, também são, pois, necessárias ao próprio processo da vida. Mas, na lição queirosiana, é necessária moderação, pois a bebida e o acto de beber reflectem sensações e realidades multímodas, que perpassam e marcam o ser humano, desde, por exemplo, a carência e a tristeza até aos excessos e à euforia. E em Eça nada ficaria por tratar (romanesca e sociologicamente).

Comecemos por lembrar que o acesso à bebida é algo de eminentemente externo ao indivíduo. E, de facto, no Realismo queirosiano o universo externo ao homem (como é o caso do meio) é um campo de acção que, embora esteja aberto a imposições volitivas e de liberdade pessoal, não raramente impele os sujeitos ao ócio, às actividades sem objectivos e ao luxo estéril. Isto pode tornar as personagens verdadeiros signos representativos de pessoas refractárias a situações de consistência moral e ditar que o excesso do supérfluo, tantas vezes caricatural, potencie a imperfeição e a degeneração.

Sendo isso verdade, os ideais de ética, de solidariedade e de bem, assim como outros valores morais, podem ser relativizados por azo de condutas que se guiam por uma adesão àquele tipo de comportamento. Estas contingências e esta evolução dos fenómenos sociais são habitualmente apresentadas na generalidade das obras queirosianas, onde não raro encontramos ainda a imputação de outras características negativas à classe burguesa (e não só) oitocentista: a valoração das aparências, o culto do diletantismo, a vulnerabilidade ao “perigosos” sentimentalismo. Tais traços são muitas vezes indissociáveis das personagens e por esta razão na nossa análise procuramos reflectir também sobre a ausência de alguns dos valores éticos e morais subjacente a estas “deficiências”. Contudo, o que para nós se torna mais interessante é que essas imperfeições, embora encenadas pelo “óculo” de Eça, nem sempre são manifestadas expressa e directamente, antes o sendo pelo recurso a mecanismos literários precisos e que também integram elementos temáticos vários, como o vinho, a genebra e o *champanhe*.

No vasto universo queirosiano encontramos, pois, um conjunto dinâmico de personagens que desfrutam ou ambicionam “bens”. Para algumas, os vinhos, em especial os mais caros e raros, são ícones de ostentação, objectos de riqueza e fonte de inveja. Para Juliana, em *O Primo Basílio*, o vinho é o símbolo da libertação da sordidez em que vive; em *O Mandarim*, por sua vez, é sinónimo de ganância e emulação; em *Os Maias* é essencial para o convívio da “nobre” burguesia que dirige um país e lhe impõe tudo: as ideias, a moda, os

¹¹¹ John Locke, *Carta sobre a tolerância*, Lisboa, Edições 70, 1996, p.114.

tiques frívolos¹¹²; e é por viver neste meio de luxo, fama e *dandismo* que se opera o desvario do tolo e fraco Artur Corvelo de *A Capital!*. A partir destas constatações torna-se, então, fundamental verificar a funcionalidade desses e de outros padrões sociais, éticos e morais na correlação com os “líquidos”. Se se espraíam pelas obras escolhidas e considerando ainda que cada uma das personagens da sua vasta galeria cometeu pelo menos um acto que confluiu com preceitos morais, propomo-nos verificar qual a(s) bebida(s) que a acompanha(m) e aprofundar as implicações dessa opção.

Porque consideramos, portanto, a bebida como um elemento codificante do universo romanescos, será preciso recortar os vários pedaços da vida das personagens através do acto de beber e observar bem a sua conduta – claro está – através do senso crítico e tantas vezes irónico de Eça. Para o efeito, agrupámos os cinco romances que constituem o *corpus* do nosso trabalho em três blocos, respeitando a ordem cronológica de publicação e em harmonia com as supra-citadas fases¹¹³.

Iniciamos o primeiro bloco, que titulámos de “A embriaguez dos sentidos”, com *O Crime do Padre Amaro*¹¹⁴. Neste romance Eça abraça genericamente a teoria explicativa dos fenómenos sociais, tomando como base o Naturalismo de raiz positivista¹¹⁵. Para alguns, recorde-se, o Naturalismo é um instrumento de análise muito seguro, na medida em que procura examinar o carácter de uma personagem com base numa realidade e à margem de qualquer subjectividade ou da exacerbação de sentimentos, preferindo antes a observação da natureza humana e até o que é “vulgar” – aspectos também relevantes na estrutura do Realismo. Por isso Eça recusa o subjectivismo e procura orientar o seu romance para uma

¹¹² Cf. João Medina, *op. cit.*, p.59.

¹¹³ *Vide supra*, pp.24-25.

¹¹⁴ Recorde-se que a primeira versão desta obra, publicada em 1875 – de resto, sem o consentimento do autor – na *Revista Ocidental*, foi considerada por Eça como um “fiasco”, e que só em 1876 se publicaria uma 1.ª edição em volume. Depois, uma 2.ª edição sairia em 1880, apresentando substanciais alterações, e em 1889 publicar-se-ia uma outra (e última), que não sofreu variações em relação à anterior. Cf. A. Campos Matos, “*O Crime do Padre Amaro*”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.242-244.

¹¹⁵ Considerando que a sociedade humana é regulada por leis naturais como hipótese fundamental do positivismo, rastreamos na obra de Eça o paradigma científico do positivismo como método experimental e a possibilidade de indicar uma causalidade determinística. Cf. Fernando Catroga, “Positivismo”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.733-737. A evolução do pensamento do nosso autor deixa-nos a certeza do seu afastamento (e suscita dúvidas) quanto ao romance experimental de cariz positivista. Na sua crónica «Positivismo e Idealismo», diz: «o romance experimental, de observação positiva, todo estabelecido sobre documentos, findou (se é que jamais existiu, a não ser em teoria)». In *Notas Contemporâneas*, p.1496.

construção com uma dimensão científica e objectiva¹¹⁶, apurando as suas teses. Semelhante procedimento também sustenta as entranhas de *O Primo Basílio*, a segunda das obras que será detalhadamente abordada no âmbito deste primeiro bloco.

Estas duas obras são, pois, bem ilustrativas da segunda fase de Eça¹¹⁷. Contudo, há que destacar que o Naturalismo em Portugal padecia de condicionalismos e de limitações provenientes de certas tradições nacionais¹¹⁸, o que justifica que Eça tenha atravessado a sua fase Realista-Naturalista sem chegar a uma análise absolutamente fria e imparcial em romances experimentais¹¹⁹. Veja-se como no seu artigo «Crítica e Polémica»¹²⁰, de 1879, o nosso autor não distingue “a escola realista” do “movimento naturalismo” – e, por isso, fora acusado de não ser fiel ao Naturalismo.

Afastar-se-á depois da fase mais ligada ao Naturalismo e recriará em *Os Maias* a discussão contemporânea em torno dos grandes ideais literários. É nesta última obra – que apresentaremos num segundo bloco denominado “*Os Maias* ou O *chic* das expressões e dos sentimentos” – que observamos uma etapa decisiva no processo de amadurecimento do escritor: a objectividade do narrador é algo atenuada, as personagens gozam de maior autonomia e afasta-se, quase em definitivo, do determinismo do meio e da influência da hereditariedade.

Para encerrar o capítulo deter-nos-emos num terceiro bloco, com o título “A bebida e o tempo da vã agitação e da libertação”, que incidirá sobretudo em *A Cidade e as Serras* e *A Capital!*, por serem obras tardias e póstumas, embora muito detalhadas em pormenores do âmbito da temática de que nos ocupamos. Sublinharemos que se os romances anteriores são fortemente marcados pelas críticas à sociedade portuguesa *A Cidade e as Serras* contrasta particularmente com tal opção, já que agora Eça retorna – quase romanticamente – a valorizar o homem português e a genuinidade da natureza. Por sua vez, em *A Capital!* desnuda um traço já bem conhecido e vaticina-se uma «violenta condenação de toda a sociedade

¹¹⁶ Cf. Paula Ochôa de Carvalho, “Naturalismo”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.662-665.

¹¹⁷ *Vide supra*, pp.24-25.

¹¹⁸ Cf. Paula Ochôa de Carvalho, *op. cit.*

¹¹⁹ Cf. A. Campos Matos, “*O Primo Basílio*”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.752-755.

¹²⁰ Eça de Queirós, «Crítica e Polémica», in *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, vol.III, pp.907-914. Sete anos depois o nosso autor reitera o seu pensamento: «a opinião cimentada a pedra e cal, entre leigos e entre letrados, que naturalismo, ou, como a capital diz, realismo – é grosseria e sujidade!». In «Prefácio dos “Azulejos” do Conde de Arnoso», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, p.1435.

constitucional»¹²¹. Nela é, afinal, recuperada e está, pelo menos em parte, espriada a sua perspectiva Realista-Naturalista. Note-se que a elaboração desta obra foi interrompida pela produção e reelaboração de *O Crime do Padre Amaro* e de *O Primo Basílio*, vindo muito tardiamente a ser dada à estampa, ainda que conservasse as principais *tournures* daquele substrato periodológico.

Neste percurso passaremos, por conseguinte, em revista os elos de ligação, éticos e estéticos, que se estabelecem entre o vinho, a genebra e o *champanhe* e as condutas das personagens, os ambientes e os temas e ponderaremos, ainda, a ligação estreita com o que consideramos ser a intenção moralizadora que rege aqueles polifacetados vínculos.

2.1 - A embriaguez dos sentidos

Através destes seus romances experimentais¹²², Eça, mantendo-se invisível, porquanto são os seus narradores que asseguram um desenvolvimento accional, preocupou-se, como vimos defendendo, «deliberadamente em estudar e dar a conhecer os meandros mais íntimos da personalidade humana»¹²³. Com a selecção de grupos sociais representativos, foi possível ao autor efectuar experiências complexas e uma “manipulação” de teorias que ultrapassam, no plano imaginoso, os limites das rotinas realmente vividas¹²⁴.

O Crime do Padre Amaro e *O Primo Basílio* inauguram assim o desmascaramento da subjectividade romântica e ficam marcados por evidenciarem um trabalho de análise cuidadosa sobre a sociedade do tempo. Eça usa, com habilidade, o melhor do seu estilo crítico e irónico e expressa a sua interpretação do mundo, na qual focaliza, principalmente e em pormenor, a Igreja e a família. Por meio de uma convergência minuciosa de detalhes não descursa os traços negativos que marcam o clero, como é o caso da artificialidade das convicções, elemento repetido no desenho da família burguesa. Opera, pois, a partir da

¹²¹ Apud A. Campos Matos, “A Capital!”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.150-152.

¹²² Considerando o significado de “experimentação”, que designa os procedimentos através dos quais se exerce o controlo da veracidade de uma teoria ou de uma hipótese, confrontando-as com os factos. É, pois, um método de observação dialéctica em que se aplicam os dados colhidos e a probabilidade (previsão), considerando, no caso do Realismo-Naturalismo, a óptica determinista (os instintos naturais). Cf. Élisabeth Clément *et alii*, *Dicionário prático de Filosofia*, Lisboa, Minerva, 1997, p.141.

¹²³ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador ...*, p.56.

¹²⁴ Cf. Simone de Beauvoir, *O existencialismo e a sabedoria das nações*, tradução de Mário Matos, Lisboa, Esfera do Caos, 2008, pp.67-68.

observação destas instituições uma análise rigorosa da hipocrisia e do pseudo-moralismo da sociedade portuguesa do seu tempo, revelando a verdade que tantas vezes se encontra enublada pelas aparências. Em *O Crime do Padre Amaro* a escrita evidencia, de modo irónico, o anticlericalismo de Eça como uma das suas frentes de combate. Ali desvela os vícios e as artimanhas do clero. Já em *O Primo Basílio*, um verdadeiro «episódio doméstico»¹²⁵, o autor mostra a tese da corrupção da família da média burguesia lisboeta¹²⁶, a especificidade da condição da mulher no seio da família e a por vezes fraca solidez institucional do matrimónio¹²⁷, redundando no adultério, e tudo isso captado com um pano de fundo que é a representação da atmosfera social que envolve a protagonista¹²⁸.

Ora, neste vasto universo o vinho português é uma constante sobre as mesas pequeno-burguesas. Em *O Crime de Padre Amaro* ilustra-se já o sacrilégio do clero, que, em boa verdade, retira ao vinho a sua condição mística. Por sua vez, em *O Primo Basílio* o vinho é símbolo de frustração para Juliana, pois no quadro da construção desta personagem esta bebida ganha uma conotação com a gula doentia, esclarecendo-nos mais sobre a sua psicose do que sobre o hábito de a consumir¹²⁹. Por sua vez, o *champanhe* – na verdade um vinho “espumante” – surge nesta última obra claramente como uma bebida individualizadora da irrisão amorosa, sendo que atíça mesmo a fragilidade de Luísa.

2.1.1 - *O Crime do Padre Amaro*

Nesta obra o narrador onisciente impõe o seu sistema de valores a partir de uma descrição minuciosa. Inicia-se a narrativa com o recontar da morte de José Miguéis, pároco da Sé de Leiria, que em vida havia sido um homem bem nutrido e mesmo conhecido como o

¹²⁵ Cf. Mário Sacramento, *Eça de Queirós. Uma Estética da Ironia*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002, p.136.

¹²⁶ De acordo com Eça, a sua intenção não era a de atacar a família como instituição, mas especificamente a família lisboeta: «mas eu não ataco a família – ataco a família lisboeta, – a família lisboeta produto do namoro e reunião desagradável de egoísmos que se contradizem, e mais tarde ou mais cedo, centro de bombachota». *Apud* Manuel de Paiva Boléo, *O Realismo de Eça de Queirós e a sua expressão artística*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1942, p.11.

¹²⁷ Cf. Carlos Reis, “Tema e leitura crítica”, in *Construção da Leitura*, p.47.

¹²⁸ Cf. Carlos Reis, “Queirós, Eça de”, in *Biblos*, vol. 4, c.507.

¹²⁹ Lucette Petit, “Bebidas”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.130-135.

comilão dos comilões. Esmera-se a descrição do seu aspecto rechonchudo e lança-se que lembrava uma jibóia a esmoer. Glutão de temperamento explosivo, reclamava, irado, o jejum excessivo das beatas e sentenciava: «Coma-lhe e beba-lhe, coma-lhe e beba-lhe criatura!»¹³⁰. A partir desta tirada pode notar-se o assentimento tácito, na voz da personagem, de que tudo é possível e de que não há pecado em satisfazer os prazeres oferecidos pela vida – uma máxima também vincada no conto «Frei Genebro»: «o Senhor ordenava aos seus discípulos que comessem as boas coisas da Terra»¹³¹. A morte do pároco será a consequência lógica e previsível da sua gula. Com estas indicações, o narrador antecipa, ainda que subjectivamente, aspectos importantes das emoções e do carácter decadente do “grupo” religioso de Leiria.

O narrador apresentará então Amaro Vieira, o novo padre da terra, e não descarta a sua origem social: é filho dos criados da Marquesa. Dá-nos a sua compleição física – era magro e amarelado – e assegura que não brincava ao sol e se havia tornado medroso. Porque órfão, a Marquesa decidira mandá-lo para o seminário e o sacerdócio foi aceite passivamente, pois era o único meio de ascensão social¹³². Tal ambição é bem projectada pelo narrador: no seminário, durante uma refeição, diante de um caldo ralo de hortaliça, lembrava-se Amaro, com saudade, dos jantares de família – «As boas postas de peixe! O tempo da matança! Os rojões quentes que chiam no prato! Os sarrabulhos cheirosos!»¹³³ – ou dos repastos que, noutros tempos, a Marquesa oferecia a alguns missionários, «(...) pessoas brancas e bem tratadas que comiam ao lado das fidalgas (...). Recordava o padre Liset com um anel de rubi no dedo mínimo; monsenhor Savedra com seus belos óculos de ouro, bebendo aos goles o seu copo de *madeira*»¹³⁴. São recordações que revelam a sua preocupação com os comerres, com o vinho e, obviamente, com as formas sociais e profissionais de a eles melhor aceder.

Logo ali nos deparamos, pois, com a evidenciação enfática do excesso alimentar. A reiteração de factos e actos em torno da bebida é bastante significava, em vista dos reflexos que, ao nível da intriga, se deduzem da frequência com que ocorrem determinadas situações, e é nitidamente influente no modo como se vai delineando a conduta das personagens¹³⁵. É

¹³⁰ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.97.

¹³¹ Eça de Queirós, «Frei Genebro», p.139.

¹³² Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, Imprensa Nacional - Casa Moeda, Lisboa, 1982, p.202.

¹³³ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.149.

¹³⁴ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.143.

¹³⁵ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p. 62.

assim que o narrador vai incorporando no texto a menção a factos e acontecimentos recorrentemente sucedidos em torno da bebida e que são responsáveis pela instauração de um determinado hábito que se vai tornando regular na diegese e através do qual «é possível condicionar o comportamento daqueles sobre quem incidem os seus efeitos»¹³⁶.

Por outro lado, e como se sabe, a Carne é, desde sempre, o grande inimigo do clero, ombreando com gula¹³⁷. Ora, lautas mesas expõem ali soberbos jantares acompanhados dos melhores vinhos. E esta bebida acompanha toda a realidade circundante ao poder eclesiástico, ajudando a revelar a falta de vocação e de domínio das consciências ou a corrupção na vida pública e privada. Daí ao desejo da Carne – tema tão comum à mundivisão naturalista – a distância é curta. Amaro deixar-se-á tomar por ele, e embora procure viver preso a um padrão moral ditado pela consciência acabará por agir de modo conforme aos seus impulsos naturais.

2.1.1.1 - A sede do clero

O cônego Dias é um dos outros principais agentes da intriga. Homem tido como endinheirado, valoriza as aparências e é conhecido pelos fartos jantares que oferecia e pela excelência dos vinhos que servia, de entre os quais sobressaía, por exemplo, o Porto “Duque” de 1815. A pormenorizada referência a este vinho veicula uma óbvia crítica à vaidade em adquirir um clássico *Vintage*. Embora, ao que tudo indica, a marca “Duque” não tenha tido uma existência comercial, supõe-se que seja um vinho distinto e de grande longevidade. De facto, o ano de 1815 está historicamente associado a «uma das melhores colheitas *Vintage* do século XIX, apenas suplantada pelas de 1811, 1847 e 1870»¹³⁸.

Muitos foram os anos famosos dos vinhos Porto *Vintage*, baptizados com designações com que seriam mais conhecidos do que pelo ano da respectiva safra. Com efeito, o Porto de 1815 ficou conhecido como “Duque” em homenagem ao Duque de Wellington, vencedor de Napoleão em Waterloo. Curiosamente este vinho do Porto foi largamente consumido durante as invasões francesas (c.1809), quando os comandantes das tropas requisitavam, para ração dos seus soldados, os vinhos da Real Companhia Velha. Da mesma forma agiriam em 1811 os

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p.61.

¹³⁷ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, p.205.

¹³⁸ Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão, *op. cit.*, p.64.

ingleses, sabendo-se do consumo de trezentas pipas pelas tropas do Lord Wellington, o “Duque”. Em ambas as situações estas requisições eram feitas a “custo zero”¹³⁹.

Recorde-se que desde o Tratado de Metween (1703) o vinho do Porto regava o inflamado orgulho britânico: beber vinho do Porto era um luxo e um prazer. Notadamente o consumo deste vinho saltava aos olhos enquanto exibição de riquezas, provocando uma inevitável sede do mesmo por parte dos membros do clero. Por outro lado, sabemos das limitações económicas e financeiras deste estrato religioso. Mas não seria improvável o cónego Dias adquirir um Porto 1815, possivelmente através de meios escusos e à moda e ao feitio do seu carácter, já que frequentemente são denunciados, em contexto histórico ou romanesco, o abuso e a corrupção dos clérigos. Por isso, optaríamos por dizer que o cónego teria conseguido também o vinho a “custo zero”.

Apercebemo-nos, assim, na assertiva lição queirosiana, da corrupção que nesse tempo corria pela mente e pela *praxis* destes “religiosos”, vulneráveis a todos os prazeres sensíveis e aos vícios industriados pelos sentidos. Na primeira farta ceia oferecida ao Padre Amaro, o olfacto é provocado por um aromático caldo de galinha:

«Da terrina subia o vapor cheiroso do caldo, e na larga travessa a galinha gorda, afogada num arroz húmido branco, rodeada da nacos de bom paio, tinha uma aparência suculenta de prato morgado»¹⁴⁰.

E logo se sente também o som do vinho servido pelo cónego, uma vez que deitava «o vinho de alto, fazendo-o espumar»¹⁴¹. A fricção do vinho com o copo soa como uma música algo provocante, arrematada pela espuma, numa alusão à agitação e à explosão de desejos reprimidos. Considerando que a espuma é o resultado da agitação do vinho que está em repouso, provocando várias bolhas gasosas aprisionadas dentro de uma cápsula líquida, bem se consideraria existir um alcance metafórico em tal cena, dada a libertação da libido do Padre, prestes a alijar. E diante daquela fartura deliciosa, o cónego aconselhava-o ao deleite quase inconfessável:

¹³⁹ Ceferino Carrera, *op. cit.*, pp.231-232.

¹⁴⁰ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, pp.123-125.

¹⁴¹ *Idem, ibidem.*

«Pois é beber-lhe, homem! É beber-lhe! Desta gota não lhe pilhava você no seminário»¹⁴².

Porque ali se encontravam livres das regras do seminário, tudo era possível, até rir desavergonhadamente das poesias obscenas de Bocage – afinal, um poeta não diferente do clero em questão e que viveu sempre entregue aos vícios, à bebedeira e à devassidão¹⁴³. Também podiam desfrutar das induções no pecado da Carne, revelada pela imagem da Senhora Joaneira ao servir o cónego, com a delicadeza afeiçoada e impudica que os unia, um vinho do Porto de cor rubi-brilhante, aroma intenso e sabor inigualável, em inegáveis alusões à sensualidade e à paixão, complementadas ainda com a imagem de uma maçã desfeita e polvilhada com açúcar, isto é, o fruto do pecado. Estes aromas e sabores revelam, afinal, no rosto do cónego, uma expressão de prazer: permanece “embasbacado” enquanto percorre com o seu olhar “pachorrento”, não menos concupiscente, a corpulência da Joaneira e afirma, ambigualmente: «Boa gota! Acrescentou, saboreando o seu cálice de *porto*. Boa gota!»¹⁴⁴.

Sobre o vinho do Porto incide, portanto, uma ideia de consumação de paixões. Tudo isso implica, «mais que uma apurada minudência descritiva retratando ambientes físicos(...), uma verdadeira atmosfera social, cultural e moral inegavelmente reflectida na intriga»¹⁴⁵. É a sede de vinho e a fome da Carne que vinculam o Padre a todas as suas peripécias ao longo da intriga, revelando a sua consciência do prazer libidinal. Outro dos passos que corrobora esta nossa percepção é o de um jantar oferecido pelo cónego Dias e que encerra com a guitarra de Artur Couceiro. Depois, já em casa, Amaro sentia a cabeça pesada do *vinhito do Porto* e, tomado pela sede, sai em busca de água fresca. Vê então Amélia, num relance, em saia branca, a desfazer o atacador do colete. E o seu olhar “guloso” centra-se no decote da camisa que deixava «ver os seus braços brancos, o seio delicioso»¹⁴⁶.

Na articulação da narrativa irrompe bem o dualismo dos sentimentos do Padre Amaro, ou seja, a castração da liberdade em assumir os seus desejos carnis porque está subjugado aos deveres religiosos. Assim, entendemos que o narrador faz também uso do vinho como elemento provocador da atenção do leitor, numa representação profana. É, pois, um signo que

¹⁴² *Idem, ibidem*, p.127.

¹⁴³ Cf. Teophilo Braga, *Bocage, sua vida e época litteraria*, Porto, Livraria Chardron, 1902, p.9 e ss.

¹⁴⁴ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.127.

¹⁴⁵ Costa Pimpão, *Gente Grada*, pp.99-100.

¹⁴⁶ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.221.

reclama a atenção para uma realidade, isto é, que vai ajudando a revelar a inconsistência da vocação de Amaro. E o narrador dar-nos-á ainda a saber que, com o decorrer do tempo, já não celebrava o Padre a missa como nos primeiros tempos: antes «engrolava», rapidamente conduzia o ritual da missa, «consagrava o vinho, levantava a hóstia (...) – *Ite, missa est!* (...)». E, acostumado às comodidades, voltava para casa «já pensando na alegria do almoço, (...) e nas boas torradas»¹⁴⁷ e na pele fresca de Amélia a cheirar a sabão de amêndoas. «(...) Quando percebia a porta do quarto dela entreaberta, ia resvalar para dentro olhares gulosos»¹⁴⁸. O narrador deixa assim escapar, claramente, juízos de valor de denúncia, particularmente com o recurso à sinestesia “olhares gulosos”, colocando em destaque o germe da lubricidade de Amaro¹⁴⁹. Aliás, a luxúria continuará a girar em torno da personagem. A hora do jantar era a um só tempo a mais perigosa e a mais feliz:

«Amaro, com as pernas estendidas e o guardanapo sobre o estômago, sentia-se regalado, gozava muito no bom calor da sala; depois do segundo copo da Bairrada tornava-se expansivo, tinha gracinhas; às vezes mesmo, com um brilho tenro no olho, tocava fugitivamente o pé de Amélia debaixo da mesa»¹⁵⁰.

Recorde-se que os vinhos da Bairrada, produzidos a partir da casta *Baga*, não teriam grande reconhecimento de qualidade pelo público. Ora, é certo que desde sempre os homens da Igreja não viviam (nem vivem) a pão e água. Lá pelos idos de 1628 os monges da Ordem dos Carmelitas Descalços instalaram-se no Bussaco. Aí iniciaram a construção do seu mosteiro, onde plantaram hortas e vinhas. O “deserto” do Bussaco transformou-se então num paraíso agrícola, e, como esse “paraíso” fora um convite ao pecado, o Papa Urbano VIII, muito atento às tentações e contra o risco de se repetir o pecado de Adão e Eva, exarou, em 28 de Março de 1643, uma bula pontifícia vedando a entrada de mulheres nos domínios carmelitas¹⁵¹. Excomungava até todo aquele que danificasse uma árvore do Bussaco, e por consequência as vinhas. Quase um século depois, o Marquês de Pombal determinará o arranque das vinhas (1765 e 1766) como escopo de defesa da Companhia Geral de

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.269.

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.273.

¹⁴⁹ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, pp.98-105.

¹⁵⁰ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.277.

¹⁵¹ Cf. José A. Salvador, *Roteiro de vinhos da Bairrada*, Lisboa, Terramar, 1993, p.17.

Agricultura das Vinhas do Alto Douro. E a partir de 1777, já sob o ceptro de D. Maria I, é novamente autorizado o plantio de cepas. Foi por essa altura que os produtores se insurgiram contra a expansão da casta *Baga*, já dominante na região.

Por conseguinte, a casta *Baga* foi considerada de “escura linhagem” e causadora da deterioração da qualidade dos vinhos bairradinos. Não comparece, portanto, à toa a menção do consumo deste vinho na mesa de Amaro. Pressentimos, afinal, a degeneração de alguns homens do clero devidamente representada na ficção: tal como a casta *Baga* pode estragar um vinho, os padres que se forjam a partir de vocações falsas podem estragar uma congregação. Desse ponto de vista, parece-nos ser muito relevante que a Amaro ande as mais das vezes associada a má casta da *Baga*.

Observamos ainda no romance uma dedicada e especial atenção aos colegas de Amaro, «cujos vícios e materialidade grosseira são denunciados por um narrador que parece antecipadamente convicto de que o convívio continuado com semelhantes indivíduos apenas poderá resultar na progressiva deterioração moral da personagem central»¹⁵². Definitivamente, a fraqueza moral é corroborada pela imagem estereotipada das personagens.

Bastante elucidativo é o memorável jantar dos anos do abade Cortegaça, «o melhor cozinheiro da diocese»¹⁵³. Com ele à mesa estavam o Padre Brito, o Padre Natário, o Libaninho, o Cónego Dias e o Padre Amaro. A refeição confeccionada pelo abade foi servida pela Gertrudes, «a velha e possante ama do abade»¹⁵⁴. Exultado pelos seus dotes, logo surgiram os encómios aos aromas que exalavam da «vasta terrina do caldo de galinha»¹⁵⁵. Deliciavam-se com a cabidela, a côdea de pão ensopado no molho, os pimentões escarlates, as vagens, as azeitonas pretas, as broas, os bocados brancos de peito do capão recheado, tudo regado com o soberbo vinho da Bairrada em «bojudas canecas azuis»¹⁵⁶. E para a sobremesa, alinhava-se uma travessa de arroz-doce harmonizada com o precioso vinho do Porto 1815, servido a todos com as precauções clássicas e com a ressalva: «disto não se bebe todos os dias»¹⁵⁷.

¹⁵² Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.65.

¹⁵³ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.299.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.301.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.303.

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.315.

Sob o efeito do vinho, os padres engasgavam-se de riso, falavam da pobreza e da preguiça que havia por aquelas bandas, da promiscuidade, da miséria, do pecado que corria pelo mundo. Falavam também de política, das eleições, de como sabiam “cozinhar um deputadozinho” e dos votos que podiam arranjar, do benefício que podiam extrair das confissões femininas e de como usá-las em causa própria. De facto, captando uma realidade que nos convence plenamente, Eça mostra à saciedade como o vinho faz “alargar a língua” e como libertados pelo mesmo os homens da Igreja revelam a perfídia das suas personalidades, acobertada pelo manto das suas falsas convicções, e o quanto podem ser corruptos em favor de seus interesses.

Já cheios de vinho, os padres findam o jantar saciados e embriagados e não menos rudes e privados de sabedoria e carácter. O “calor” propiciado pelo vinho atíça secularmente o homem para várias acções, e na ficção estimulava transgressivamente a libido e desencadeia a ofensiva de Amaro sobre Amélia. Depois, lamentava-se por não ser livre e ficava a pensar nos «três inimigos da alma – MUNDO, DIABO e CARNE»¹⁵⁸ representados, um tanto desordenadamente, por uma bela mulher, uma criatura negra de olho de brasa e pé de cabra e o «*mundo*, coisa vaga e maravilhosa (riquezas, cavalos, palacetes)»¹⁵⁹. Tais expressões, assim inculcadas, revelam que Amaro não tinha intenção de evitar as tentações do mundo e da Carne.

2.1.1.2 - A insustentabilidade da Carne

Outros são os episódios do romance igualmente relevantes que concorrem para elevar as bebidas à condição de elementos imprescindíveis no desenvolvimento da intriga.

Comecemos por destacar o redactor do jornal *Voz do Distrito*, Agostinho Pinheiro, um “trastezito”, o tipo de jornalista moral e eticamente depravado, que esconde vícios e é qualificado pela sua torpeza. Produzia os seus textos ao som de um “fadinho” e um copinho de genebra, bebida que encontraremos *pari passu* nas obras queirosianas como representação da degradação ética de classes profissionais (e não só), como também poderemos verificar, a título de exemplo, na classe jornalística de *Os Maias* e de *A Capital!*. Lembremos ainda o conto «Frei Genebro», cujo protagonista se revela por um acto contraditório, antiético e

¹⁵⁸ *Idem, ibidem*, p.389.

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*.

tosco¹⁶⁰; aliás, curiosamente notamos a analogia da nomenclatura da bebida “genebra” com o apelido do Frei: “Genebro”.

João Eduardo, noivo de Amélia, costumava visitar a redacção daquele jornal, mas assumia que «não se atrevia a passear com Agostinho de dia nas ruas»¹⁶¹, ainda que gostasse de nas suas visitas “secretas” ouvir as histórias de Lisboa. Por outro lado, o narrador dá-nos a conhecer a aversão de João Eduardo aos padres. Ciente disto, o jornalista incita-o à perseguição e a escrever um artigo (o comunicado), sem considerar a verdade dos factos, pois «Havendo escândalo, conta-se! Não havendo, inventa-se!»¹⁶². Assim se construía um jornalismo corrupto, sensacionalista, capaz de deturpar a realidade. Tal conceito acerca dos jornalistas desvenda, por parte de um Eça comentador do seu tempo, um certo desprezo por uma categoria que propagava – entre outras acções antiéticas – o desdém pela obra Realista-Naturalista, que considerava “grosseria” e “sujidade”:

«(...) quando um jornalista, copiando no seu jornal com pena hábil a parte da polícia, que é o rosbife da imprensa, menciona um bruto que proferiu palavras imundas, nunca deixa de lhe chamar com ironia (...) – discípulo de Zola (...)»¹⁶³.

O artigo de João Eduardo consuma um ataque directo e violento à estupidez e grosseria do Padre Brito, a como o Cónego Dias, bojudo e glutão, é um mestre da imoralidade, ao perigoso e janota Amaro e ao Padre Natário, uma “víbora” tecedora de intrigas. Este último é quem descobre o autor do artigo. Amélia é então estimulada a desmanchar o noivado e Amaro, orgulhoso da sua vitória, «reconfortou-se com um cálice de vinho do Porto»¹⁶⁴, enquanto João Eduardo, inconformado, se entrega ao vinho tinto, às «canas brancas» e ao «cognac»¹⁶⁵. Descontrola-se e agride Amaro.

Num acto de benevolência, Amaro retira a queixa contra o agressor. Mas já João Eduardo estava encolhido, e todo o vinho que lhe acendera na alma a fogueira de cólera

¹⁶⁰ *Vide supra*, pp.35-36.

¹⁶¹ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.405.

¹⁶² *Idem, ibidem*, p.409.

¹⁶³ «Prefácio dos “Azulejos” do Conde de Arnoso», in *Notas Contemporâneas*, vol.II, pp.1435-1436.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p.517.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.619.

parecia subitamente eliminado do seu organismo. «Sentia-se agora tão inofensivo como quando no cartório aparava cautelosamente a sua pena de pato»¹⁶⁶.

Este confronto parece confirmar a teoria de que o homem reage de acordo com o momento. A disputa entre os rivais evidencia a fragilidade da identidade masculina. Alcoolizado, Eduardo torna-se valente, surge como um macho altivo e imponente, num comportamento não condizente com a sua personalidade pacata. Bebe tomado por uma ira momentânea e é o álcool que o leva à violência. Significa isto que os seus actos são consequência desse estado. Mas a verdadeira inconsciência e insensibilidade pertencem, na projecção de *O Crime do Padre Amaro*, aos clérigos, pois exercem o seu poder tirano sobre os fracos e os devotos ignorantes, enquanto se curvam ao dinheiro e se entregam aos prazeres do vinho e da Carne¹⁶⁷.

Dir-se-ia, por conseguinte, que neste romance, que tem o meio clerical como forte enfoque ambiental, o vinho não é – ao contrário do que seria de esperar – referido enquanto elemento sagrado e parte do ritual da religião cristã, que o tem por fonte de vida, sinónimo da comunhão e da alegria que o Senhor pode trazer aos corações do homem. Quando tangencia o tema, tal dimensão logo é relativizada, porquanto é antes condicionado por essoutra vertente, profana e que o dimensiona enquanto néctar que conduz a Baco, o deus da ebriedade e dos excessos, especialmente dos “apetites”. E assim alimenta a ambição e a soberba.

Olhemos agora para a travessa de aletria que nos aparece decorada com as iniciais do Padre Dias e acompanhada do “soberbo” Porto 1847. Este padre assegura que desta “boa gota” não tinha sido servido nas galhetas da missa daquela manhã. E Amaro também afirma que é necessário que o vinho seja bom, pois concorre para a “dignidade” do Santo Ofício. A sacralização do vinho é, pois, nas palavras do clero, meramente marginal, e, por isso, neste trecho podemos antes sentir fumos da *vis* depreciativa do narrador, cuja exposição revela a soberba de um (o primeiro) e as intenções corruptas do outro (o segundo). Tudo isto enquanto Amaro acaricia o joelho de Amélia e profere uma pregação hipócrita:

«É que o vinho, quando não é bom e tem ingredientes, deixa resíduos nas galhetas; e, se o sacristão não é cuidadoso e não as limpa, as galhetas ganham um cheiro péssimo»¹⁶⁸.

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.635.

¹⁶⁷ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, p.206.

¹⁶⁸ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.671.

Ora, na liturgia o momento crucial da celebração coincide com o facto de o pão e o vinho se tornarem corpo e sangue de Cristo, num ritual de sacralização. Ao invés, e contraditoriamente, nesta obra, em que está em causa a ética da sociedade clerical da Igreja Católica, o vinho reflecte a relativização dos preceitos morais e éticos e dos votos de pobreza e castidade. Amaro é um “animal” incapaz de domar as suas energias corporais e essas violações são uma afronta à Igreja. À luz do pensamento de Locke, a Igreja é «uma sociedade livre de homens voluntariamente reunidos para adorar publicamente a Deus. «(...) As exortações, as admoestações, os conselhos são as armas desta sociedade, graças às quais os seus membros devem ser mantidos no dever». E remata: «a esperança da salvação é a única causa da sua entrada na Igreja, será também a única razão de nela permanecer»¹⁶⁹. Mas, para um clero hipócrita, torna-se, deste modo, mais fácil compreender que, para atingir as metas ambicionadas, basta ser um sacerdote razoável¹⁷⁰. A relativização é assumida por Amaro, que deixa escapar:

«é que o comportamento do padre, logo que não dê escândalo entre os fiéis, em nada prejudica a eficácia, a utilidade, a grandeza da religião»¹⁷¹.

É como se Deus fosse «cúmplice na satisfação e no desejo»¹⁷². Consumada, pois, a sedução, Amaro não sente remorsos, como na sua primeira vez, quando pecou brutalmente com Joana Vaqueira sobre a palha das estrebarias. Afinal os outros homens do “santo ofício” fazem a mesma coisa: por baixo daquelas batinas «estava igualmente a mesma miséria bestial da carne», copulavam em «alcovas cómodas, com a ceia ao lado»¹⁷³.

Amaro, o homem, dominava com prepotência Amélia, a mulher, enredando-a numa paixão que a tornava absorta e estúpida. Nos braços do padre não temia o pecado; «o desejo, o furor da carne, como um vinho muito alcoólico, davam-lhe uma coragem colérica»¹⁷⁴. O

¹⁶⁹ John Locke, *op. cit.*, pp.94-96.

¹⁷⁰ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, p.203.

¹⁷¹ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.709.

¹⁷² Carlos Ceia, *Sexualidade e Literatura*, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p.19.

¹⁷³ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, pp.693-695.

¹⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.783.

vinho adquire assim laivos de um elemento de comparação com intuito hiperbólico¹⁷⁵ e tem ainda como intenção particularizar a sensualidade excessiva e o desejo intenso que a ambos dominava.

Depois, com Amélia grávida, os encontros tornam-se desagradáveis. Afastados, Amaro passará um período de solidão, num desconforto emocional que o conduz a uma “oportuna” alienação, provavelmente sentindo-se impotente para influir directamente no processo natural da situação em que se enredara. “Engrola” a missa pela manhã e na sua ociosidade «só lhe restava através da sua sentimentalidade um apetite tremendo (...); banquetear-se, tratando-se a galinha e a geleia, regando-se dum vinho picante da Bairrada (...). E ali ficava à mesa, horas esquecidas, de perna esticada, fumando sobre o café, e lamentando não ter à mão a sua Ameliazinha»¹⁷⁶. E no seu processo de abstracção bebe e fuma, traços de que, de resto, Balzac também dera já conta¹⁷⁷. Isso acontece porque Amaro tem energias para domar e uma excitação natural para aplacar, como se naqueles vícios encontrasse a paz e o vinho o ajudasse a libertar a tensão dos seus músculos.

O Padre Ferrão, que passa a ser o confidente de Amélia, surgirá então na intriga para destacar de um outro modo os atributos negativos dos demais. Ele é o único que revela uma verdadeira vocação religiosa. Aquele padre de “ideias esquisitas” e de “palavreado liberal” decidira viver naquela aldeia de terra escassa, entre gente pobre, «vivendo com dois pedaços de pão e uma chávena de leite, com uma batina limpa onde os remendos faziam um mapa»¹⁷⁸.

Previsivelmente Amaro tornara-se igual aos seus demais colegas e continua a protagonizar a sua vida dupla: uma centrada no objecto imediato do desejo do vinho e da Carne, outra num esforço com um outro objecto mediato, isto é, servir a Deus¹⁷⁹.

2.1.2 - O Primo Basílio

Nesta outra obra de marca Realista-Naturalista, o narrador vai-nos apresentando o espaço em que a diegese se desenvolve a partir das “reuniões” que têm lugar em casa de

¹⁷⁵ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.109.

¹⁷⁶ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.855.

¹⁷⁷ Cf. Edmondo De Amicis, *O Vinho*, tradução de Rita Benamor Murteira, Lisboa, Fenda, 1995, p.59.

¹⁷⁸ Eça de Queirós, *O Crime do Padre Amaro*, p.863.

¹⁷⁹ Cf. Carlos Ceia, *op. cit.*, p.18.

Luísa. Nesta construção ficcional, os amigos da protagonista – personagens secundárias – sucedem-se em torno de um *chá* – em nada parecido com o requintado e tradicional *chá* do final da tarde à inglesa, introduzido a partir dos hábitos portugueses da princesa Catherine de Bragança, quando se casou com o rei Charles II em 1661¹⁸⁰. A cavaqueira na casa de Luísa proporciona às personagens, especialmente as femininas, uma das válvulas de escape das longas horas de ócio por que passam. Dentro do estilo realista queirosiano, o *chá* está, pois, embora ironicamente, vinculado aos espaços circunscritos à diversão e com o fulcro de amenizar a falta de ocupação, regalando o corpo pela satisfação das exigências da gula¹⁸¹.

Eventos como este revelam, em regra, os contornos negativos das personagens. Recordemos que o Conselheiro Acácio¹⁸², no seu pseudo-formalismo social, adopta um comportamento populista e que nos parece ser o de um homem de força moral duvidosa; e como se trata de uma personagem verdadeiramente plana¹⁸³, não encontraremos nenhuma reacção que surpreenda o leitor¹⁸⁴. A caracterização por parte de um narrador onisciente revela as suas fraquezas e ressalta a preferência do Conselheiro: *chá fraco*. Este homem de poucas ideias e carente de lógica era, contudo, a ambição de Dona Felicidade, senhora beata, um tanto ou quanto “tola” e que sofria de apoplexia e de crises gasosas. Venerava a careca do cavalheiro: é que «havia sobretudo nele uma beleza cuja contemplação demorada a estonteava como um vinho forte: era a calva»¹⁸⁵. Note-se, portanto, a subjectividade intencional do narrador através de tal discurso figurativo. O vinho adquire, nesta situação, um sentido particular: a sua cor vermelha é indício de ardor afectivo e pelos seus efeitos entusiasmantes provoca o imaginário, aguça os sentidos e é um signo utilizado para representar a paixão. A

¹⁸⁰ Cf. José Quitério, *Histórias e curiosidades gastronómicas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992, pp.185-187.

¹⁸¹ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, p.36.

¹⁸² Símbolo da vacuidade, do convencionalismo e da respeitabilidade burguesa, Eça dá-o ainda como símbolo do constitucionalismo e do formalismo oficial, pois não usava palavras triviais. As suas frases caracterizavam a sua mediocridade. Cf. A. Campos Matos, “Acácio, Conselheiro”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.30-31.

¹⁸³ «Personagem constituída em torno de uma única ideia ou qualidade. (...) é acentuadamente estática: uma vez caracterizada, ela reincide (por vezes com efeito cómico) nos mesmos gestos e comportamentos, enuncia discursos que pouco variam». In Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 6.ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1998, p.322.

¹⁸⁴ Cf. Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *op. cit.*, p.709.

¹⁸⁵ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.33.

nosso ver, Dona Felicidade desvela um gosto um tanto perverso e burlesco, provocando mesmo o riso. Podemos dizer que é um sentimento *acassiano*¹⁸⁶.

A anfitriã, Luísa, é uma mulher romântica, sonhadora e de uma fragilidade comportamental que a predispõe ao adultério. Ela é, tal como defendiam os Realistas-Naturalistas, o produto do meio¹⁸⁷. Assim, predomina nesse tipo de personagem o instinto e o pendor fisiológico, integrando ainda o erotismo como elemento que compõe a personalidade humana. Igualmente o são Amaro e Artur Corvelo em, respectivamente, *O Crime do Padre Amaro* e *A Capital!*.

Uma viagem de Jorge, marido de Luísa, em trabalho deixa-a enfadada e ainda mais ociosa. Mas o retorno do antigo namorado, Basílio, quebra-lhe a rotina. O narrador encarrega-se de revelar, com cuidado, a personalidade deste homem: cínico e perverso, é um crítico da provinciana Lisboa e reconhecidamente um conquistador e irresponsável. Logo no primeiro (re)encontro com Luísa investe em recordações que possam fragilizar a mulher: evoca os seus medos, lembra a adega da casa paterna – com uma «frialdade subterrânea que dava arrepios! A candeia de azeite pendurada na parede alumiaava com uma luz avermelhada e fumosa as grossas traves cheias de teia de aranha, e a fileira tenebrosa de pipas bojudas»¹⁸⁸ – e os beijos furtivos que ali ocorriam. Este discurso parece anunciar uma relação prestes a sair da penumbra e a saltar à luz. O vinho contido nas “bojudas pipas” anuncia a sensação de embriaguez que se alargará pelo corpo e na mente da protagonista, revelando, sem pudor, a inclinação a emoções fortes.

Mas outras cenas e outras personagens vão também desfilando de modo intencional. Sebastião, amigo íntimo do casal lisboeta, corrobora a descrição da personalidade do Basílio. Considerava-o «um *debochado*, um *perdido*», «(...) um pândego e, como tal, passara metodicamente por todos os episódios clássicos da estroinice lisboeta (...)», como «as noitadas de bacalhau e Colares nas tabernas fadistas»¹⁸⁹. Afinal, o narrador onisciente concede a Sebastião o poder de captar as intenções de Basílio, a quem Luísa provavelmente sucumbiria. E não tardaria a que a relação estreita fosse notada pela vizinhança.

¹⁸⁶ Cf. A. Campos Matos, “Acácio, Conselheiro”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, pp.30-31.

¹⁸⁷ Cf. Lilian R. Furst e Peter N. Skrine, *op. cit.* p.62.

¹⁸⁸ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.61.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.115.

Remetendo para um outro plano, num dado momento o narrador afasta-se da história e encarrega-se de em seu próprio nome informar o leitor, numa descrição meticulosa, sobre uma repugnante montra – pela qual facilmente e assim se poderia percorrer, com os olhos, o conjunto dos alimentos que ali se encontram. Deixa de lado as personagens da cena – Sebastião e Julião –, que, todavia, continuam por ali, algures, a desempenhar as suas ocupações e a esperar que a narrativa os traga de volta a cena¹⁹⁰:

«(...) uma exposição de garrafas de malvasia (...), transparências avermelhadas de gelatinas, amarelidões enjoativas de doces de ovos (...). Velhas natas lívidas amolentavam-se no oco dos folhados; ladrilhos grossos de marmeladas que esbeçavam-se ao calor (...)»¹⁹¹.

Esta pausa descritiva adquire, no entanto, um carácter interactivo, uma vez que através da mesma sentimos um olhar repugnante do narrador. A descrição remete-nos para a sensação de náusea provocada pelo excesso dos doces e guloseimas e que o vinho malvasia também comporta, pois uma das suas características principais é a do seu paladar ser adocicado. Esta descrição evoca, por certo, a presença de uma informação não desvendada e aparece como “uma mensagem indecifrável” mas explicável pela envolvente que se sucederá. A náusea repulsiva que sentimos na descrição da montra antecipa e vinca a personalidade asquerosa de Julião, sempre maledicente e invejoso, materialista, seco, nervoso, isolado e inadaptável à sociedade e sobre a qual destilou todo o seu amargor, porque a abomina e por ela é desprezado – ao invés da conduta honrosa de Sebastião quando se preocupa em dar a conhecer a Luísa que as visitas do primo não passavam despercebidas pela vizinhança.

Bastaria, pois, este breve olhar para o processo de desenvolvimento da intriga e do contexto humano, social e ambiental que a suporta para comprovar o alcance crítico da observação que a obra evidencia e compreender a riqueza que os pormenores atinentes ao mundo da alimentação ali igualmente têm.

¹⁹⁰ Gérard Genette, *op. cit.*, p.100.

¹⁹¹ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, pp.133-134.

2.1.2.1 - O *champanhe* e a entrega

Neste romance – como já acontecia em *O Crime do Padre Amaro* – a bebida ajuda frequentemente a libertar tensões e a suscitar a sensualidade, num gozo interminável e que se projecta muito para além do seu imediatismo sensorial e do infinito¹⁹². Para alguns, quando falta a coragem, é por meio das “drogas” que a encontram, e, assim, sob o seu efeito podem arder na concupiscência; para outros, desprovidos de qualquer senso moral, as “drogas” são apenas um isco para alcançar a sua presa fácil. E é assim que Basílio joga com os sentimentos de Luísa: o *champanhe* é a acendalha para a sedução.

Com efeito, Basílio investe no aliciamento da presa: convida-a e leva-a ao campo, «às Alegrias, à quinta de um amigo dele que estava em Londres. Só viviam lá os caseiros»¹⁹³. Aí Luísa entrega-se ao *champanhe*, o libertador das tensões, que deixa o corpo e o espírito amolecidos e potencia o aniquilamento da mente, minando a capacidade de raciocínio lógico e as palavras, agora “embriagadoras”, como se de «um licor forte»¹⁹⁴ se tratasse. A intenção do narrador é a de revelar que a protagonista se deixa levar e condicionar pelos fenómenos da biologia e da química dos corpos, neste caso uma embriaguez alcoólica que provoca uma espécie de “intoxicação” aguda, transitória mas que diminui ou retira a capacidade mental. Não demorará e o *champanhe* será mesmo esteio para a consumação do adultério.

Numa dada tarde Luísa recebera a visita de Leopoldina, que se apresenta com um apetite voraz. Não lhe apetecia alimentar-se na sua própria casa e desejava comer bacalhau. Juliana, a serviçal de Luísa, confecciona o objecto do desejo: um pouco tostado, temperado com louro, desfazendo-se em finas lascas, regado com um fio mole de azeite e com alho amassado. Leopoldina delicia-se. As amigas arrebatavam-se daqueles sabores, aromas e texturas, num prazer esfusiante, e logo esvaziaram uma garrafa de vinho. E os corpos vão ficando mais indolentes e desejam mais. Prontamente Luísa serve um *champanhe*:

«Tinha-o muito bom, (...). (...) desembrulhou-a do seu papel azul; – e com risinhos, sustos, fizeram estalar a rolha. A espuma encantou-as: olhavam os copos, caladas, com um bem-estar feliz. Leopoldina

¹⁹² Cf. Carlos Ceia, *op. cit.*, p.11.

¹⁹³ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.131.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, pp.148-149.

gabou-se de saber abrir muito bem o *champanhe*; Falava vagamente de ceias passadas... (...) olhava com sensualidade os globulinhos vivos que subiam, sem cessar, no copo esguio (...)»¹⁹⁵.

Era o momento de apreciar a sensualidade do *perlage* – a coroa de espumas formada pelas bolhas de gás – como se estivessem a beber as estrelas que caíam do céu! E «a meia obscuridade deram-lhe depressa a necessidade de cochichar confidenciazinhas»¹⁹⁶. Luísa, já com o corpo preguiçoso e envolvido por um langor peculiar provocado pela bebida, despede-se de Leopoldina, que partia para se entregar ao amante.

Toda a exposição em torno do *champanhe* prepara bem o leitor para uma conclusão óbvia. Os factos ou situações de tal narrativa são um conjunto complexo e bem detalhado, no qual o poder de análise ou simplesmente de descrição só se pode distinguir retalhando a tessitura das relações estreitas entre o acto narrativo, os protagonistas, as determinações espaço-temporais e a sua relação com as outras situações implicadas na mesma narrativa¹⁹⁷. De facto, percebe-se que o narrador tem a intenção de sugestionar que o *champanhe* lhes agitava o sangue e que as borbulhas desprendiam os pudores e as libertavam do dogma da castidade. Era o *champanhe* que levava ao sorriso, aos olhares, ao abraço, e que também, em parte, conduz Luísa à entrega e à rendição a Basílio.

Ociosa e consumidora constante de uma literatura romanesca que transforma a vida em devaneios, Luísa tinha, finalmente, um amante. Mas «não fora culpa sua. Não abra os braços a Basílio voluntariamente!... Tinha sido uma *fatalidade*; fora o calor da hora, o crepúsculo, uma pontinha de vinho talvez...»¹⁹⁸. Se a Luísa faltava coragem ou superioridade moral para vencer os ímpetus que a atiravam para Basílio, certamente não faltaram a ambos os impulsos internos – a pulsão dos desejos – e os externos, alimentados pela bebida, a interferir nos seus sentidos, volatilizando os seus pudores e fazendo uso dos seus verdadeiros sentidos.

Os encontros sucedem-se e o narrador deixa aperceber, claramente, o seu juízo de valor, particularmente acerca dos tratos e maneiras dos amantes. Basílio nada mais é que um conquistador obstinado e sem escrúpulos, um cultor da ociosidade corrente que o aborrece e

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.170.

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.174.

¹⁹⁷ Cf. Gérard Genette, *op. cit.*, p.214.

¹⁹⁸ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.185.

que precisa de ocupar o tempo com um sexo banal. E para acalmar a ansiedade, em especial enquanto esperava por Luísa no *Paraíso*, fumava e bebia grogues frios feitos com conhaque, açúcar e limões – recorde-se como o Padre Amaro, lamentando a ausência de Amélia, bebia o seu *Bairrada*. E para seu gozo, no paraíso da luxúria – o campo dos “festins” e “bacanaís” –, Basílio alimentava a satisfação da amante: regalava-a com um cesto repleto de iguarias (sanduíche, um paté de *foie gras*, fruta e uma garrafa de *champanhe*) e ela desmanchava-se em gestos sensuais, irrequietos e nem um pouco requintados: fazia tilintar o gelo contra as paredes do copo, cheio de *champanhe*; comia com gula; bebiam pelo mesmo copo; soltava-se nos braços de Basílio, que a alertava para o equívoco do copo que usavam e que era antes adequado para o vinho de *Colares*; e para recompor o erro usavam mutuamente a boca como cálice. Nestes encontros o modo de beber revela, portanto, um comportamento sobrecarregado de ideias e sobretudo fantasias, insistentemente objecto de uma fina ironia por parte do narrador quando acentua expressamente que aqueles são movimentos de uma «pieguice clássica»¹⁹⁹.

Luísa conhecia agora novas sensações, e Basílio usava-a, tinha-a na mão. Os seus actos eram reflexos do seu carácter fútil e inconsistente. Entende-se, pois, que desta forma Eça confirma a sua posição de distância em relação à atitude de Luísa, embora no quadro de uma concepção masculina que, sem dúvida, deixa transparecer as suas impressões negativas em relação ao universo feminino²⁰⁰ – que, acreditamos, resulta da ociosidade e da imaginação inflamada pelas leituras que conduzem a paixões avassaladoras²⁰¹. Como Luísa é volúvel – como o narrador lança, “deixa-se ir”²⁰² –, é facilmente dominada e a bebida assume-se como instrumento e centelha que abrasa o adultério. Os encontros repetem-se, bem como a troca de cartas – duas delas furtadas por Juliana.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 235.

²⁰⁰ «(...) a mulher da cidade para Eça, então, era um ser caprichoso e volúvel, todo dado ao luxo e à puerilidade, com largos sonhos de grandeza e desdêns profundos por tudo quanto fosse verdadeiro, trivial, honesto». In João Gaspar Simões, *Vida e obra de Eça de Queirós*, p.271.

²⁰¹ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, pp.138 e ss.

²⁰² Luísa não tem domínio sobre si. Aborrecida vai num impulso ao Hotel Central, e o narrador diz: «os temperamentos sensíveis têm impulsos indomáveis»; desprezada por Basílio, «deixa-se cair». In Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.276.

2.1.2.2 - Juliana, gluttona e sedenta

Juliana, «a mais balzaquiana de todas as figuras de Eça»²⁰³, revela-se, por sua vez, como personagem com traços individuais bem definidos e que são modeladores do seu fraco carácter, das suas ambições e das suas frustrações²⁰⁴. Mostrando-a afectada pelas pressões provenientes das dificuldades materiais e pelo conflito com a sociedade, o narrador é cuidadoso na sua caracterização física: minguada, magra e de feições miúdas, pele de cor amarelada devido à doença do coração. Evidencia ainda a origem humilde e a infância difícil, e, para completar um padrão social, inclui alusões, mais ou menos veladas, aos seus mais insondáveis instintos alimentares:

«Nas casas em que servia, ao jantar, o seu olho avermelhado seguia avidamente as porções cortadas à mesa; e qualquer bom apetite que repetia exasperava-a, como uma diminuição da sua parte»²⁰⁵.

A empregada odiava os patrões pelas condições que estes lhe dispensavam. Comia as sobras, não lhe davam vinho e restava-lhe, após o cumprimento das árduas tarefas domésticas, consolar-se com o caldinho preparado pela cozinheira Joana, conquistado à custa de adulações e servido numa «malga branca, com um vapor cheiroso, cheio de hortaliça», que lhe dava «uma alegria gulosa»²⁰⁶.

Porém, Juliana revela a ambição de uma vida melhor, habilmente projectada por um narrador que faz questão de assegurar que ela gostava de vinho. Para ela, esta bebida induzia e suscitava uma grande cobiça por tudo o que estava presente no quotidiano das pessoas da mais alta condição social, e, por isso, não se coibia de, em certos dias, comprar «uma garrafa de oitenta reis, e bebia-a só, fechada, repimpada, com estalos da língua»²⁰⁷. Às vezes conseguia-a, mesmo, astutamente, como quando se apossou, de modo sorrateiro, da chave da despensa e aproveitou a oportunidade para, às escondidas, «beber um trago de um bom vinho,

²⁰³ Aníbal Pinto de Castro, *Balzac em Portugal. Contribuição para o estudo da influência de Balzac em Portugal e no Brasil* (Suplemento de *Brasília*, vol. XI), Coimbra, Coimbra Editora, 1960, p.182.

²⁰⁴ Cf. Beatriz Berrini, *Portugal de Eça de Queiroz*, p.137.

²⁰⁵ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, pp.76-77.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.81.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.77.

engolir dois ladrilhos de marmelada»²⁰⁸. Por conseguinte, o narrador revela também a astúcia de uma Juliana que remexe nos espaços alheios, antecipando uma sagacidade que culminará no bisbilhotar subtil das gavetas de Luísa, onde consegue capturar as cartas trocadas com Basílio.

O narrador não deixará igualmente de espreiar com regularidade o conjunto de circunstâncias sociais que interferem de modo mais directo no temperamento de Juliana. Apresenta a empregada marcada pela míngua, num contraste com a satisfação que Luísa experimenta ao regalar-se de “gulodices” e *champanhe*. É que a “sede de vinho” de Juliana simboliza a “sede de vida”, e isto assinala a sua intenção de emergir da sua miserável condição, como se num copo cheio de vinho trocasse a dor pela alegria, em que tudo se envolveria numa atmosfera quente e luminosa e onde a fartura faria com que os seus olhos brilhassem, como se, finalmente, estivesse a iniciar-se uma nova era, que encerraria a sua vida até aí amargurada. De facto, para alguns, como já mostrámos, o vinho pode conduzir ao entusiasmo dos sentidos e do espírito, pode contribuir para delinear melhor os belos contornos de dias felizes, de minutos deliciosos, assim se ultrapassando alguns dos fardos mais pesados da existência quotidiana²⁰⁹. Mas, tal beleza não deixará, porventura, de ser fugaz, e, assim, tensionalmente dramática, pois, na verdade, Juliana está envolvida num amontoado de insatisfações, das quais nascem a certeza e o desejo incontidos de vingança. Para conseguir alcançar os seus objectivos não hesita em pisar e ultrapassar todos os obstáculos sem a menor piedade.

Isto justifica, em nosso entender, que o narrador em muito supere a mera descrição do prazer, da gula e da sede desta personagem, moldando antes a matéria diegética em função de uma temática que radica nos problemas suscitados pelas discrepâncias enraizadas na oposição de classes²¹⁰, o que, neste caso, torna o vinho num objecto simbólico das aspirações. E para Juliana os fins justificam os meios.

O adultério de Luísa determina então a acção de Juliana, ou seja, a consequente chantagem, que é, na verdade, a garantia de uma sobrevivência mais cómoda e a libertação

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.83.

²⁰⁹ Cf. Charles Baudelaire, *Os Paraísos Artificiais*, 2.^a ed., trad. de José Saramago, Lisboa, Estampa, 1971, pp.12--13.

²¹⁰ Sob o ponto de vista sociológico, Eça empenhou-se em realizar um largo inquérito sobre a vida social portuguesa. Segundo António José Saraiva, tal labor de Eça leva-o a considerar «o homem como um produto ou um “resultado”, e classificá-lo em tipos, ou classes variáveis conforme as condições». In *As Ideias de Eça de Queirós*, Lisboa, Gradiva, 2000, p.109.

possível do modelo institucionalizado da sociedade portuguesa²¹¹. Para além da consumação da vingança, estava em causa a libertação das tiranias do serviço doméstico. Com as cartas na mão, a nova “tirana” prosperava a olhos vistos: no alto valor dos soldos, na ceia regada a caldo de galinha, na sobremesa e no vinho. Durante todo o dia «debicava sopinhas, croquetes, pudinzinhos de batata. Tinha no quarto gelatina e vinho do Porto»²¹². Mas, embora Luísa estivesse completamente à mercê das chantagens da serviçal, a criada não se sentia absolutamente segura e procurava dissimular o medo de perder todas as regalias conquistadas. Isso torturava-a. Por outro lado, era doente e tinha medo de ir parar a um hospital. Quer dizer: os apetites da serviçal pareciam não se restringir a um circunstancialismo mais ocasional e imediato. No dizer de Simone de Beauvoir, o Homem também «tem apetites espirituais que não são menos essenciais que os outros; e a sede de vingança é dessa espécie: responde a uma das exigências metafísicas do homem»²¹³. Inconformada com sua posição de serviçal, Juliana odeia tudo e todos, principalmente Luísa, por quem não nutre qualquer sentimento de cunho moral. Por isso a procura atinge por meio de um sofrimento imposto, uma vez que a considera em grande medida responsável pela sua miserável condição. E, com efeito, é tomada pelo ódio, e pelo ódio pretende a degradação de Luísa em coisa. Para Jorge a nova vida de Juliana, plena de regalias, era, todavia, estranha.

Na construção romanesca assim debuxada o vinho representa a liberdade e o privilégio. Mas a lição queirosiana não omite que, como todo o ser que se encontra irritado ou atormentado pelo ódio ou pelo rancor e já recorreu ao vinho para se consolar ou esquecer, Juliana também antecipa que o efeito conseguido pode ser perfeitamente diferente do esperado. Talvez por isso a narrativa insista na incapacidade da personagem em libertar-se dos pensamentos que a obcecavam, das recordações tristes, dos desgostos antigos, das ofensas sofridas noutros tempos, aspectos que, contudo, acicatam as más intenções. E tudo volta²¹⁴; retorna o ódio; e tudo o que deseja é o aprisionamento da liberdade inimiga, algo de análogo ao prazer que procura atingir pelo vinho.

²¹¹ Tal realidade parece ser contraditória com uma carta do pai de Eça para seu filho, publicada na edição de *O Primo Basílio* de Livros do Brasil. Aí o Dr. José Maria salienta que o ódio de Juliana sai «fora das paixões comuns», num país «onde a brandura dos costumes faz dos criados uma espécie de membros da família». *Apud* Mário Vieira de Carvalho, “Tavira, Juliana Couceiro”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, p.889.

²¹² Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, pp.380-381.

²¹³ Simone de Beauvoir, *op. cit.*, p.80.

²¹⁴ Cf. Edmondo De Amicis, *op. cit.*, pp.32-34.

Dir-se-ia, pois, que o narrador explora as virtualidades do vinho na intriga por meio de um discurso figurativo, através do qual aquele se transforma numa espécie de droga que agita os pensamentos da serviçal, embora, no fim de contas, deles não se consiga libertar, indicação porventura segura de que permaneciam dúvidas acerca da concretização real das suas aspirações. A sua angústia, o sofrimento e o ódio são vivenciados tão intensamente que a personagem é completamente tomada pelos próprios sentimentos, tendo uma existência na diegese totalmente ocupada pelo sofrimento. Assim, a sede de vinho representa a sede de vencer os obstáculos gerados pela sua miserável vida. Como não consegue vencê-los, o infortúnio traz-lhe – outra e outra vez – a mágoa e a revolta, que, por sua vez, não produzem nada, já que apenas a aprisionam ainda mais na sua “sede” e geram mais rancor e mais “sede”. E não há vinho que aplaque essa “sede”.

Juliana falha, finalmente, o seu alvo de tortura e a sua vingança termina num rotundo fracasso, com a sua própria morte, marcada pela sua última refeição: «um prato com côdeas de queijo e um fundo de vinho no copo»²¹⁵. Estes alimentos são, ainda assim, simbólicos da força de trabalho do Homem, do seu esforço e da sua sintonia com a natureza. Agregados à capacidade de criação e de transformação permitem usufruir da alegria, da abundância, da partilha e da solidariedade, valores antagônicos à mediocridade do ambiente social burguês, tão condenado por Eça, onde as molas essenciais são, por contraste, a preguiça, os interesses particulares, a luxúria, a futilidade, a falsidade e a infidelidade. Mas naquela sociedade, em particular para Juliana, os restos do vinho e do queijo simbolizam a carência, o fracasso, a fome, o clamor dos que lutam por uma sociedade mais justa e digna e que, em certas circunstâncias, vêm a sua dignidade e os seus direitos violados.

Eça não adota, pois, um ponto de vista absolutamente unívoco, antes cultivando um poder crítico múltiplo. Em última instância, e como Luísa também morre, será a morte uma punição na ficção queirosiana? Talvez a morte seja ali frustrante, pois o sujeito ao morrer desliza para fora do mundo e foge ao castigo. E os que morrem podem acabar por ficar isentos de uma punição.

²¹⁵ Eça de Queirós, *O Primo Basílio*, p.411.

2.2 - *Os Maias* ou o *chic* das expressões e dos sentimentos

A ironia sagaz de Eça revela-se a cada passo das suas obras e os perigos da paixão, a corrupção ou a excentricidade não escapam à malha que com ela tece, independentemente das opções estéticas que vai tomando. Por isso, na nova fase da escrita que *Os Maias* ajuda a apurar o vinho volta a merecer atenção peculiar, desta feita com uma componente social muito intensa, embora lhe continue a estar subjacente uma vertente crítica e irónica. Por exemplo, os caros vinhos franceses não só distinguem as classes sociais – note-se que o eclectismo enológico de Afonso da Maia permite-lhe saborear e apreciar as riquezas vinícolas de outras regiões – como permitem censurar determinados hábitos “estrangeirados”. Por sua vez, o *champanhe* continua vinculado, em regra, às paixões espúrias, mesmo quando são fruto de uma fatalidade, como acontece com os irmãos Maria Eduarda e Carlos.

Neste romance, o filho de Afonso da Maia, Pedro da Maia, é ainda delineado por um escopo cuja lógica é naturalista. Com efeito, surge desde logo com uma forte instabilidade emocional que resultava da incontornável hereditariedade – a fraqueza da mãe – e do meio ambiente marcado por uma religiosidade piegas. Note-se que ainda jovem, e sempre acompanhado por um criado, já ia beber a sua genebra, o que também acontece quando conhece Maria Monforte, a filha de um negreiro.

Será Tomás de Alencar, poeta e amigo de ambas as famílias, personagem um tanto lúgubre, embora não apresente defeitos e possua antes um coração grande e generoso, a fornecer a Pedro elementos sobre Maria. Recorde-se que estamos diante da imagem do representante do Ultra-Romantismo, estilo de época que se caracteriza, entre outros elementos, pelo exagero e pela exaltação da subjectividade, do individualismo e do idealismo amoroso, aspectos que, não raro, suscitam a crítica do narrador. Ela fica bem patente quando Pedro da Maia oferece uma garrafa de *champanhe* ao poeta em troca das informações sobre as origens dos Monforte – porém sob uma condição *sine qua non*: a descrição objectiva, corrente e equilibrada daquela gente. E Pedro pede ainda a abstracção da linguagem declamatória e arrebatadora que era peculiar a Alencar, tão própria do Romantismo. Na medida em que a proposta do *champanhe* surgiu por parte do próprio poeta e que também aceitou a condição, é possível admitir nessa aceitação a materialização da corrupção dos ideais românticos por parte deste ou de outros autores.

Pedro casa com Maria Monforte, de quem teria dois filhos. A luxuosa vida do casal é marcada pelas *soirées* e pelo festivo *champanhe* bebido à ceia. Repare-se que esta bebida é

considerada «demasiado frívola para acompanhar uma comida séria»²¹⁶, consideração esta que, na esteira da faceta volúvel de outra personagem – Luísa, de *O Primo Basílio* –, já antecipa o temperamento leviano, as emoções e o carácter da Monforte, cujo perfil psicológico, tão criteriosamente traçado por Eça, é tão preciso quanto impiedoso²¹⁷. É que ela acabará por fugir com um napolitano. Na fuga leva consigo a filha, de quem nunca mais se soube o paradeiro. Abatido, Pedro da Maia retorna à casa paterna, amargurado, e pede a Teixeira, o criado, um cálice de genebra. Nela alia uma certa degeneração e uma certa valentia, porquanto é à sua custa que covardemente se suicida. Revelava-se, então, um acto bruto de uma personalidade fraca.

Notamos, pois, nesta parte inicial do romance, que é essencial para a compreensão do seu conjunto²¹⁸, reminiscências do Realismo-Naturalismo. A personagem procura na morte, qual espécie de *fuga mundi*, as soluções para os seus problemas, uma característica dos romances românticos, revelando ainda uma personalidade frágil que necessita de uma bebida forte, nomeadamente a genebra, para o estimular a tomar “atitudes”: o contacto social e, por fim, para não perecer na dor de ter sido abandonado, o acto extremo e covarde do suicídio.

Na continuação do desenvolvimento da intriga, o filho de Pedro, Carlos da Maia, viria a ser entregue aos cuidados do avô. O narrador define Afonso como um homem de carácter, culto, requintado nos gostos²¹⁹ e que vive salutarmente desinserido do meio a que pertence, mesmo quando esse meio parecia adequar-se às suas convicções ideológicas. O patriarca dos “Maias” encontra-se, portanto, marcado por um certo isolamento e conta com a companhia de poucos – porém fiéis amigos²²⁰ –, sempre a desfrutar do prazer da mesa²²¹. As excelentes refeições da casa de Afonso, sempre regadas com os melhores vinhos, reúnem um pequeno ciclo de participantes que dispõe de um privilégio particularmente hospitaleiro: um espaço luxuoso e homens honrados, cujo convívio permanente forja a confiança. Conseguem manter pontos de interesse análogos o suficiente para não haver discórdia ou arrebatamentos.

²¹⁶ José Quitério, *op. cit.*, p.181.

²¹⁷ Cf. José Tomaz Ferreira, *Eça de Queirós. Os Maias*, 4.ª ed., Mem Martins, Europa-América, 2004, p.25.

²¹⁸ Cf. *idem, ibidem*, p.24.

²¹⁹ Cf. *idem, ibidem*, p.68.

²²⁰ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.116.

²²¹ Expressimos *prazer da mesa*, que difere do “prazer de comer”. «O prazer de comer exige, se não a fome, pelo menos o apetite; o prazer da mesa é independente de ambos». In Brillat-Savarin, *op. cit.*, pp.168-169.

Em contraponto, porém, com o círculo de amigos da mesa de Afonso da Maia notamos que algumas das personagens de Santa Olávia valorizavam a educação tradicionalista e retrógrada portuguesa. Este núcleo é representado por Eusebiozinho, que cresceu tísico, molengão, tristonho e corrupto. Este modelo de educação contrastava com a que fora oferecida a Carlos da Maia, à inglesa, a quem era permitido correr, cair, trepar em árvores, molhar-se, apanhar soalheiras, tal como os caseiros criavam os seus filhos. O narrador – aqui claramente tomado por uma perspectiva realista – expõe assim a teoria de que as brincadeiras de crianças vividas com maior liberdade e ao ar livre podem reflectir-se numa vida adulta mais saudável. E, na continuidade, o narrador permanecerá delineando de forma muito crítica a personagem do Eusebiozinho, que, fortemente atingido por factores educativos e hereditários, casou, enviuvou cedo e, para se distrair, procurava bordéis ou companhias femininas pagas à hora. Homem de carácter fraco, tornara-se um bebedor de genebra, como igualmente o era o seu amigo Palma, jornalista de ética bastante discutível, que viria a receber uma vultuosa quantia de dinheiro para não publicar no jornal *A Corneta* um artigo sobre a relação espúria de Carlos com Eduarda. O narrador descreve, então, os meandros de um ambiente asqueroso, com reflexos também no campo alimentar:

«a toalha da mesa, salpicada de gordura e vinho, (...) e moscas que voavam em torno de um galheteiro»²²².

Uma breve pausa descritiva espelha o olhar repulsivo do “escondido” autor sobre a situação em evidência, num particular que é reforçado quando constatamos também que Carlos, um homem fino e aristocrata, se sente enjoado com a presença do Palma. Por essa razão o encontro é protagonizado por Ega²²³. E o narrador ressalta que, em meio da composição do acordo, Palma mandou vir uma garrafa de genebra.

Entre o *chic* dos requintados vinhos do Ramalhete e Santa Olávia, o luxuoso *champagne* de alguns momentos sentimentais e a rude genebra se vai também (re)construindo uma visão de uma certa Lisboa oitocentista, magistralmente, como se vê, captada por Eça logo a partir do início de *Os Maias*.

²²² Eça de Queirós, *Os Maias*, p.466.

²²³ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.143.

2.2.1 - O vinho e o convívio social

As refeições incorporam tanto na vida real em geral como na construção ficcional queirosiana uma função social. São, por exemplo, pretexto para reuniões familiares ou com os amigos, «importando sobretudo o estabelecimento, o estreitamento ou o rompimento das relações sociais e afectivas entre as personagens, e a exposição de ideias e sentimentos»²²⁴.

No jantar que decorre durante a visita de Vilaça – o amigo e administrador – a Santa Olávia o vinho é erguido em celebração à amizade. Notemos que no campo os vinhos servidos são portugueses e de qualidade superior, numa valoração que igualmente distingue entre o vinho *maduro* e o vinho *do Porto*. Tal valorização do *Porto* é perceptível na adjectivação – «resplandecia dourado entre as compoteiras de cristal»²²⁵ – e pela peculiaridade de ser o vinho servido pelas mãos do mordomo, enquanto os escudeiros servem outros tipos de vinhos, como o *Bucelas*²²⁶, ainda que na boca de Brown, o preceptor de Carlos, seja um néctar grandioso. O menino reclama então, embora sem sucesso, um cálice de vinho – «um cálice e só um, como de costume nos dias de festa»²²⁷ – com a intenção de festejar a chegada de Vilaça. Mas o avô concede apenas um cálice de *Colares*. Desse modo, somos de opinião de que este último vinho é convocado como paradigma de qualidade por Eça de Queirós²²⁸. Desde então encanta os olhos pela sua cor rubi; quando envelhecido, torna-se aveludado e apresenta um *bouquet* excepcional; e a sua fama remonta ao reinado de Afonso III.

²²⁴ Beatriz Berrini, *Comer e Beber com Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Editora Index, 1995, p.11.

²²⁵ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.59.

²²⁶ Este vinho passou a usufruir o *status* de região demarcada a partir de legislação específica, designadamente um Decreto-Lei de 3 de Março de 1911. (Disponível em <http://www.vinhosdelisboa.com/Artigo> consultado em 13/07/2011).

²²⁷ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.56.

²²⁸ Cf. Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão, *op. cit.*, p.57. Ainda acerca deste vinho, refira-se que é cultivado em condições peculiares, em terrenos arenosos, numa região que recebe ventos do mar. Precisamente por se tratar de uma região muito ventosa, as cepas têm que ser protegidas pelas paliçadas de cana. Os princípios gerais da produção e comercialização do vinho de Colares foram determinados por uma Carta-Lei de 18 de Setembro de 1908 e por um Decreto-Lei de 1 de Outubro de 1908, em que, no seu artigo 9.º, se estabelece: «É, para todos os efeitos, considerado como vinho do typo regional de Collares o produzido em toda esta freguesia e nos terrenos de areia solta das freguesias de S. Martinho e S. João das Lampas do concelho de Cintra». De igual forma é reconhecido o vinho de Carcavelos (art. 8.º): «Região de Carcavelos: é formada pelas freguesias de S. Domingos de Rana e Carcavellos, do concelho de Cascaes e pela parte da freguesia de Oeiras, que é tradicionalmente reconhecido por produzir vinho generoso». (Documento disponível em <http://www.vinhoverde.pt>, consultado em 13/07/2011).

Não tardaria a que o menino, feito homem, e já influenciado pela cultura estrangeira, facto também perceptível através das bebidas que apreciava, celebrasse com estouros de *champanhe* o seu ingresso na Universidade e, anos depois, a sua formatura em Medicina em Coimbra. Regressa a Lisboa e a sua primeira paciente é a mulher do padeiro. E para a convalescença da mulher, o seu avô oferece seis garrafas de um dos vinhos mais apreciados do mundo: o *Chateau-Margoux*, produzido na região de Bordéus, em França. Saliente-se, pois, que tratando-se da oferta de um vinho maduro estrangeiro o narrador parece deixar-nos sob uma forte expectativa quanto à disposição profissional de Carlos.

Em Lisboa, Carlos partilha a companhia de alguns amigos, como João da Ega, Alencar, Dâmaso Salcede ou o maestro Cruges, entre outros. Desde o início o narrador apresenta uma indisfarçada simpatia por João da Ega, cuja singularidade do seu aspecto revela o arrojo das suas concepções²²⁹. Na Universidade fora um estudante rebelde e um cultor das tradições da antiga boémia: trazia os rasgões da batina cosidos a linha branca; como todo o estudante, embebedava-se com *carrascão*, um vinho ordinário do tipo do que é bebido em razão do teor alcoólico, fazendo despoletar a imaginação e o verbo, com os quais lançava injúrias a Deus. Surpreendentemente chega a Lisboa com uma nova imagem: o Ega outrora esfarrapado apresentava-se como um *dandy*²³⁰, vistoso, paramentado e com pó-de-arroz; mas reclamava da saúde comprometida pelos anos passados carregados de vinhos e *aguardentes*.

Esta mudança de hábitos, incluindo nas bebidas, parece alicerçar uma personagem contraditória: por um lado, romântico e sentimental; por outro, progressista, crítico e sarcástico do Portugal Constitucional. Entregue ao diletantismo, continua boémio, excêntrico, exagerado, caricatural, anarquista sem Deus e sem moral. Mas é leal com os amigos e encarna a figura defensora dos valores da escola realista por oposição à romântica – representada pelo poeta Alencar –, revelando o seu descontentamento com o estado da Cultura e das instituições nacionais, bem à moda da Geração de 70. Instala-se em Lisboa, num subúrbio longínquo e silencioso, lugar que chamou de Vila Balzac, um chalé onde recebia com *champanhe* a Raquel Cohen. Note-se que nesta nova versão da sua vida Ega bebe o refinado *champanhe*, que vinha das melhores casas de *Épernay* e simbolizava a novidade proveniente do centro da

²²⁹ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.17.

²³⁰ Pensamos que num reflexo do próprio Eça, «vestia-se com esplêndida correcção, com a elegância esmerada e perfeita de um *dandy*». Para ele a vestimenta «não se destinava somente a disfarçar a nudez, representava a expressão visível de carácter ou de tipo que cada um pretende representar entre os seus concidadãos com decisiva influência na própria sensibilidade do homem». Veja-se António de Miranda, *op. cit.*, p.20.

Europa. Por outro lado, essa bebida adequava-se à exaltação da sensualidade e do prazer da relação carnal, adúltera e efémera do “casal”, evidenciada escarninhamente pelo narrador quando afirma que era o Jacob Cohen que abastecia a Vila Balzac do melhor *champanhe* para o «Ega se regalar com a Raquel»²³¹.

O narrador ressalta também bastas vezes os hábitos refinados do luxuoso e cosmopolita Ramalhete, onde Afonso da Maia recebe os amigos. Os jantares são um verdadeiro deleite gastronómico, numa fartura de boa comida regada por excelentes vinhos nacionais e franceses. Neste espaço, que estabelece bem o contraste com o campo, são os escudeiros que «entram com um serviço frio de croquetes e sanduíches, oferecendo *St. Emilion* ou *Porto*»²³². A conjunção disjuntiva “ou” estabelece uma relação de alternância, o que gera a expectativa de que os vinhos portugueses sejam tão bons como os franceses. Mas a ironia do narrador logo se revela a propósito de D. Diogo, que declara a sua preferência pelo *St. Emilion*, vinho da sub-região de Bordéus, ressaltando a excelência do seu *bouquet*, enquanto Steinbroken, o Ministro da Finlândia e grande conhecedor de vinhos, prefere um *Porto* – como o preceptor de Carlos apreciava o *Bucelas*. É que na primeira escolha notamos, por parte de um português, a preferência e a valorização de um produto estrangeiro em detrimento das qualidades do *Porto*, vinho de excelência nacional e cuja fama se deve ao reconhecimento e interesse dos ingleses, fazendo aumentar a procura destes vinhos em detrimento dos produzidos em Bordéus e outras regiões da França. Através do binómio *St. Emilion/Porto* é possível exercitar a crítica aos hábitos estrangeirados dos portugueses, que, nas palavras do narrador, importam quase tudo em caixotes pelo pacote – «leis, ideias, maneiras, ciências»²³³ – e até os melhores vinhos franceses que se encontram na adega de Afonso da Maia.

Mas também se compreende que o patriarca dos Maias e seu séquito de amigos pareçam cultivar uma paixão pelos vinhos caros e de grande qualidade, porquanto isto sugere um sentimento de poder e de requinte. Se são, efectivamente, apreciadores de vinho, «do tipo que tem a carteira à altura da gula tornam-se uma espécie de bibliómanos da garrafa, mais coleccionadores e provadores do que bebedores, que guardam na sua adega o mesmo amor,

²³¹ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.132.

²³² *Idem, ibidem*, p. 107.

²³³ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.97. Nesta fala notamos a congruência de ideais entre narrador e escritor: em Coimbra todos os meses os livreiros recebiam livros de França, encaixotados pelo pacote do Havre; nas lojas femininas, só vestidos franceses; nos restaurantes só comida francesa. Cf. *idem*, «O Francesismo», pp.816-820.

estudo e orgulho que os sábios conservam nas suas bibliotecas»²³⁴. Estamos diante de um deleite, um prazer através do gosto, próprio dos abastados.

De resto, os encontros à mesa revelam quase sempre a intenção do narrador. No Hotel Central decorre um dos jantares mais importantes do universo do romance, oferecido por João da Ega ao amigo Cohen e no qual os convivas trocam opiniões (discordantes) em relação à política, à economia e à literatura. Neste evento, Carlos da Maia é apresentado a Dâmaso Salcede, um frequentador de prostíbulos e – como seria de esperar – um apreciador de genebra, bebida também, recorde-se, do agrado do poeta Tomás de Alencar, velho amigo do pai de Carlos e forte crítico do Realismo – que, segundo ele, corrompe o pudor social, enaltece o amor ilegítimo, denigre os maridos em bestas gordas e desproporcionais, enquanto desenha a beleza dos amantes envoltos em orgias e vinhos *de Chipre*. Provavelmente ao mencionar este vinho da terra de Afrodite, famoso desde os tempos gregos, o poeta faz uma alusão às Bacanais e aos seguidores dos ritos báquicos, onde homens e mulheres, à mistura e com a liberdade que a escuridão da noite permite, se entregavam aos prazeres, não havendo nenhuma forma de “crime” que não fosse tentada²³⁵. O poeta traz assim à tona, com uma *vis* crítica, uma das principais características do Realismo: explicar as emoções através da sua manifestação física, abordando assuntos de forma chocante como o adultério, as suas causas e consequências. Tal como o vinho *de Chipre*, o *champanhe* em algumas passagens desta obra, no nosso entendimento, acompanha paralelamente o desejo carnal e o erotismo, retratando, desse modo, os elementos que compõem a personalidade humana.

No desenrolar do jantar, Craft e Cohen ouvem a eloquência de Alencar, «um patriota à antiga»²³⁶. Então, os ouvintes saboreiam um soberbo e português *Bucelas*. O vinho francês *St. Emilion* acompanha antes a discussão das finanças. Assim, a origem dos vinhos parece demarcar uma situação evidente: enquanto o *Bucelas* revela os interesses e as mazelas do país, o *St. Emilion* representa a necessidade de ir buscar fora a solução para os problemas nacionais – porém ante uma conversa estéril e fútil. Durante o jantar brindam à elegância das *Petits pois à la Cohen* com vivas à saúde do Cohen, envolvidos pelas borbulhas do *champanhe*, que enche a sala de vida e animação, seguindo-se o aroma forte das *chartreuses* e dos *licores*.

²³⁴ Edmondo De Amicis, *op. cit.*, p.60.

²³⁵ Cf. Hugh Johnson, *op. cit.*, p.57.

²³⁶ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.147.

Nesta noite, o *conhaque* também incentiva o confronto entre os princípios Realistas-Naturalistas defendidos por Ega, pregador de um Realismo balzaquiano²³⁷, e o Ultra-Romantismo de Tomás de Alencar²³⁸, representante de um lirismo de feição romântica e que considerava o Realismo literário como «pústula e pus»²³⁹, nomeadamente quando dissecava e analisava de forma rude instituições como a Igreja e Realeza²⁴⁰. Mas embora defendam as suas posições de maneira acalorada e até enérgica, em seguida, e após a contenda, celebram a amizade com um cálice de *champanhe*.

Toda a cena que desfila a nossos olhos, em torno do jantar, faz-nos perceber que em *Os Maias*, e ao invés do que acontecia nos romances da fase naturalista, a crítica não decorre da omnisciência do narrador, mas sim das relações, verbais ou paraverbais, sustentadas pelas personagens²⁴¹. Este é, portanto, um dos trechos em que o narrador melhor evidencia a sua visão crítica de forma indirecta, o que se pode verificar já pela diversidade dos temas debatidos, já pelas posições antagónicas e críticas. No tema “literatura” ou nas finanças, na história e na política, é a convicção de Ega que reproduz o pensamento revolucionário da “Geração de 70”. O sarcasmo do autor dá-se bem ao público quando Ega defende e acredita que a invasão espanhola seria a melhor solução para a bancarrota e conseqüente renovação de Portugal em vários níveis, como a implantação da República, situação logo reflectida na cobardia de Dâmaso, que afirma: «à cautela, ia-me raspando para Paris»²⁴².

A multiplicidade de bebidas portuguesas e francesas de grande qualidade, bem como uma bebida popular como a *cana branca*²⁴³, consumida no encontro final por Carlos e Alencar, evidenciam os diferentes olhares sociais, económicos e ideológicos. Cada uma das

²³⁷ Cf. A. Campos Matos, “Alencar, Tomás de”, in *Dicionário de Eça de Queirós*, p.60-62.

²³⁸ «(...)o autor de *Os Maias* manifesta com muita clareza a sua discordância face a uma literatura de feição ultra-romântica completamente alheada dos problemas do seu tempo, desenfreadamente sentimentalista(...)». In Carlos Reis, “Teoria Literária de Eça de Queirós”, in *Construção da Leitura*, p.144.

²³⁹ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.141.

²⁴⁰ Cf. Manuel de Paiva Boléo, *op. cit.*, pp 8-9.

²⁴¹ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.164.

²⁴² Eça de Queirós, *Os Maias*, p.148.

²⁴³ A cana branca é uma aguardente produzida a partir da cana de açúcar. No Brasil, na época do império, atendia «ao apetite dos fregueses humildes, escravos, mestiços, trabalhadores de feito a jornal, todo um povo de reduzida pecúnia» e ainda «era indispensável para a compra do negro africano e ao lado do tabaco em rolo, uma verdadeira moeda extensa circulação». In Luís da Câmara Cascudo, *Prelúdio da Cachaça*, São Paulo, Global, 2006, pp.24-25.

personagens pode apresentar o (de)mérito dos seus ideais, defendendo a sua verdade em particular, movida pelos seus sentimentos e buscando evitar a do outro. E nesta dialéctica, pensamos que o vinho e as outras bebidas se constituem como signos que excitam especialmente as faculdades intelectuais das personagens, levando-as a participar em discussões nas quais revelam as suas diferentes convicções. Mas é Ega quem mais satiriza a história política de Portugal, numa intenção crítica que abertamente o escritor parece querer tomar.

Carlos e Alencar protagonizam a cena final destoante do refinado jantar. Findo o convívio, saem pela Rua das Janelas Verdes, entram numa taberna e bebem uma *cana branca*, paga pelo poeta, que também oferece um charuto de péssima qualidade ao Maia. Este acaba por o fumar já em casa, acomodado na sua *chaise-longue*, enquanto bebia uma chávena de *chá*. Possivelmente esta “harmonização” de um mau charuto – depois do episódio de tão requintado e polémico jantar – por um tranquilo *chá* bebido num calmo e familiar aconchego reproduz para além da fraqueza das convicções de Carlos a incoerência cultural daquela sociedade. Este nosso ponto de vista tem como base – reiteramos – a má qualidade do charuto fumado, que parece apontar para os aspectos negativos daquele encontro, numa conversa vazia de homens fúteis e caprichosos que deixam escapar pelas palavras, regadas por diversas bebidas, as mais extravagantes tolices e asneiras. E mais: o rematar de um grande jantar tornar-se-ia o momento perfeito para apreciar um magnífico charuto, indubitavelmente harmonizado com o “ouro líquido de um aristocrático conhaque”, numa mescla de sabores fortes e intensos que se tornou um prazer entre os homens de grande poder e firmeza de ideais.

Desacompanhado do “péssimo charuto”, o *chá* parece inspirar a reflexão e alguma ponderação, isto se ponderarmos na típica cerimónia do chá no Japão e sua representação do espírito “zen” da harmonia e da unidade²⁴⁴, como acontece no episódio em que Cohen descobre o envolvimento de Raquel com Ega²⁴⁵: na noite do baile de fantasias na casa dos Cohen, Ega vai mascarado de um diabo teatralmente cómico. Expulso e sentindo-se ofendido, vai a casa de Carlos e encontra-o a beber serenamente a sua chávena de *chá*. Carlos tenta acalmar o amigo e reconhece a sensatez da atitude de Cohen em não provocar um escândalo. Ega, tomado por um furor melodramático, rogava por um duelo em defesa da sua honra. Mas

²⁴⁴ Cf. José Quitério, *op. cit.*, p.185.

²⁴⁵ Ega é muitas vezes considerado o “alter-ego” de Eça. Vide Maria Filomena Mónica, *op.cit.*, p.118.

enquanto isso preparava tremulamente uma chávena de *chá* acrescentando-lhe *rum*. A nosso ver, esta mistura anuncia a necessidade de Ega beber algo de mais forte para poder aplacar a sua dor, ou a teimosa insanidade das suas ideias. Em seguida, Carlos e Ega visitam Craft, que os recebe para ouvir todo o melodrama, enquanto lhes serve três grogues de conhaque com limão. Convida-os para o jantar e a saborear um peru frio, um *patê de foie-gras*, trufas e, a acompanhar, *Borgonha*, *Chambertim* e *champanhe*. O infeliz e apaixonado Ega chora de tal modo que bem parecia ser isso um efeito da quantiosa ingestão de vinho, em lágrimas caprichosas pela *Raquelzinha*, e termina por afogar-se no forte *conhaque*.

Nas cenas descritas nota-se inicialmente um Ega tomado pela ira, movida pelo descontentamento de ter sido descoberto e ferido na sua vaidade, o que o transforma num duelista, quase um *D'Artagnan*, para em seguida se entregar a uma daquelas bebedeiras em que o que importa é que o álcool tome os sentidos, do tipo que leva o infeliz a sentir-se perdido e a ter todas as suas ideias baralhadas num constante delírio, mas na certeza de que na manhã seguinte tudo desaparece. Afinal, Cohen, o influente e poderoso director do Banco Nacional, sabia habilmente manipular, entrelaçados, o poder e o sexo, e como apreciador e provedor do especial *champanhe* de *Épernay* não tencionava acirrar escândalos, pelo que numa conveniente aceitação tácita ultrapassa a leviandade contumaz da mulher.

Numa outra passagem bem elucidativa da sociabilidade lisboeta, observamos o *High Life* frequentador do *Jockey Club*. A fina gente servia-se de um bufete instalado «sob um tabuado nu, sem sobrado, sem ornato, sem uma flor. Ao fundo corria uma prateleira de taberna com garrafas e pratos de bolos. No balcão tosco, dois criados estonteados e sujos, achatavam à pressa as fatias de sanduíches com as mãos húmidas da espuma da cerveja»²⁴⁶. E a gente da fina flor da sociedade brindava a amizade com um mau *champanhe*. O narrador deixa transparecer então o burlesco desta sociedade, revelando toda a sua rejeição por esse tipo de gente, que quer parecer fina mas efectivamente acomoda a aceitação das coisas importadas, como o *champanhe*, mesmo o de pior qualidade, e dos modos mais grotescos, refutando as suas verdadeiras origens.

A cena do *Jockey Club* descreve o ambiente de uma corrida de cavalos, em mais uma visível crítica à importação de costumes estrangeiros que em nada iam ao encontro da realidade portuguesa. O próprio Afonso da Maia afirma mesmo para o patusco Dâmaso que verdadeiro patriotismo talvez fosse em lugar de corridas fazer uma boa tourada, o *sport* próprio para o povo português. A descrição da corrida de cavalos serve, por consequência,

²⁴⁶ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.278.

para Eça vincar, impiedosamente, a sua ironia. Notadamente, o país ressentia-se da ausência de uma política cultural, um verdadeiro bloqueio ao desenvolvimento, facto percebido e também criticado por Ramalho Ortigão:

«O Jockey Club, sob a proteção das Suas Majestades o Sr. D. Luís e o Sr. D. Fernando, confere prémios às bestas velozes. (...) um cavalo que percorre uma distância de mil e quinhentos metros ganha réis 1.500\$00. A Academia Real das Ciências, sob a presidência e sob a protecção dos mesmos augustos príncipes, confere apenas 50\$000 réis de prémios aos sábios extenuados»²⁴⁷.

Infelizmente, esta é uma realidade que atravessa o tempo de velhas e novas terras.

2.2.2 - Carlos e Maria Eduarda

Porque Carlos ao entrar para o Hotel Central vê Maria Eduarda, o episódio do jantar que ali decorreria também nos permite captar melhor as incidências do desenrolar do relacionamento entre os dois.

Carlos passa a procurá-la ansiosamente. Vai até Sintra na expectativa de a encontrar mas a sua busca é infrutífera e, assim, a viagem vã. Lá, no Nunes, encontra o desagradável Palma num jogo de cartas, «munido de uma garrafa de genebra e fazendo *batotinha* para o Eusebiozinho», enquanto atira «um cálice de genebra às goelas»²⁴⁸. Constatamos, pois, que o narrador relaciona, uma vez mais, a genebra com aspectos negativos das personagens, neste caso a trapaça, o engano e o embuste. Noutro lugar, o Lawrence's, e longe da indesejada presença dos bebedores de genebra, Alencar, Carlos e o Cruges jantam um bacalhau regado com um divino *Colares* em grandes copos «emborcados de um trago»²⁴⁹. A bebida marca outra vez ali o contraste axiomático dos estratos sociais: a genebra, pelas suas ligações entre homens pouco respeitáveis; e o *Colares*, por se constituir como referência de entre os mais importantes vinhos portugueses. De renome internacional e tradição secular, pensamos ser este último um dos preferidos de Eça, por, entre outros elementos, representar a tipicidade e uma qualidade superior reconhecida, um vinho com “personalidade”, singular, tal como

²⁴⁷ Ramalho Ortigão, *op. cit.*, p.148.

²⁴⁸ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.215.

²⁴⁹ *Idem, ibidem.*

acontece com as personagens que representam indivíduos de formação cuidada e de carácter convicto e recto.

Porque aquela viagem é infrutífera, o primeiro encontro entre Carlos e Maria Eduarda só se dará por razões profissionais. Mas logo as visitas se tornam diárias. Dâmaso, na sua síntese de vícios e defeitos – o narrador apresenta-o não raras vezes como covarde e sem dignidade –, é o responsável pela divulgação da relação entre os amantes. A notícia circulava pelos salões de Lisboa e também num jantar oferecido pelos Gouvarinhos. Este repasto, como todos os eventos sociais em torno da mesa e da bebida, acaba por servir para revelar uma teia de intrigas e especificamente provocar os ciúmes da condessa – com quem Carlos mantivera uma relação adúltera, na sensorialidade de encontros inusitados numa tipóia transformada em alcova circulante ou num leito de uma ferverosa virgem apóstola da Igreja Anglicana, e que arrancava as almas do purgatório, nesta alcova coberta de bíblias; aqui, «à cabeceira de um leitozinho de ferro, rígido e virginal» estavam pousadas «duas garrafas quase vazias de conhaque e de gin»²⁵⁰. O *conhaque* e o *gin*, na nossa interpretação, introduzem uma alusão à hipocrisia do alarde da virtude da beata, assim como a referência ao capricho e à astúcia de ver no outro um mero objecto sexual e o pecado como parte integrante da vida de todos.

Assim, Carlos não fica isento da crítica do narrador. Somos mesmo de opinião de que, nestes termos, é revelada mais uma faceta da fraqueza do seu carácter ao esconder aos outros o que se passa na sua mente, numa falsa rectidão, já que dissimula, no jantar, os factos com uma sua versão do que se passaria entre ele e Maria Eduarda. É o que ocorre quando é servida uma infinidade de pratos, de entre eles o *jambon aux épinards*, *galantines* regados por um *Sauternes* e, por entre goles de *champanhe* – a bebida que, recorde-se, envolve as relações sensuais e amorosas –, Carlos explicava às amigas o motivo da sua visita à casa da Senhora Castro Gomes, deixando sob reserva mental as suas verdadeiras intenções, apesar de tudo reveladas subtilmente pelo narrador através das conotações que explora a partir do sensual *champanhe*.

De médico a amigo íntimo, logo é providenciada uma nova casa, baptizada de “a Toca”. Maria Eduarda é recebida com uma mesa cheia de frutas. Escolhe um morango, uma fruta ancestralmente relacionada com a sensualidade e que conduz aos prazeres físicos temporais, por vezes puramente pecaminosos, e aceita uma «gotinha de *champanhe*»²⁵¹. De seguida, ao conhecer o seu quarto, desagrada-lhe o luxo estridente e sensual do mesmo. Dir-

²⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.261.

²⁵¹ *Idem, ibidem*, p.374.

-se-ia, pois, que nesta construção discursiva o *champanhe* e a fruta mais uma vez evocam, óbvia mas subtilmente, a sensualidade e oferecem-nos a projecção da “rendição” de Eduarda.

A intriga estará agora estruturalmente direccionada para a descoberta da relação de Carlos e Eduarda por parte de Castro Gomes, por virtude de uma carta anónima enviada por Dâmaso. É a hora, então, de Maria Eduarda expor a sua vida a Carlos, ou pelo menos aquilo que supunha saber. Maria Monforte nunca revelara a sua identidade, pois dizia que «remexer a memória das coisas antigas prejudicava tanto como sacudir uma garrafa de vinho velho»²⁵². Tal metáfora denota a consciência dos actos egoísticos da esposa que abandonara o marido para fugir com outro homem, levando consigo a filha. O narrador faz-nos então perceber uma mulher que tornara a sua vida tresloucada e degradada ao longo dos anos, movida a grogues, vinho, genebra e *champanhe*, isto é, um passado mantido em inerte repouso no âmago da sua existência, enodado e cheio de feridas. E, se revolvido, todos os resíduos assentados trariam ainda à tona a grande mácula da sua existência, destapando recordações provocadoras de imensa dor. Consumadas as relativas revelações, Carlos, que com atenção as ouvira, deixa-se levar pelo desejo carnal.

No primeiro (e último) jantar do casal no Ramalhete, à portuguesa, foi servido *Chambertin* e *champanhe*. Na Toca, com os amigos, degustam os melhores vinhos que «saíam da frasqueira preciosa do Ramalhete»²⁵³. Numa das visitas de Ega ao casal, Carlos prepara um «ananás com sumo de laranja e vinho da Madeira»²⁵⁴, que o amigo do Maia, quase extasiado, elogia como uma delícia, uma maravilha, um labor de génio. Esta receita tem o vinho *Madeira* como um dos ingredientes, embora coadjuvante. Não obstante, este vinho, considerado de grande requinte nas cortes europeias – Sir John Falstaff vendeu, por um copo dessa preciosidade, a sua alma ao Diabo²⁵⁵ –, apresenta e representa características tão singulares e bem definidas pelo trabalho do homem, pela geografia e pela cultura.

Verifica-se que, para Carlos, preparar e apreciar o divino ananás com o *Madeira* e sumo de laranja representa muito mais do que tudo o que ele pudesse fazer pela civilização, até porque reconhece que não tinha nascido para a ajudar a compor. Entendemos que a intenção do narrador é a de evidenciar a ausência de iniciativa para partilhar e para contribuir

²⁵² *Idem, ibidem*, p.437.

²⁵³ *Idem, ibidem*, p.454.

²⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.450.

²⁵⁵ Cf. Hugh Johnson, *op. cit.*, p.175.

para o desenvolvimento do seu povo. Provavelmente é mais uma irónica e ácida referência à ausência de ideologia de Carlos, ao seu comodismo, tão visível, por exemplo, quando Ega afirma que ambos nasceram «para colher as flores dessa planta da civilização, que a multidão rega com seu suor!»²⁵⁶. Constatamos, neste discurso, a falta de interesse destes dois jovens em promover o desenvolvimento da civilização em que se incorporam, fosse pelo trabalho, fosse pelas suas crenças ou pela cultura e técnica apreendidas nos bancos da Universidade, fosse ainda pelas suas relações sociais ou quaisquer que fossem os recursos que pudessem influenciar no desenvolvimento da sua terra e da sua gente. Concluimos, portanto, que esta “fórmula” deliciosa é saboreada por dois jovens de mentes tão nobres quanto com ideais fracos e entregues, simplesmente, às comodidades que o dinheiro pode oferecer. Por conseguinte, revela-se, então, uma juventude fechada «num elitismo que já contém em si algumas características do espírito decadentista do fim do século»²⁵⁷, corporizando o pessimismo em relação ao intervencionismo idealista dos jovens.

Ainda no que respeita ao vinho, destacamos o episódio do sarau beneficente no Teatro da Trindade. Neste evento, o poeta Alencar, marcado pelos excessos da poesia lírica, e depois de uns goles de genebra, tece uma forte crítica à sociedade presente, designadamente à ignorância de uma gente que vive um festim por onde circulam vinhos de *Chipre*, caudas de brocado, risos, brindes e lascívia enquanto algures «uma mulher macilenta, em farrapos, chora, aconchegando ao seio magro o filho que pede pão»²⁵⁸. O ambiente assim criado provoca, naturalmente, um grande impacto, e Eça habilmente joga com tais situações de contraste – festividade e calamidade; os vinhos de *Chipre* e a genebra – por forma a preparar o leitor para outra fatalidade que estará prestes a emergir. É importante frisar que não relacionamos a genebra com a ausência efectiva de carácter do poeta, mas salientamos sim que a genebra é uma bebida própria das camadas mais pobres e, por esta sua condição, pode, em algum momento, levar à cedência a alguma tentação, como, por exemplo, a de ter aceitado uma garrafa de *champanhe* em troca de informações “objectivas”, numa alusão a que pode fraquejar-se mesmo diante dos seus conceitos ultra-românticos.

Ao sair do sarau, Ega é a chave do desfecho de um segredo que o tio de Dâmaso, o Guimarães, julgava esclarecido. E sem má intenção, desencadeia a revelação da relação

²⁵⁶ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.451.

²⁵⁷ Isabel Pires de Lima, *As Mascaras do desengano – para uma abordagem sociológica de «Os Maias»*, Lisboa, Caminho, 1987, p.331.

²⁵⁸ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.524.

incestuosa de Carlos e Maria. O trágico desenlace é uma fatalidade transcendente – e não já uma fatalidade naturalista – que determina o trajecto da vida das personagens²⁵⁹.

Em *Os Maias* o incesto combina o que é sagrado com o que é proibido, a vida e o prazer, e como o vinho vai do sagrado ao profano os laços sagrados da família são violados pelos prazeres profanos e insanos do mundo – tema igualmente presente em *O Crime do Padre Amaro*. Carlos ultrapassa o seu “Complexo de Édipo”, não sofre, nem se atribui nenhuma pena, pois não há o medo do castigo. Vive, ainda, um último momento intenso, porque isso lhe agrada. Quando comete conscientemente a transgressão – até então Maria não conhece a sua condição de “irmã” –, Carlos é semelhante a um animal, ou a um homem primitivo que tem o poder de dominar a fêmea porque a reconhece como sua propriedade e dela pode dispor.

O narrador transportar-nos-á então no tempo. Passados dez anos, Carlos assume perante Eça: «falhámos a vida, menino!»²⁶⁰. Esta é certamente uma referência de Eça de Queirós aos “Vencidos da Vida”, homens do mais alto exemplo moral e social que, se em certo dia se congregam, «é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o colares»²⁶¹. Diz ainda o autor que ao intitular-se de “Vencidos” isso significa que «para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou – mas do ideal íntimo a que aspirava»²⁶², quando na realidade, para todos os efeitos públicos, parecem ser realmente vencedores.

De facto, em toda a narrativa não contemplamos qualquer aspecto de realização profissional²⁶³ ou afectiva na vida destes dois jovens. E, sempre em torno da bebida, notamos o pessimismo e a decadência da juventude portuguesa oitocentista, a omissão ideológica ou a não interferência nas questões políticas, económicas e sociais, fechando-se consequentemente numa espécie de confortável elitismo. Tal posicionamento parece estar em sintonia com o asseverado por Fialho, quando disse: «Dúzia e meia de ratões que se ajuntaram para envelhecer, suportando, uma vez por semana, a sensaboria dos vinhos do Bragança e a chateza deprimente dos *menus*». Efectivamente essa crítica resume que os ideais parecem ter

²⁵⁹ Cf. Carlos Reis, “Queirós, Eça de”, in *Biblos*, vol. 4, c.509.

²⁶⁰ Eça de Queirós, *Os Maias*, p.617.

²⁶¹ Eça de Queirós, «Os vencidos da vida», in *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, vol. III, 1, pp. 917-918.

²⁶² *Idem*, *ibidem*.

²⁶³ Cf. José Tomaz Ferreira, *op. cit.*, p.42.

os mesmos valores que uma boa bebida, e sentencia «que os vencidos da vida jantem em paz. E, se a obscuridade os consola das amarguras sofridas na vida pública, fiquemos nisto – a história nem sempre fixa os nomes dos que bebem *champanhe*»²⁶⁴.

2.3 - A bebida e o tempo da vã agitação e da libertação

Em *A Cidade e as Serras* Eça volta a manifestar, subtilmente, o tom satírico e humorístico da sua escrita, nomeadamente ao pôr em cena a sociedade nervosa e tantas vezes fútil de uma Paris cosmopolita e centro de progresso e civilização, mas que ao mesmo tempo destrói a individualidade humana. Com efeito, parece revelar-nos esta obra a temática do cansaço das grandes cidades e abrir a possibilidade séria do regresso a uma «espécie de “bucolismo”, sobrevalorizando a virgindade das serras às comodidades modernas da capital francesa»²⁶⁵. Seria o mergulhar numa reanimada esperança de reconciliação com o carácter do homem português, especialmente com a gente do interior de Portugal, em que a pureza da alma e dos valores tradicionais ainda não havia sido contaminada pelos falsos valores da burguesia decadente, algo de tão próprio das grandes capitais.

Nesta obra o vinho em muito contribuirá para marcar bem a “distância” entre a Cidade e as Serras. Como nas outras obras que vimos analisando, os vinhos estrangeiros, em especial os franceses, são um privilégio dos abastados de bom gosto – neste caso, obviamente do *habitué* do 202. Mas esta realidade contrasta, por exemplo, com os aromas e os sabores do Vinho Verde, que evocam a pureza e a rectidão do homem do campo.

Em *A Capital!* encontramos, por sua vez, caracterizados alguns dos aspectos mais negativos da sociedade portuguesa do tempo, nos termos críticos que o Realismo em voga impusera, com o uso dos «códigos de comportamento social não menos importantes do que os procedimentos técnicos-criativos exigidos para o efeito»²⁶⁶. As cenas desenrolam-se na Lisboa dos meados do século XIX e revelam o «começo duma carreira»²⁶⁷ e os caminhos que deviam ser percorridos pelo protagonista. A temática da educação é relevante e as

²⁶⁴ Fialho de Almeida, *Os Gatos*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1967, vol. II, pp.84-86. *Apud* Isabel Pires de Lima, *op. cit.*, pp.327-361.

²⁶⁵ Ana Teresa Peixinho, *op. cit.*, p.49.

²⁶⁶ Carlos Reis, “Introdução”, in *A Capital!*, p.11.

²⁶⁷ *Idem, ibidem.*

personagens mantêm-se, *pari passu* com as obras da segunda fase queirosiana, perfeitamente integradas num tipo de construção romanesca que beneficia dos indícios oferecidos pelas bebidas.

2.3.1 - A Cidade e as Serras

Jacinto, o protagonista do romance, nascera e sempre morara nos *Champs-Élysées*, no número 202. A mudança da sua família de Tormes, em Portugal, para Paris, em França, deveu-se a seu avô Jacinto, o D. Galeão, homem nascido em terras de semeadura, de *vinhedo*, de cortiça e de olival, miguelista feroz, adepto do absolutismo e que ofertava sempre ao Rei o seu «vinho de *Tarrafal*»²⁶⁸.

Creemos, todavia, que podemos estabelecer uma conexão entre o vinho de Tarrafal de D. Galeão com Tarrafal, em Cabo Verde. De facto, nessa colónia portuguesa a vinha já era cultivada desde o século XVII e ocupava grande parte das terras de regadio, especificamente nos vales das ribeiras. Mas não resultava num vinho de boa qualidade, pois «era considerado por todos, pouco generoso, pela sua deficiente fabricação»²⁶⁹. E como azedava facilmente, resultava sempre num excelente vinagre. Contudo, diz-se que um inglês, de gosto e paladar duvidoso ou pouco apurado, teria considerado o vinho de Cabo Verde semelhante ao vinho Madeira²⁷⁰.

À nossa decifração simbólica em torno do vinho do Tarrafal está, claro, transversalmente subjacente a crítica de Eça à política, vislumbrável a partir da reflexão acerca da Guerra Civil Portuguesa, entre 1828 e 1834, já que durante a mesma se registou

²⁶⁸ Possivelmente um vinho de lavrador, conforme opinião de Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão. Cf. *op. cit.*, p. 113. Porém, numa outra referência a Tarrafal, um dos portos da Ilha de São Nicolau de Cabo Verde, diz-se que as terras desta ilha eram boas, pelas características geográficas, para a cultura de diversas plantas de rega, entre as quais as vinhas, de cuja produção a Fazenda Real cobrava foros em géneros, designadamente em vinho. Cf. André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004, p.116.

²⁶⁹ «Breve notícia da Ilha de São Nicolau e da facilidade com que para ella se pode mudar a Sé, e o Governo da Ilha de S. Tiago» (Cf. AHU, CV, cx. 39, doc. 20, publicada em apêndice, doc. 2). *Apud* André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *op. cit.* p.122.

²⁷⁰ Cf. T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth Century. Commerce and Navigation*, Chicago/Londres, 1978, pp.183-84. *Apud* André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *op. cit.*, p.124.

uma grande fome no arquipélago²⁷¹, causando a morte a milhares de pessoas. Foi a possível época da emigração de D. Galeão para Paris, depois do exílio de D. Miguel. Nesta altura, o avô Galeão acomodou-se ao luxo, viveu uma vida sem preocupações, sempre diante de uma farta e excelente mesa, «até que morreu de uma indigestão, de uma lampreia de escabeche»²⁷². Na óptica do narrador, esta morte aponta para uma vida de fartura, de excessos e de ócios, realidades também escalpelizadas nas obras anteriores.

Jacinto, neto de D. Galeão, cresceu ali saudável, seguro e vigoroso. Levava uma vida plena de prazeres materiais, superior à de qualquer mortal que através de um rio «descesse num barco de cedro, bem toldado e bem almofadado, com frutas e *champanhe* a refrescar em gelo, um anjo governando o leme, outros anjos puxando à sirga»²⁷³, aspecto que nos remete para o aristocrático *champanhe* como um dos símbolos de representação do luxo e da sumptuosidade, instaurando uma perspectiva do estilo de vida do protagonista, cercado de tudo o que a ciência produz de mais moderno e para quem a ideia de civilização não se separava da imagem da Cidade, diferentemente dos campos, onde a intelectualidade se inutiliza.

2.3.1.1 - A frialdade das cidades grandes

O protagonista representa a elite portuguesa deslocada e o estilo de vida afrancesado e destituído de identidade, de resto tão bem retratado pelo espaço em que vive. Já José Fernandes, seu amigo, é um homem de instinto forte e logo percebe o engano das convicções sobre a civilização do neto de D. Galeão. Na narrativa está impressa a sua inquietação e a sua preocupação com os valores daquela sociedade de excessos, luxos e farturas estéreis e redundantes, especialmente à mesa: a cada talher correspondiam seis garfos, apropriados especificamente para ostras, peixes, carnes, legumes, frutas e queijos. Para os vinhos, numa sobriedade “salomónica”, compareciam dois copos: para «um *Bordéus* em infusas de cristal, e

²⁷¹ Nos anos que se seguiram a 1825 o arquipélago sofreu um dos mais nefastos períodos de fome, que ficou célebre como «fome do pai Domingos». Cf. António Carreira, “Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII”, in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, dir. Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, ano II, nº 6, Abril de 1966, pp.35-46.

²⁷² Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.15.

²⁷³ *Idem, ibidem*, p.19.

Champanhe gelando dentro de baldes de prata»²⁷⁴ – ao mesmo nível do grandioso jantar de Cissy, em *Educação Sentimental*²⁷⁵. E para além dos vinhos, ali estava à disposição uma diversificada e luxuosa exposição de águas, com propriedades terapêuticas. Todavia, Jacinto sofria de uma *secura* que nos faz capturar, por antevisão, a agonia, ainda desconhecida, da sua sede de viver. Com estas descrições, dir-se-ia que o narrador homodiegético parece demonstrar conhecer muito bem o estado psicológico de Jacinto, sempre com “sede” e “fome”, mesmo diante do fabuloso jantar, cuja entrada habitual eram ostras clássicas, de Marennes, seguidas de uma sopa de alcachofras e ovas de carpa, filetes de veado, macerado em *Xerez* com geleia de noz, e como sobremesa simplesmente laranjas geladas em éter. Jacinto permanecia desinteressado e sem apetite, espalhava pela mesa um olhar já farto e nenhum prato, por mais engenhoso que fosse, o seduzia.

Logo pela manhã fumava *cigarettes* que lhe ressequiam a garganta, algo que a narrativa nos fornece como indício de que a personagem vivia diariamente uma sensação desagradável de desconforto, por algo preso na garganta, o que procurava sanar bebendo um imenso copo de água oxigenada, ou carbonatada, ou gasosa, misturada com um «conhaque raro, muito caro, horrendamente adocicado, moscatel de Siracusa»²⁷⁶. Esta hipérbole expressa a ideia de que o vinho é, de facto, exageradamente doce, chegando a ser enjoativo e repulsivo, o que nos dá, no plano simbólico, pistas sobre a necessidade de algo muito forte para quebrar a sensaboria da vida e/ou a náusea do estilo de vida parisiense que começa a atingir Jacinto. Tal imagem é reforçada quando à pressa, e sem gosto, picava aqui e além uma lasca de fiambre, uma febra de lagosta e reclamava pelo café de Moka, «mandado cada mês por um feitor do Dedjah, fervido à turca, muito espesso, que ele remexia com um pau de canela!»²⁷⁷, revelando uma quase alienação.

²⁷⁴ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.37.

²⁷⁵ No jantar de Cissy, havia «vinho tinto, gelado; cinco copos de diversos tamanhos alinhavam-se em frente a cada conviva, além de coisas de uso desconhecido, mil utensílios de boca engenhosos; - e havia, só no primeiro serviço, tordos *au gratin*, uma cabeça de esturjão com *champanhe*, um presunto de York *au tokay*, codornizes assadas, uma empada Béchamel, um sauté de perdizes, e, na extremidade de tudo isto, um puré de batatas com túberas». In Gustave Flaubert, *Educação Sentimental*, vol II, p.31.

²⁷⁶ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.43. Refira-se que *Moscatel* é o nome genérico de várias castas de uvas brancas e tintas doces, com elevada fragrância e usadas na produção de vinhos doces e também de aguardentes. O moscatel em questão refere-se a uma produção originária de Siracusa, na Ilha da Cecília. Vide Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão, *op. cit.*, p.90.

²⁷⁷ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.43.

A futilidade das pessoas e os aromas da civilização são invocados como alusão sémica ao que é desagradável. O narrador domina a exacta percepção da sociedade intolerante que circunda o amigo e revela um mundo de velhacaria, pedantismo e estupidez. E apesar de Jacinto reconhecer a pretensão, a impertinência e a dureza daquela gente, assume que «são as pequeninas misérias de uma civilização deliciosa!»²⁷⁸. Como defende António José Saraiva, uma das ideias de Eça é precisamente a de que o progresso técnico deixa sequelas lamentáveis, «porque rouba o homem à doçura e fresquidão dos campos»²⁷⁹, tornando-o ácido, como um vinho avinagrado.

O romance revelará bem que o homem da cidade passou a ser escravo da tecnologia, que o transforma num “tolo” participante numa fogueira de vaidades. Exemplo bem vincado disso é o do episódio do rompimento de um dos tubos da sala de banho, que faz jorrar água quente pelo 202. O desastre causou um grande *frisson* em Paris e foi notícia no jornal, no que entendemos uma crítica dirigida ao jornalismo efémero, bem como ao desvario das mentes desocupadas ou desgarradas de objectivos e que se limitam a remeter uma pilha de telegramas. O acontecimento suscitou o sarcasmo do Grão-Duque e a visita de Madame d’Oriol, cuja superficialidade é sempre referida com peculiar ironia e a quem Jacinto, para retribuir a gentil visita, oferece tangerinas de Malta e castanhas geladas, pese embora ela tenha preferido «chupar à pressa um bolo que ensopara no *Tokai*»²⁸⁰. Se tivermos em consideração a origem deste vinho, é mais um luxo a acrescer ao estilo de vida grandioso do 202, pois a reputação consagrada no Leste da Europa, por ter sido inicialmente produzido por um nobre, passou a ser conhecida em Paris a partir de 1703, quando Ferenc Rákóczi, príncipe protestante da Transilvânia, levantou armas contra a ocupação católica da sua terra natal, a Hungria. As razões estratégicas militares foram convenientes à França e Rákóczi presenteou o refinado Rei Luís XIV com o vinho produzido nas suas propriedades, deixando-o muito impressionado com a qualidade. Com isto pretendemos vincar, pois, que esta invasão foi considerada pelo “rei-sol” uma simples *distracção*, porquanto o Imperador da Áustria, seu inimigo, seria obrigado a montar guarda nas fronteiras do seu país²⁸¹. Julgamos que o *Tokay*

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.45.

²⁷⁹ António José Saraiva, *op. cit.*, p.75.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.53.

²⁸¹ Veja-se, para maior detalhe, Hugh Johnson, *op. cit.*, p.230 e ss.

pode dar-nos bem a imagem de efemeridade, de situações meramente transitórias e nem por um pouco necessárias ao processo natural da vida.

Veremos também na obra um Jacinto enfiado das reuniões sociais, do farfalhar das sedas das mulheres e da tecnologia. Ainda assim, cumprindo os rituais da socialização, ofereceu um exuberante jantar ao Grão-Duque Casimiro. Na mesa da ceia estão as baixelas do tempo de D. Galeão, toalhas de seda, cristais lavrados com filigranas de ouro e toda a tecnologia da casa, incluindo o serviço dos ascensores que rolavam das profundidades da cozinha ou os tubos de água fervente para aquecer a comida.

À mesa, o Grão-Duque levanta encómios às orquídeas esplendorosas que decoravam a mesa e ao estupendo vinho do *Porto* de 1834²⁸², famoso como um dos melhores do século XIX, envelhecido nas adegas clássicas do avô Galeão, também elogiado pelo poeta Dornan, enquanto os comensais apreciam um *consommé* frio com trufas. Um dos convivas, ao beber um *Chateau-Yquem*²⁸³, discorre sobre a ausência de objectivos do homem naquela sociedade de saciados:

«Nem a ciência, nem as artes, nem o dinheiro, nem o amor, podiam já dar um gosto intenso e real às nossas almas saciadas. Todo o prazer que se extraía de *criar* estava esgotado. Só restava agora o divino prazer de *destruir!*»²⁸⁴

As alusões ao *Porto* e ao *Chateau-Yquem* parecem-nos concretizar um dos ícones de ostentação de uma vida onde todos os bens materiais são possíveis, mesmo os mais raros, os mais caros e os mais exóticos, esgotando em absoluto a materialidade ao alcance do Homem. Especificamente acerca do *Chateau-Yquem*, é como se aquele já tivesse retirado e sugado o sumo e o proveito de tudo o que é possível, até do que está podre, como este vinho que resulta das uvas com a “podridão nobre”, a *botrytis cinerea*, que parece ter sido descoberta cento e vinte antes dos alemães por Rákóczi. A podridão nobre faz murchar a uva, amaciando a pele e

²⁸² Este *Vintage* é associado a uma história trágica. Em 1897, o explorador sueco Auguste Andrée, com dois companheiros, decidiu atravessar o Pólo Norte em balão. Partiram e, em 14 de Julho, o balão caiu no Ártico, onde eles sobreviveram por apenas alguns meses. Trinta e três anos mais tarde, uma expedição encontrou os corpos, juntamente com diários e negativos fotográficos. Este material revelou que em 27 de Setembro fizeram um banquete à base de carne de foca e uma garrafa de *Porto Vintage* Ferreira 1834, um presente à expedição do Rei da Suécia. Disponível em <http://www.sograpevinhos.eu/marcas/8/curiosidades>, consulta em 22/07/2011.

²⁸³ Este é um vinho branco doce, de alto teor alcoólico, produzido na região de Sauternes, uma região próxima de Bordéus. O micro-clima dessa região propicia o desenvolvimento do fungo *botrytis cinerea*, causador da chamada “podridão nobre”. Cf. Francisco de Magalhães de Mascarenhas Gaivão, *op. cit.*, pp.54-55.

²⁸⁴ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, pp.72-73.

resultando num vinho adocicado²⁸⁵. O trecho condensa assim a imagem de uma busca constante para suprir uma necessidade desconhecida, considerando que estamos diante de pessoas enfartadas de tanta abundância que já não há ou já não sabem o que buscar. Por isso há um vazio na alma e só resta o tédio. Daí a afirmação do narrador, pois que nada mais pode saciar as suas almas.

No momento de servir um peixe raro pescado na Dalmácia, o ascensor encalha e o peixe fica entalado. O objecto de desejo permanecia a alvejar «sobre uma larga prancha, (...) deitado na travessa, ainda fumegando, entre rodela de limão»²⁸⁶. O peixe pescado pelo Grão-Duque assegura, portanto, a deflagração de um episódio bufo. É que por entre o burburinho e a discórdia os convivas engendravam ideias para resgatar o peixe: escadas pelo fosso, puxões, pescá-lo. Mas o peixe estava inacessível.

O narrador coloca ali as personagens diante da limitação que suprime o prazer de saborear o raro peixe da Dalmácia. E defronte o obstáculo restava apenas a certeza de que «fora mais divertido pescá-lo [do fosso] do que comê-lo»²⁸⁷. Perante a incapacidade de vencer a dificuldade imposta e para atenuar o peso do insucesso, é preferível encontrar uma justificação pertinente e razoavelmente agradável. E, precisamente para justificar o insucesso, surge uma fastidiosa explicação: refazer as forças com o melhor do melhor que está ao alcance. É isso que faz o Duque ao esvaziar um copo de *Chateau-Lagrange*, um grande vinho de Bordéus, e ao apreciar um cordeiro das lezírias marinhas. No mesmo sentido, o *champanhe* estimula a chama da sensualidade e instiga o olhar desejoso de José Fernandes, que «seguia as ondas arfantes do vasto peito de Madame Verghane, que ria como uma bacante»²⁸⁸. Até que o *champanhe*, no fim da ceia, o deixa mole, de corpo e olhos pesados, e o faz lamentar o insucesso do seu desejo, ensaiando uma breve analogia com a frustração de não saborear o peixe: «sumptuosa mulher a Verghane! Grande pena o elevador»²⁸⁹.

Recorde-se que Montesquieu argumentava que o vinho produz efeitos funestos e olhava para este “licor” como o presente mais temível que a natureza fez aos homens²⁹⁰. Esta

²⁸⁵ Sobre os *Sauternes*, veja-se Hugh Johnson, *op. cit.*, pp.186-188 e *passim*.

²⁸⁶ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.74.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.76.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.77.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*.

²⁹⁰ Cf. Charles-Louis de La Brède Montesquieu, *Cartas Persas*, Lisboa, Editorial Estampa, 1989, p.56.

premissa agregada à agonia provocada pela frialdade das relações parisienses projectam-se também em José Fernandes, que sucumbe aos “encantos” da Madame Colombe, mulher de «passo lento e felino, uma criatura seca, muito morena, quase tisonada, com dois fundos olhos taciturnos e tristes, e uma mata de cabelos amarelados, toda crespa e rebelde, sob o chapéu velho de plumas negras»²⁹¹. Deixa-se levar até ao «safado e morno café Duran»²⁹², onde ordena que sejam servidos *lagosta, pato com pimentões e Borgonha*. A combinação destes aromas e sabores marca na lembrança do narrador uma «alcova forrada de cretones sujos»²⁹³, onde, irracional e perdidamente, possuiu aquela mulher, estúpida e triste, que foge para outra terra. E com ela vão-se o relógio, os berloques, os anéis, os botões de punho de safira e cento e noventa e sete libras em ouro.

Porque o vinho é uma bebida quente que, por vezes, atordoa os corpos e revela a expressão dos prazeres – lembremo-nos do Padre Amaro –, José Fernandes sente a sofreguidão do desejo e busca na recordação, que lhe escaldava a alma, os sabores que lhe vinham à memória e o faziam sentir Colombe: o vinho *Borgonha*, a lagosta e o pato. O alimento é aqui fonte de recordação, e recordar é diferente daquilo que simplesmente guardamos na memória, porque o acto de recordar aproxima-o da força de sentir. Pela recordação, através da comida e da bebida, o narrador procura assim reviver a sede e a fome que sentia daquela mulher, razão pela qual volta ao café Duran e pede, para aplacar a sede, uma garrafa de *champanhe*. E na sua focalização interna vemos

«que aquele *champanhe* se engarrafa no Céu onde corre perenemente a fresca fonte da Consolação, e que na garrafa bendita que me coube penetrara, antes de arrolhada, um jorro largo dessa fonte inefável. Jesus! que transcendente regalo, o daquele nobre copo, embaciado, nevado, a espumar, a picar, num brilho de ouro! E depois, garrafa de Borgonha! E depois, garrafa de Conhaque! (...) E depois, um desejo arquejante de espancar, com o meu rijo marmeleiro de guiães, a porca que fugira com outra porca»²⁹⁴.

O *champanhe* marca a transitoriedade daquele ardor – como o de Basílio e Luísa. Depois, em casa, no leito de D. Galeão, queixava-se, tomado pela febre da Carne e pelo

²⁹¹ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.84.

²⁹² *Idem, ibidem*, p.85.

²⁹³ *Idem, ibidem*.

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.88.

desespero de não mais sentir Colombe, de entrar pela sua pele, por entre a névoa do excesso da bebida. E procurava a “sepultura” para despejar as emoções represadas: ao pé da cama encontra a sepultura «redondinha, vidrada, de porcelana e com asa»²⁹⁵ e nela vomita o *Borgonha*, o pato, a lagosta e a Colombe, como se depois de ter bebido todas as recordações daquele nefasto e desesperado desejo de amor uma náusea profunda se apoderasse dele até vomitar tudo o que o corroía. A personagem deixa, portanto, implícito que se libertara de Colombe, fonte de toda a angústia febril que o consumia: vomitou tudo que o incomodava, revelando a faceta efémera da paixão.

Depois de exorcizada a “sede” e a “fome” que sentia de Colombe, José Fernandes viajou e andou em vagões envoltos em poeira e fumo. Quase sufocou, tomou banho numa tina que cheirava a lodo, bebeu limonadas mornas que rasgavam a garganta e café com leite que sabia a fava, e em mais de trinta mesas esperou um *boeuf-à-lá-mode*, já frio com molho coalhado, acompanhado de um *Bordéus* de péssima qualidade, desvelando assim no desprazer da comida e do detestável vinho as possíveis diferenças na construção de uma identidade a partir dos sabores.

Enquanto isso, em Paris Jacinto permanece de apetite cansado por doze anos de *champanhes* e molhos ricos. Mas nem por isso deixa de oferecer às amigas um sublime e deslumbrante jantar cor-de-rosa. Ali tudo era róseo: as paredes, os móveis, as luzes, as louças, os cristais, os gelados, os *champanhes*, os peixes, as carnes, os legumes. Bem poderia fazer lembrar este episódio o que Eça também escreveu:

«Desfolhai um ramo de rosas, guardai-as durante um dia, e deitai-as dentro de dois ou três litros de vinho velho (um Bordéus, hoje). Ao fim de três ou quatro semanas juntai um arrátel de mel. (...) Acrescentai ao vinho, horas antes de o beberdes, um punhado de pinhões esmagados»²⁹⁶.

Esta fantasia gastronómica deixa transparecer o lado cor-de-rosa da vida, uma cor feminina que revela o lado sensual e romântico, um tanto fútil e exagerado, da fácil vida das suas amigas.

Como a narrativa nos pode fornecer mais ou menos pormenores, e de forma mais ou menos directa²⁹⁷, pensamos que os casos do vinho e do *champanhe* são daqueles que podem

²⁹⁵ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.88.

²⁹⁶ Eça de Queirós, «Cozinha Arqueológica», p.1533.

²⁹⁷ Cf. Gérard Genette, *op. cit.*, p.160.

ser assumidos como elementos do meio externo que ajudam a despertar sensações e ideais. E como os ideais desta sociedade são relativamente fracos, quais verdadeiras abstracções, cada homem na sua individualidade necessita das aparências externas para usufruir da sensação de domínio. Só então passa a experimentar pelos sentidos a informação de gozo, de alegria e do sentimento de poder que o *champanhe* e os vinhos caros e exóticos podem oferecer.

2.3.1.2 - O retorno às origens

Ao regressar da sua viagem pela Europa, o narrador encontra o amigo maldizendo a sua vida. E, de facto, só a insatisfação – mesmo inconsciente – pode remover o homem da sua inércia e, por contraste, abrir-lhe novos horizontes. Assim, levado pelas circunstâncias, Jacinto decide conhecer as suas propriedades em Portugal. Na bagagem que o acompanha não prescinde de incluir todos os utensílios e apetrechos tecnológicos que acredita serem necessários para a sua permanência em Tormes.

No comboio, Zé Fernandes acorda Jacinto e observam, pela janela, os largos socalcos cultivados de vinhedos que emolduravam o rio, onde a água turva e parda percorria caminhos tortuosos por entre vales e socalcos, enquanto descia, com uma vela plena, um barco lento carregado de pipas. Era o Douro e estavam em Portugal.

Aquela paisagem abre o apetite aos viajantes. Recorrem a um cesto com preciosas iguarias espanholas – presunto, anho, perdizes, queijo manchego, garrafas de *Amontilado*, além de duas garrafas de *Rioja* – e encerraram a refeição com uma “divina” aguardente *Chinchon* e dois charutos que restavam.

Neste ponto, o narrador coloca o leitor perante um processo de mudança, já que os amigos estão agora nos limites-fronteira do mundo civilizado, prestes a entrar num mundo novo, porque natural e rudimentar. Com os sabores do queijo e os aromas dos vinhos de Espanha Jacinto começa a desvincular-se do que até então viveu no estrangeiro e passa a empreender um projecto que lhe proporciona o auto-conhecimento, o descortinar o “seu” país, as tradições, a “boa” comida e o “bom” vinho. A transição de meio marca e destaca o espaço no qual decorrerá até então a diegese, traço muito importante porquanto os ambientes são peças de compreensão da história, destacando-se, neste caso, os contrastes que se contrapõem.

Jacinto, acostumado ao refinamento, pensava que na estação estava, à sua espera, Silvério, com bons cavalos para seguir até Tormes. Imaginava a sua primeira refeição

preparada por um competente cozinheiro, que soubesse confeccionar coisas da cozinha “básica”: trufar um peru ou afogar um bife em molho de moela. Mas os contrastes são muitos: não havia um cozinheiro, mas sim, «em roda do lume, um bando alvoroçado de mulheres depenava frangos, remexia as caçarolas, picava a cebola»²⁹⁸. Jacinto abismava-se com o desconforto e a rudeza das coisas. É que Melchior, o administrador da sua propriedade, arranjou como pôde um pequeno jantar caseiro e simples. Sobre a mesa coberta com uma toalha de estopa repousavam «grossos pratos – de louça amarela, ladeados por colheres de estanho e por garfos de ferro. Os copos, de um vidro espesso, conservavam a sombra roxa do vinho que neles passara em fartos anos de fartas vindimas»²⁹⁹. No seu desencanto esfregou energicamente uma colher de estanho numa ponta da toalha, mas ao provar o caldo, que tinha fígado e moela e cujo aroma atraía, levantou para Zé Fernandes uns «olhos que brilharam, surpreendidos» e afirmou:

«É que estou com uma fome... Santo Deus, há anos que não sinto esta fome»³⁰⁰.

O jantar simples das serras saciava, pese embora toda a aparente simplicidade, a fome dos viajantes, em especial a fome que em Paris fazia minguar o senhor de Tormes, isto é, a fome de viver, de encontrar nas pequenas e mais simples coisas a alegria e o contentamento, elemento ressaltado pelo narrador ao afirmar que o “Príncipe” se regalou:

« (...) na verdade, parecia saciar uma velhíssima fome e uma longa saudade da abundância»³⁰¹.

Neste encontro com novos sabores e aromas o narrador também logo individualiza o Vinho Verde, surpreendentemente agradável ao nosso protagonista:

«– É divino! – Mas nada o entusiasmava como um vinho de Tormes, caindo de alto, da bojuda infusa verde – um vinho fresco, esperto, seivoso, e tendo mais alma, entrando mais na alma, que muito poema ou livro santo. Mirando, à vela de sebo, o copo grosso que ele orlava de leve espuma rósea, o meu Príncipe, com um resplendor de optimismo na face, citou Virgílio:

²⁹⁸ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.155.

²⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.157.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.158.

³⁰¹ *Idem, ibidem*, p.159.

– *Quo te carmina dicam, Rethica?* Quem dignamente te cantará, vinho amável desta serras?»³⁰².

Possivelmente está em causa um vinho tinto, como os produzidos na actual região dos Vinhos Verdes³⁰³. Podemos arriscar uma opinião: um Vinho Verde tinto, produzido a partir da casta *vinhão* (por exemplo), que resulta em vinhos de cor intensa, de uma linda cor púrpura a colorir fortemente o copo (ou uma malga branca), que, despejado do alto, provoca uma espuma rósea muito atraente e revela através do aroma a personalidade rústica do campo, apropriada para a farta e gorda comida das serras.

Notamos, pois, nesta refeição o marco que separa Jacinto da angústia que sentia da grande cidade e da mesmice dos vinhos caros e famosos, e encontramos um outro Jacinto que conseguiu ver e contemplar o céu cheio de estrelas – a que na cidade não se dignava ou não conseguia – e descobriu que Baco também abençoara aquela recôndita terra, fazendo-a berço de tão magnífico vinho. Na narrativa fica claramente plasmada uma identificação do homem com a natureza: o campo já não é indiferente, pois nele há algo de metafísico. Percebe-se, naquela lição, que tudo o que existe está em Deus, num claro processo panteísta³⁰⁴ muito comum entre os românticos e que Eça parece assumir.

Numa das suas visitas, José Fernandes reencontra um Jacinto mudado, física e mentalmente, a comungar com os amigos a harmonia e o aconchego do campo, a apreciar o prazer e o deleite de saborear um cabrito assado servido num espeto de cerejeira, as trutas, a cabidela regada com o vinho do Melchior. Por outro lado, a personagem desvenda os segredos da transformação da terra, goza das suas empreitadas e, no ventre da vinha, entre um socalco e um renque, decidiu que não queria misérias na sua quinta, revelando um ímpeto empreendedor ao reformar a sua propriedade e ao melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Como depreendemos da narrativa, é um D. Sebastião moderno, embora

³⁰² *Idem, ibidem.*

³⁰³ A região demarcada do Vinho Verde está localizada entre os rios Minho e Douro, o Minho (fronteira com a Galiza) a nascente, e a sul zonas montanhosas que constituem a separação natural Entre-Douro-e-Minho. E o Minho é o precursor do comércio de vinho do *Porto*, através do West of England Commerce, no século XVI, a partir de Viana do Castelo, próximo a Monção (a actual sub-região dos vinhos verdes), uma cidade que era um considerável área e centro de produção vitivinícola. Actualmente a região demarcada do Vinho Verde está compreendida “Entre-Douro-e-Minho”. Questões de ordem cultural, microclimas, tipos de vinho, encepamentos e modos de condução das vinhas levaram à divisão da Região Demarcada dos Vinhos Verdes em nove sub-regiões, entre elas o concelho de Baião, onde fica situada a freguesia de Santa Cruz do Douro e onde se situa a Quinta e Casa de Vila Nova, pertencente à família de Eça, um lugar lendário, designado literariamente como Tormes na sua ficção literária. Informação disponível em www.feq.pt (consulta em 22/07/11).

³⁰⁴ Cf. Élisabeth Clément *et alii*, “Panteísmo”, in *Dicionário prático de Filosofia*, Lisboa, Minerva, 1997, p.288.

renovado por um ímpeto que se poderia classificar de “socialista” – um verdadeiro paradoxo em relação ao Jacinto do 202, representante da elite portuguesa, desenraizado do solo e da cultura do seu país, adaptado ao estilo de vida francês, destituído de identidade e que enaltece o progresso urbano e industrial.

Do nosso ponto de vista, parece estar explícito no romance o princípio do homem puro e simples que vive no campo, onde o vinho não é apenas mais uma máscara a encobrir as angústias reflectidas nas faces cansadas dos burgueses das grandes cidades. Beber um Vinho Verde, fruto dos campos de Tormes, é fruir um néctar aquecedor dos corações humanos e ainda não contaminado pelos costumes frívolos e a frieza da refinada burguesia.

Possivelmente o reencontro com a natureza faz Jacinto perceber que na Cidade o homem perde toda a sua grandeza e encontra apenas «a fonte de toda sua miséria»³⁰⁵, assumindo o narrador – assim cremos – que a inteligência do homem é deteriorada e arregimentada dentro da banalidade ou envolvida pela extravagância. E não só nos deixa cientes de que a miséria de uns é o custo do esplendor de outros, pois «se nas suas tigelas fumegasse a justa ração de caldo – não poderia aparecer nas baixelas de prata a luxuosa porção de *foie gras*», como afirma que «um povo chora de fome (...) para que os Jacintos (...) debiquem, bocejando, sobre pratos de Saxe, morangos gelados em champanhe e avivados de um fio de éter!»³⁰⁶.

O vinho oferece, pois, em *A Cidade e as Serras* muito mais que o prazer efémero vivido em Paris. Nas serras é o resultado do trabalho e da sobrevivência de homens tenazes e que enfrentam ano após ano as dificuldades da terra e as condições geográficas e climáticas, numa verdadeira integração, traços que aliados aos dados históricos resultam num processo cultural. Então, o vinho torna-se peculiar e o saber fazer singular e de modo tradicional da vinificação faz dele o espelho de uma região, um vinho de *terroir*, ou seja, um vinho com Denominação de Origem.

Setembro é tempo de festa e com ele vem a vindima e o aniversário de José Fernandes, que oferece um almoço a Jacinto. A narrativa coloca-nos então diante do primeiro convívio do senhor de Tormes com a sociedade local, num almoço pensado por José e pela tia Vicência. O protagonista mostrará a sua desenvoltura e apetite ao servir-se de fartas porções de cabidela, de altas serras de arroz de forno, de bifes acebolados e de batatinhas regados com o vinho

³⁰⁵ Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.96.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp.99-100.

branco das videiras lavradas nas terras de José Fernandes, produto de uvas amadurecidas pela graça de Deus³⁰⁷.

Repousavam sobre outra mesa pudins, travessas de doces de ovos e «antigos vinhos de Madeira e Porto, nas suas pesadas garrafas de cristal, fundiam com a felicidade seus tons ricos e quentes»³⁰⁸. Também o *champanhe* dava vivacidade à conversa farta: «os copos, onde a espuma morria sobre um fundo de *champanhe*, se ergueram num largo rumor de amizade, e boa vizinhança»³⁰⁹. É esta a primeira convocação de outro tipo de bebidas depois de Jacinto se encontrar no campo, certamente numa perspectiva de antevisão de que a apologia à natureza não pode ser confundida com uma pretensa mediocridade da vida campestre.

Neste convívio Jacinto conhece os seus vizinhos e outros proprietários. Entretanto o romance deixa perceber um mal-estar entre alguns dos convidados, o que fazia parecer que a recepção não teria sido aquilo que se esperava. Acreditavam estes que o senhor de Tormes fosse miguelista como o avô e que pretendia restituir D. Miguel ao poder, numa iminente ameaça de uma missão política de um jovem rico, capaz de gerar novas influências nas eleições que se avizinhavam. Os cavalheiros sentem um grande desconforto com a situação e em face disto Albergaria, um dos convivas, reclama um copo de genebra para aliviar a insegurança. Nesta situação, que representa o perigo e a afronta aos interesses de um grupo, a genebra parece revelar a intenção do narrador em expor a mentalidade ainda “atrasada” da sociedade serrana, o que podia ser risível, pois muitos acreditavam que D. Miguel estava escondido na casa de Jacinto. Na verdade, a cena acaba por demonstrar o abismo entre a ignorância e o progresso.

Nas páginas que o romance vai assim desvelando, o protagonista parece demandar o equilíbrio entre uma sociedade moderna e o campo, superando alguma resistência e ignorância, especialmente por demonstrar o seu ímpeto empreendedor mas sem deixar de valorizar o carácter do homem trabalhador e do campo.

Em conformidade com esta valorização, notamos, por exemplo, que o diminutivo algumas vezes empregue satírica e ironicamente no conjunto da obra queirosiana dá lugar neste romance a um modo de exprimir um carinho explícito. Veja-se a expressão “vinhinho”

³⁰⁷ Cf. Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p.226.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.231.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.234.

no episódio em que Jacinto foi à Flor da Malva e, a meio do caminho, na taverna do Torto, onde habitualmente Zé Fernandes clamava pelo “vinhinho branco”, também o apreciou:

«tomou o seu copo, mirou o límpido e dourado vinho ao sol, provou, e esvaziou o seu copo, com delícia, e um estalinho de alto apreço»³¹⁰.

Por outro lado, é com o vinho branco, «fresquinho, leve, aromático, alegrador, todo alma», que Jacinto e o amigo brindam na companhia do tio João Torrado, o “profeta” da serra, homem «de mão real, mão de dar, mão que vem de cima, mão já rara»³¹¹. Do “profeta” emana a imagem de um homem de quem podemos sentir um verdadeiro olhar, aquele que olha com a alma e para a alma, que vê além dos olhos e para além das vestes. Tão simples e tão transparente, afinal, como o vinho servido.

2.3.2 - A Capital!

Não menos relevante é o contributo de uma obra como *A Capital!* para o estudo que estamos empreendendo. Nela o narrador, tomado de uma clara onisciência, revela a origem do protagonista, Artur Corvelo, na modesta burguesia, para além de o mostrar como superprotegido na infância, já que o rapaz «não se desenvolveu, tinha a palidez, a graça nervosa duma menina»³¹². Logo conhecemos, portanto, um rapaz profundamente sensível e que nos sugere a imagem de um jovem ligeiramente efeminado.

Tornou-se cheio de ilusões e ambições e passou por Coimbra, estágio obrigatório para qualquer ascensão social e onde supostamente poderia ter a oportunidade de fazer escolhas saudáveis de estilo de vida, de conhecimento e de aprendizagem. Essa sua passagem por Coimbra foi, contudo, inexpressiva, embora tenha vivido as cavaqueiras poéticas e a boémia regada a *carrascão* e lá tenha conhecido Damião, figura que nos parece ser uma quase personificação de Antero de Quental, considerado por Eça como o poeta dos tempos novos, pelo estímulo de novas ideias, e anunciando verdades e reagindo a muitos aspectos negativos da vetusta estrutura tradicional portuguesa. O próprio Damião é um ícone da mocidade

³¹⁰ *Idem, ibidem*, p.243.

³¹¹ *Idem, ibidem*.

³¹² Eça de Queirós, *A Capital!*, p.26.

coimbrã que com a sua rebeldia fez eclodir uma certa movimentação política, filosófica e literária e funciona como referência cultural e ideológica para Artur Corvelo.

2.3.2.1 - Genebra, a realidade

A primeira paixão de Artur foi Aninhas, na época a prostituta mais cara de Coimbra, que concedeu ao mancebo “um capricho grátis” E logo ingenuamente sonhou regenerá-la. Seguindo, por analogia, a lógica de um Pedro da Maia, o rapaz apresenta uma idealidade frágil e precisava de usar uma “droga” potente para reavivar os ânimos, sair da sombra da cobardia e enfrentar o namorado de Aninhas. Previsivelmente afoga-se na genebra, encharcou-se de *conhaque* e, já “idiota de álcool” – numa cena na qual o narrador (e o autor) (d)escreve tão bem que quase conseguimos sentir o cheiro desagradável da bebida – chora abraçado aos candeeiros. Ainda sentiu o desejo compulsivo de pagar os favores de Aninhas, mas, cobarde, é tomado pelo medo quando mediu os “músculos” do companheiro desta.

Com a morte do pai e da mãe, e por falta de recursos, é obrigado a rumar a Oliveira de Azeméis, em companhia das tias Sabina e Ricardina. E lá passa a viver a nostalgia de Coimbra, das cavaqueiras poéticas, do Cenáculo. Sentia a falta de ter com quem desabafar, falar dos poetas, dos filósofos, dos entusiasmos ou das aspirações revolucionárias. Encontraria esteio para suprir essas suas carências literárias em Rabecaz, um homem rude, funcionário do governo, grande jogador de bilhar e contumaz frequentador do botequim da Corcovada, ou seja, um bebedor de genebra, o que nos dá bons indícios de que a personagem representa o protótipo do homem embrutecido, que falava de política mas referia-se às mulheres pela expressões «o gado, o femeaço»³¹³.

Rabecaz é um homem irritado com a aspereza da vida. Deixou para trás os regalos da embriaguez, mas revelava gostos baixos: viveu orgias com uma mulher de nome Contadini, comeu e bebeu de tudo, regalou-se. Este homem, que viera de Lisboa, bebera o *champanhe* das orgias literárias e, com esta crença, Artur questionava-o sobre o mundo da Arte e da Literatura, do Teatro, das dançarinas, da vida dos bastidores e das ceias com os jornalistas. Tudo isso era delirante e «Artur já antevia orgias sonoras, o estalar impulsivo do

³¹³ *Idem, ibidem*, p.63.

champagne»³¹⁴. O *champanhe*, no seu devaneio, autentica um clima de luxo e de glória, que habitava tão-somente as suas ilusões. E logo no imaginário de Corvelo brotam novos planos de vida: Lisboa, pequenas e *champanhe*.

Mas é diante de uma garrafa de genebra, na sua realidade quotidiana, que Artur expõe a Rabecaz o seu drama “*Amores de Poeta*”. Na taberna, recebe os elogios que são pertinentes à capacidade interpretativa, vaga e insustentável do amigo, representada pela expressão: «está catita, está catita!»³¹⁵. A genebra está, portanto, conforme ao ambiente e à opinião medíocre de Rabecaz, completamente antagónica à sentença de Damião acerca do sofrível drama:

«Álvaros, poetas líricos, duquesas sentimentais, cemitérios, interjeições, suspiros ao luar – tudo isso é doentio. Cure-se. (...) Sabe o que lhe aconselho que faça ao seu drama? – Como tratamento interno, xarope de Gibert; como tratamento externo, cautério de nitrato de prata»³¹⁶.

Ora, com isso se depreende bem a crítica assaz contundente ao drama de Artur, muito distante das características gerais do Realismo, nomeadamente na análise e síntese da realidade com objectividade. Estava eivado da subjectividade de um «romantismo-fêmea»³¹⁷, mórbido e estéril. Lembremo-nos, ainda, de que Damião, nas laudas que escrevera, aconselha-o a fazer uma obra moderna, a ler Proudhon. Neste ponto, o narrador faz referência a este autor, que, com um estilo que era o de uma escrita polémica, produziu um jornalismo combativo, cínico e crítico das políticas do governo. Acreditamos, pois, que, por um lado, o narrador crê num tipo de jornalismo embrenhado na propagação de atitudes inovadoras e com um papel de relevância, apesar do baixo nível de Cultura e do diminuto poder de compra dos possíveis leitores, e que, por outro, os “jornais de capa vermelha”, em nome de uma pseudo-liberdade, ofendiam as senhoras e sob o pretexto de serem jornais de combate eram jornais de difamação³¹⁸.

Este trecho dá, pois, a conhecer o contacto de Artur Corvelo com os profissionais de um jornalismo decadente – sempre criticado na escrita de Eça – e com que mais tarde se

³¹⁴ *Idem, ibidem*, p.64.

³¹⁵ *Idem, ibidem*, p.80.

³¹⁶ *Idem, ibidem*, p.82.

³¹⁷ *Idem, ibidem*.

³¹⁸ Cf. Joel Serrão, “Sondagem cultural à sociedade portuguesa de cerca de 1870”, in *O Tempo e o Modo*, 36, Março, 1966, pp.329-333.

cruzará também em Lisboa. Aí o jornalista será Melchior, um profissional sem escrúpulos, parcial e corrupto, de comportamento tortuoso e oportunista, que virá a aproveitar-se da ingenuidade do mancebo. É este jornalista do género – diz o narrador – que “chupava” o «fundo do cálice de *cognac*»³¹⁹. Ou seja: com a utilização de tal solução verbal na descrição é revelado um tipo bruto, grotesco e que depois do gole limpava os beiços e não estava preocupado com a política, mas apenas com a cavaqueira, uma boa comida e uma bela rapaziada. Esta imagem apresenta-se em consonância com os jornais fortemente criticados por Eça, dada a falta de ética e coerência que evidenciavam:

«E vós, jornais políticos, não confessais vós todos os dias a impotência dos vossos políticos? Não vos tende dito uns aos outros os extremos insultos? Não vos tendes destruído uns pelos outros? Apelamos para ti leitor de bom senso. Não é verdade que o *Diário Popular* tem dito, dentro do sistema, que o Sr. Fontes é incapaz de organizar o País? É. – Não é verdade que a *Revolução* tem provado à sociedade, dentro do sistema, que o Sr. Bispo de Viseu é incapaz de organizar o País?. É. – Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos eles são incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diário Popular* têm afirmado uniformemente que o incapaz é o Sr. Braamcamp? É. Por consequência parece que estais inutilizados uns pelos outros. Se um fala a verdade, todos falam. Se um falseia, todos falseiam. Portanto ou tendes de aceitar a vossa condenação, ou tendes de confessar a vossa falsidade»³²⁰.

Este universo jornalístico parece fraccionar as ideias numa espécie de delírio marcado por profissionais que têm o poder de serem estúpidos e desagradáveis, revelando ainda a degeneração de uma classe que, em condições normais, seria útil para a sociedade.

No romance em análise o *conhaque* é uma das bebidas de eleição do jornalista. Recorde-se que a origem desta bebida remonta ao século XVI e às necessidades económicas dos holandeses. Produzida a partir de vinhos ruins, ou seja, dos vinhos leves da *Charente*, região do sudoeste da França, que eram aquecidos e transformados em vapor e depois condensados até obter uma bebida com teor alcoólico superior ao do vinho que lhe serve de base, esta bebida destilada – uma verdadeira aguardente – apresentava um sabor desagradável, pelo que precisava de melhoramentos, tal como o *gim* holandês – a genebra – era melhorado com as bagas de zimbro. Esta bebida abriria caminho ao *cognac*: uma simples aguardente que foi elevada ao patamar de um “grande licor”, particularmente pela conjugação dos interesses

³¹⁹ Eça de Queirós, *A Capital!* p.120.

³²⁰ Eça de Queirós, «A Abertura das Conferências do Casino», in *Uma Campanha Alegre*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.979-980.

dos holandeses – que encontraram próximo a *Cognac*, em França, as condições necessárias para a produção da sua aguardente – e dos ingleses que insistiram em métodos de destilação muito mais elaborados e no envelhecimento em cascos de carvalho. Assim, «o primeiro anúncio de “Old Cognac Brandies” foi impresso na *London gazette*, nos primeiros anos do século XVII»³²¹.

A partir destas elucidações podemos estabelecer uma analogia: o *conhaque* está para Melchior como a genebra para o jornalista Palma Cavalão, de *Os Maias*. Mas o *conhaque*, possivelmente de qualidade superior, também é consumido por personagens de classe social elevada, como acontece no romance que acabamos de mencionar, pelo que não podemos generalizar e vinculá-la a um perfil psicológico e social absolutamente estanque. É necessário considerar que o *conhaque* bebido pelo jornalista é de má qualidade, uma bebida similar à genebra. Por isso, ambas são relacionadas com o jornalismo corrupto. Além disso, também é consumida por homens de classe social economicamente inferior, de moral duvidosa, mais propensos aos vícios que tendem à repressão e ao alcoolismo, e, como consequência, muito mais dados à participação numa escória que tenta fugir das agruras da vida ou, ainda, que revela uma qualquer tendência para despoletar algum tipo de violência ou um comportamento inadequado e improdutivo. Como acontece com Artur, que se encontra descrente da amizade do Cenáculo e da democracia e sem trabalho que o dignificasse, o acto de beber uma genebra significaria um desvio de tantos problemas, mas um romper com as boas normas de trato social. Então, no botequim, revoltado, afoga toda a sua impotência e cobardia num copo de genebra. Só estava ali por falta de dinheiro, de amizades sociais e encarcerado no anonimato. Não tarda, entre um café e um gole de genebra, torna-se, no romance, uma personalidade eminente do botequim³²².

Artur, ainda em Oliveira de Azeméis, está, por conseguinte, marcado por ser vítima das suas próprias fantasias. Sentira, por exemplo, o repentino desejo de pertencer à Assembleia local, isto para gozar de alguma influência. A situação acaba por confrontar Artur com uma série de conflitos com a sociedade, de que foi salvo por uma súbita herança que lhe permite realizar de um outro modo os seus sonhos e as suas ambições. Só então seguiria para a capital, acreditando que aí ganharia celebridade.

A sua vida seguiria numa odisséia hilariante e irónica. Já no comboio, a caminho de Lisboa, conhece Meirinho, um sujeito ocioso e de modos afrancesados, frequentador

³²¹ Hugh Johnson, *op. cit.*, p.188.

³²² Cf. Eça de Queirós, *A Capital!*, pp.83-86.

obstinado de serões e círculos sociais influentes. Encontrará outra vez a figura no seu primeiro jantar social no Hotel Universal, onde também reencontra Carvalhosa, que conhecera nos tempos de Coimbra, agora um parlamentar ávido por uma pasta de ministro. E é Meirinho quem gentilmente lhe oferece a sua água *apolinaris* – numa possível referência à água mineral alemã *apollinaris* – para misturar com o vinho. Este é o seu primeiro brinde com esta última bebida. A adição da água tem por fito deixar o vinho mais fraco, numa alusão a que Artur não tem estofo suficiente para suportar os novos padrões de vida: faltava-lhe experiência para encaixar as adversidades que estão por vir.

A crítica é, portanto, feroz no conjunto do romance, já que não abarca apenas a personagem central mas também Lisboa enquanto cidade do pecado, habitada por gente arrogante, de uma opulência pedante e que vive de falcatruas. Ali Artur só encontraria exploração, traições, barreiras sociais e egoísmo burguês produzido a partir do orgulho do dinheiro e do desprezo das ideias.

2.3.2.2 - *Champanhe, a quimera*

Já distante da genebra, da fritada de ovos e do chouriço da Corcovada, Artur Corvelo apreciava agora, em Lisboa, os momentos de ilusória felicidade e ascensão social. Tinha às vezes um indefinido remorso ao pensar na pobreza em que as tias viviam. Mas logo a vaidade o lembrava de que não era com o dinheiro delas que se regalava com os jantares, cujos nomes franceses só aumentavam o apetite, embora se perceba, com o andar da narrativa, a má qualidade da comida.

Num dos episódios mais interessantes vê-se Melchior levando Corvelo ao restaurante do Mata, para comer ostras. Dilatado de vaidade, passa então a cultivar o hábito de as apreciar acompanhadas de um caro *Sauternes*. Por vezes, lembrava-se das despesas e era assomado por inquietações financeiras: «As libras iam-se!». Mas, ingenuamente, regalava-se por fazer parte de uma «panelinha», embora isso não lhe ficasse barato. Devia, por exemplo, «pagar uma patente, por insinuação do Meirinho, ou seja, fazer uma oferta de uma «garrafinha de *champagne*», nada menos que uma refinada *Cliquot*³²³. E logo se descortina um mundo sofisticado e de *glamour*, catapultado pelo elegante *champanhe* francês e pelos vinhos refinados que harmonizam tão bem os pratos igualmente requintados.

³²³ *Idem, ibidem*, p.147.

A volatilidade destas relações e os interesses individuais e egoísticos de cada um desses homens não são imediatamente percebidos pelo ingénuo Artur. Era um facto que o *chic* que o enfeitiça e os vinhos caros e luxuosos mascaravam e encobriam toda a perfídia daquela sociedade predadora. No entanto, vendo-o fascinado pela vida social e cultural da capital, foi fácil a Melchior e a Meirinho proporem um jantar, pago pelo próprio Artur, com o que seria apresentado à «rapaziada»³²⁴. No seu imaginário este evento seria o momento adequado para ler para os amigos as principais passagens do seu drama. Ingénuo, «via-se à cabeceira de uma mesa resplandecente, e os literatos erguendo para ele, num *toast* frenético, os copos esguios de *champagne*»³²⁵, elevados em sua direcção. Melchior convidava, Meirinho conduzia o menu e Artur pagava «um jantarinho pra quinze libras (...) só com coisas elegantes: duas sopas; *hors-d'oeuvre*, duas entradas, assado, caça, *entremets* (...) e *champagne*»³²⁶.

Na verdade, rapidamente nos apercebemos de que ninguém tinha qualquer interesse em ouvir o drama de Artur. O narrador encarrega-se de revelar a intenção de impingir a maçada de um drama a «pessoas inofensivas e desprevenidas»³²⁷ que só queriam comer as suas ostras antes que amolecassem. Na lição do romance, destas pessoas emanava um egoísmo brutal, em representação crua dos nichos da sociedade e dos indivíduos que apenas se aproximam dos outros por algum interesse de sua conveniência, como acontece especificamente com Melchior, que convidara um tio rico e influente para o jantar. A intenção oculta era a de evidenciar – mesmo aparentemente – a sua posição social e, depois de empurrar algumas taças de *champanhe*, dar ao tio a disposição propícia para lhe emprestar doze libras, ou seja, para aproveitar o momento em que o vinho ascende à cabeça e a «embriaguez sobe como uma maré»³²⁸, e o tio, contente de vinho, se torna ainda mais rico, pródigo e benevolente.

Desiludido com o jantar e sentindo-se ridicularizado e enraivecido, entregou-se à genebra num bar do Chiado. Lá contempla, ao seu lado, Nazareno, um republicano hostil à burguesia, também desprezado pelos “amigos” do Universal. Artur sente por este uma enorme

³²⁴ *Idem, ibidem*, p.148.

³²⁵ *Idem, ibidem*.

³²⁶ *Idem, ibidem*, pp.148-149.

³²⁷ *Idem, ibidem*, p.153.

³²⁸ Edmondo De Amicis, *op. cit.*, p.17.

empatia, mas não consegue estabelecer contacto. Talvez por isso acabe por voltar a centrar-se em si mesmo, assumindo-se ainda mais desenganado e aceitando que tudo lhe era frágil e incompleto. Então, cabisbaixo, pelo Rossio, entra num pequeno café, de cor suja e de estuque enxovalhado, «onde as pessoas comiam à pouca luz»³²⁹. Ali se refugiou, num cantinho escuro, com uma garrafinha de genebra. Sentia-se acolhido e lembrava-se com tristeza do botequim da Corcovada.

Instável e temendo a solidão, repete o erro. É que Artur anima-se com um convite do Meirinho para ir à *soirée* da D. Joana Coutinho, a grande atracção da sociedade elegante, frequentada por velhos fidalgos, novos deputados, jornalistas, banqueiros e poetas. Seria, contudo, repellido na *soirée* por um grupo conservador, o que o leva a admitir refugiar-se no grupo dos revolucionários. Como quem perde uma companhia e depressa tem que encontrar outra, não tardou a buscar refúgio no universo revolucionário de Nazareno. Para aproximar-se, não pede a sua bebida habitual – a genebra –, mas sim um *anisette*. A atitude de Artur, ao refutar a genebra, parece constituir-se como o mecanismo de defesa encontrado para ocultar ou dissimular a sua frágil personalidade diante de um homem de fortes ideais e que não consome álcool. Falam de Damião, amigo comum, e conversam sobre a democracia para pôr em comunhão as ideias do revolucionário que abominava o Universal, aquele covil de devassos, ladrões, conservadores e brasileiros, usuários de um luxo regado pelo *champanhe* e vinhos franceses, que o irritava. Aos poucos, o republicano revelava-se «tão seco e tão fictício quantos os burgueses da *soirée* de D. Joana»³³⁰.

Considerando a fragilidade do *status* intelectual, social e económico, e pela ridicularização sofrida à mesa, no jogo de pagar *champanhe* para os amigos, e ainda a sua inferioridade intelectual e incapacidade de inserir-se no meio que circulava, Artur precisava de compensar o seu ego numa outra esfera: a da afirmação da sua masculinidade e da sua virilidade. Sentindo-se isolado, ignorado e troçado por uma burguesia estéril, certa manhã recebe mais um convite de Melchior para uma boémia e entusiasma-se. É, mais uma vez, a sensação de orgias, raparigas *chics* e *champanhe* que o toma. Mas não podia ir, porque tinha uma reunião com os republicanos Nazareno e Matias, embora remoesse de lamentos por perder a noite de amor. A dúvida atormentava-o e, sob a influência de um *Colares*, decide deixar a sessão republicana. O *conhaque* remata a decisão: «sentia mesmo um requinte de

³²⁹ Eça de Queirós, *A Capital!*, pp.171-172.

³³⁰ *Idem, ibidem*, p. 194.

prazer animal, em mandar as “ideias ao diabo”»³³¹ e em atirar-se ao bonito corpo branco da Concha. Entende-se, pois, que faltava à figura ideologia e o impulso “animal” do desejo que havia dentro de si falava mais alto.

Vivera com Concha, a quem pagou vestidos, jóias e *champanhe*. Entediada daquele tolo, a mulher fugiria com o espanhol com quem outrora Artur celebrara um pacto de amizade, ao antigo modo andaluz, com uma garrafa de *manzanilla* especial, um vinho delicioso, esquecendo que de Espanha podem não vir nem bons ventos nem bons vinhos.

O protagonista regressará, depois, a Oliveira de Azeméis, vencido e fracassado, qual vítima da ambição ingénuo e de uma inocência (idiota) explorada por terceiros sem escrúpulos, que o fizeram delapidar rapidamente a fortuna, sem ter concretizado os sonhos de amor e fama. Restava-lhe a companhia de Rabecaz e da fiel companheira: a genebra.

Como pode, pois, constatar-se pelo percurso que acabamos de cumprir, nos romances analisados Eça de Queirós expõe comportamentos e circunstâncias evidenciados pelas bebidas. Com tamanha naturalidade o faz que, por não passarem despercebidas, somos instigados a observá-las como signos que anunciam e estabelecem características comuns ou peculiares das personagens e, afinal, de uma mundividência oitocentista, seja de matriz europeia ou mais especificamente portuguesa.

A tese do autor mostra, nesses casos, a degeneração de alguns homens, não raro até atingirem um estado sub-humano, principalmente quando apresenta o Homem numa situação de crise em particular: sob alguma forma de pressão, sob o ímpeto da necessidade sexual, sob a influência do álcool. Assim, Eça “desenha” o Homem que retrocede ao ser brutal e primitivo latente que há dentro de si³³²: vemos a lascívia do Padre Amaro, mole do vinho, a possuir Amélia; contemplamos Artur Corvelo e os seus desatinos, afogando as suas mágoas na genebra; topamos Basílio a beber o amor ocioso de Luísa, regado a *champanhe*.

Por outro lado, mesmo nas obras de superação dessa fase notamos, ainda, as bebidas numa correlação com as temáticas presentes de modo mais regular: em *Os Maias* o vinho acompanha a crítica à fútil e afrancesada sociedade lisboeta, a genebra afaga a fragilidade de

³³¹ *Idem, ibidem*, p.203.

³³² Cf. Lilian R. Furst e Peter N. Skrine, *op. cit.*, p.29.

Pedro da Maia e o *champanhe* conduz mulheres aos braços dos amantes; em *A Cidade e as Serras* o vinho leva o protagonista ao extremo – como, por exemplo, do cansaço à renovação – e a genebra e o *champanhe* estão presentes para lembrar que no campo os homens não estão incólumes a alguns dos signos dos vícios, mesmo que o contacto com eles acabe por ter um outro desfecho.

CAPÍTULO 3

Eça nos caminhos da ética e da estética da verdade

3.1 - Homem, animal de natureza vária, multiforme e mutável

Podemos dizer que, como decorre do percurso trilhado até aqui, as obras literárias da segunda metade do século XIX são em grande medida e de modo genérico uma manifestação artística sustentada num conjunto de premissas conceptuais, éticas e estéticas muito precisas e que, em regra, radicam no pressuposto de projectar uma intenção moral e funcional alicerçada numa metodologia em que a observação atenta é fulcral. Com efeito, «para os realistas, convencidos pelo científicíssimo moderno, o homem físico e moral é um produto fatal do meio social, geográfico, histórico e etnográfico»³³³, e, em muitos casos, é como se o Homem – que, como vimos, sob várias “peles” e “vestes” encontramos a cada passo do universo romanesco queirosiano – fosse um instrumento passivo diante de forças externas e até da própria hereditariedade.

Nas palavras do Barão d’Holbach, «o nascimento do homem depende de causas inteiramente fora de seu controle; (...) ele é continuamente modificado por causas que influenciam sua máquina a despeito de sua vontade, modificam seu ser e alteram sua conduta»³³⁴. Este entendimento implica admitir que todos os fenómenos psicológicos das sensações e dos sentimentos possuem causas externas determinadas. É como se tudo que se passa dentro do homem soasse como efeito da força inerte da sua auto-gravitação, sendo a sua vida uma sucessão de movimentos necessários e relacionados com a sua própria “máquina” (sangue, nervos, fibras, carnes, ossos). As causas exteriores agem e modificam essa “máquina” humana, ainda que diversamente – é o que acontece, por exemplo, com o ar que a envolve e os alimentos que a nutrem. Nessa perspectiva, o homem moral desmorona-se e tal vertente deixa de incorporar o homem físico³³⁵.

Esta tese seria depois a que, em grande medida, os Realistas-Naturalistas acabariam por perfilhar e que os levaria a, entre outros aspectos, dissecar os temperamentos. Tal não aconteceria sem que, no tempo, fossem considerados protagonistas de uma espécie de comércio literário, já que mostravam a sociedade no seu lado hediondo, destruindo valores sociais como o pudor, a dignidade e até a castidade e levando, inclusive, a mulher ao fundo de um precipício. Com a leitura dos romances que tais autores fazem editar, o leitor passaria a

³³³ Alexandre da Conceição, *op. cit.*, p.29.

³³⁴ Barão d’Holbach, *Système de la nature*, 1770. *Apud* Eduardo Giannetti, *Mercado das crenças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p.45.

³³⁵ Cf. *idem, ibidem*.

poder entrar em mundos que lhe poderiam ser relativamente inacessíveis, como os prostíbulos e as tabernas, ou que, como acontece em *O Primo Basílio*, eram ilustrativos de situações em que o sentimentalismo é crassamente descarnado, realidade tão evidente no torpe cinismo de Basílio, em especial após a morte de Luísa, que bebe, numa verdadeira postura de *dandy*, cerveja no primeiro café que encontrara³³⁶.

Em face do que acabamos de explicitar, poder-se-ia, contudo, questionar se o autor cujo percurso criativo vimos acompanhando de alguma forma teria exorbitado. Distorceu na sua visão do homem do tempo uma objectividade que o devia nortear? Arrastou-o por caminhos sempre tortuosos e de predilecção amoral e pessoal? Certamente que não. Como já foi dito anteriormente, percebemos pela análise fina das suas obras que a intenção e o método do escritor são os de identificar e proceder ao levantamento das diversas facetas e questões da vida, o que, de resto, se harmoniza com o pensamento e a acção de outros intérpretes oitocentistas, caso de Zola, que, no prefácio a *Thérèse Raquin*, refuta as acusações de imoralidade da sua obra e alega um carácter científico e um método moderno, quais os de um médico ou os de um sábio motivado pela curiosidade³³⁷. A visão de Eça coadunava-se, afinal, com uma *imago mundi* que tem nas suas figuras justos signos, mesmo que as tenha, por isso, que caracterizar como “bestas humanas”, tantas vezes dominadas pelos nervos e pelo sangue e desprovidas de livre arbítrio. Seriam «temperamentos e não caracteres», nos quais o remorso «é uma simples desordem absente»³³⁸. Nesse quadro, e a título de exemplo, a mulher “está” sujeita ao simples papel de objecto domesticado³³⁹. Mas tudo isto não implica que não possa vislumbrar-se na escrita de Eça um lado caricatural que tanto do ponto de vista estético como ético lhe garanta uma vivacidade própria – e mesmo única – e que em caso algum colidiria com o que atrás postulámos.

³³⁶ Cf. João Palma-Ferreira, “Um crítico do realismo. Alberto Carlos Freire de Oliveira”, in *Literatura Portuguesa. História e crítica*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, pp.128-130. *Apud* Maria Aparecida Ribeiro, *op. cit.*, pp.37-38.

³³⁷ Cf. Émile Zola, *Thérèse Raquin*, Paris, Garnier-Flammarion, 1970, pp.59-64.

³³⁸ Lilian R. Furst e Peter N. Skrine, *op. cit.*, p.45.

³³⁹ Cf. Carlos Ceia, *op. cit.*, p.7. Em certa medida, homem e mulher seriam reduzidos a *res*, e, como diz Taine, na sua *Histoire de la littérature anglaise*, «o homem é uma máquina de engrenagens ordenadas» para quem «o vício e a virtude não passam de produtos». *Apud* Costa Pimpão, *op. cit.*, p.96. Entendemos, porém, que ao considerar o homem como máquina o Homem bom não é pior nem melhor que o Homem mau, pois nenhum é responsável por aquilo que é. Ambos foram condicionados por forças que estão para além do seu controle; está ausente de si qualquer autonomia e espírito crítico para eleger as suas prioridades.

Nesse contexto, Eça observa o exterior (como Flaubert) enquanto ponto de apoio para penetrar e compreender o homem interior (como Balzac), o que o liberta de um romancismo fisiologista³⁴⁰ e permite antes que o elemento pessoal interfira na sua obra para imprimir maior ou menor intensidade no universo dos traços característicos que são evocados, como se fora a emanção da própria realidade controversa a reproduzir os vícios e as virtudes, o bem e o mal. E, nessa dualidade, se pode enquadrar o entendimento de que o predomínio na obra de Eça do olhar satânico sobre o olhar divino legitima o pensamento de que ele poderia/deveria achar o diabo mais original, da mesma forma que admitiria também serem as heresias mais curiosas e, por isso, de abordagem superiormente interessante³⁴¹.

De facto, e como resultado deste complexo mas harmonioso balanceamento, Eça é, singularmente, detentor de uma inquestionável habilidade de observação, análise e crítica, que, agregada a um poderoso talento artístico, lhe abre as portas para uma definição da sociedade do seu tempo e dá ao leitor a possibilidade suplementar de compreensão do meio intelectual em que as acções se passam, do ridículo que define a sociedade, do pré-conceito que determina o espírito, factores que orientam a percepção da “factualidade” narrada³⁴².

Ora nesse universo tão peculiar muitas são as personagens cujos limites existenciais só podem ser perfeitamente delineados e compreendidos pela relação, contínua ou fortuita, com as bebidas e o acto de beber. Essa bissectriz, por vezes caricatural, põe em cena um certo número de ambiciosos, hipócritas, estúpidos e bêbados, personagens que no envolvimento com o álcool, ou sob os seus efeitos, se fazem cómicos, loucos, charlatães, biltres e voluptuosos. E não é raro notarmos até os tolos, aqueles que deixam transparecer as orelhas arrebitadas – como Midas, a quem Baco concedeu o poder de tudo transformar em ouro, e que por uma acção inoportuna ofendeu a Apolo; como castigo deu-lhe orelhas de burro³⁴³. Lembremos o caso de Artur Corvelo.

Outro traço comum a todas as obras do nosso *corpus* é o de, independentemente do temperamento, as personagens estarem submetidas a uma hierarquia social que constantemente dita uma hierarquia culinária, tanto em qualidade como em quantidade. Isso quer dizer que os alimentos e, especialmente, as bebidas em regra circunscrevem os estratos

³⁴⁰ Cf. António José da Silva Pinto, *op. cit.*, pp.7-10.

³⁴¹ Cf. Ana Margarida Dinis Vieira, *As Vertentes do Olhar na Ficção Queirosiana*, Lisboa, Veja, 2008, p.196.

³⁴² Cf. Alexandre da Conceição, *op. cit.*, p.29.

³⁴³ Cf. Erasmo de Roterdão, *op. cit.*, p.16.

específicos da sociedade em questão, revelando a esse nível os seus hábitos quotidianos. Com efeito, embora na pequena burguesia não haja ostentação de vinhos estrangeiros, em *O Crime do Padre Amaro* revela-se uma classe sacerdotal pervertida, dominada por verdadeiros glutões e bebedores e apegada às coisas materiais. Recorde-se a avidez do Cónego Dias, que passava por ser rico ao servir o grande Porto 1815. E a “fauna” parasita de *A Capital!* gravita em torno de um tolo que se encanta com o *chic* do *champanhe* mas que encontra na genebra o verdadeiro consolo e assim revela a sua fragilidade e a sua desinserção. Em *O Primo Basílio* não fora um verdadeiro *champanhe* que excitara a volúpia feminina, mas um espumante sem designação.

Já pelas mesas dos abastados da alta burguesia de *Os Maias*, tão bem representada por Afonso da Maia, que é um *gourmet* exigente, circulam os vinhos mais caros. Para além dos efeitos próprios que naturalmente essa realidade dava ao romance, desempenham aqueles o papel importante de auxiliar na crítica à sobrevalorização daquilo que tem origem estrangeira e de satirizar o snobismo ou as segundas intenções de certas personagens. Esta particularidade repete-se, em parte, em *A Cidade e as Serras*, pois ali se aponta para a futilidade que envolve as bebidas servidas no 202. Neste romance, Eça revela, como já se demonstrou, uma oscilação entre a hiper-civilização e a rusticidade, desvalorizando caricaturalmente a primeira em benefício da segunda e contrapondo aos delírios gastronómicos dos *Champs-Élysées*, regados com os melhores vinhos franceses, as delícias da comida tradicional portuguesa acompanhada pelo soberbo Vinho Verde.

Perante estes dados, é consensualmente lícito admitir a consciência social do escritor e o seu desejo de enfrentar a realidade, pondo a nu a face perversa da humanidade. E mesmo diante de diferentes classes sociais, encontramos uma constante no modo como revela com argúcia traços, no quadro da (i/a)moralidade, que as poderiam aproximar, porquanto são reflexo, por exemplo, de uma hereditariedade e de situações de momento. Nestes termos, não há liberdade de escolha possível por parte das personagens e a responsabilidade pelas suas acções é implicitamente atribuível a forças que estão para além do seu controle³⁴⁴. Assim, o vinho, a genebra e o *champanhe* são substâncias externas que podem interferir e acompanhar, indubitavelmente, as acções do Homem; «actuam arrefecendo, aquecendo, secando, humedecendo, contraindo e descontraindo, ou fazendo dormir»³⁴⁵, de maneira que são claros

³⁴⁴ Cf. Lilian R. Furst e Peter N. Skrine, *op. cit.*, p.62.

³⁴⁵ António Escohotado, *História elementar das drogas*, tradução de José Colaço Barreiros, Lisboa, Antígona, 2004, p.24.

– e isso é apanágio da obra de Eça – os cambiantes que ora colocam a bebida entre o remédio e o veneno ou entre a virtude e o vício.

Pretendemos, em consequência, advogar que desde sempre pairam sobre o Homem dois aspectos que o circundam como síntese da sua existência: por um lado, a glorificação e o elogio; por outro, a fraqueza e a depravação. Mas é certo que nem sempre o Homem pode realizar todas as correspondências à dignidade³⁴⁶. Nesse sentido, e considerando que o Homem é animal de natureza vária, multiforme e mutável, a sua liberdade implica que possa optar por uma escolha moral e intelectual responsável que o eleve na conduta ética ou por fazer uso da vileza da sua alma e dar azo ao poder que alimenta a fonte de lascívia, mestra de sensual brandura e da sua irascibilidade, serva dos apetites por que se bate e lança como um predador³⁴⁷. E se o homem se deixa levar pelo mundo externo, pode muito bem através de uma sensual taça de vinho, genebra ou *champanhe* arrancar de dentro de si toda a parte sensível e irascível em que estão sediados os temperamentos, a disfunção de carácter e as seduções corpóreas que tem acorrentadas à alma. Esta condição, potencial e terrivelmente deprimente, rouba ao Homem toda a autonomia e responsabilidade pelos seus actos, que passam a ser apenas o resultado inescapável de forças e condições físicas que estão totalmente para além do seu controle³⁴⁸. E como várias das personagens de Eça se revelam sobremaneira propensas à sedução pelos prazeres da vida, as bebidas acabam por se tornar muito mais operativas do lado do tratamento dos vícios do que do das virtudes.

Pelo que acabamos de expor, dir-se-ia que o tempo em que o universo diegético das obras em questão se desenvolve mostra uma sociedade burguesa dominada pela difusão crescente do ideal capitalista³⁴⁹, permeável ao esbulho de valores absolutos, em especial numa época de ociosos acumuladores de riquezas materiais, e em vias de valorizar exacerbadamente a força do aparentar. Como Aristóteles apontou, há bens que são instrumentos de referência de riqueza exterior; e aqueles que se sentem privados dos bens exteriores reagem como se a ausência dos mesmos e, por isso, de ostentação fosse uma mácula na sua vida, uma verdadeira

³⁴⁶ Cf. Giovanni Pico Della Mirandola, *Discurso Sobre a Dignidade do Homem*, Lisboa, Edições 70, 2010, p.61.

³⁴⁷ Cf. *idem, ibidem*.

³⁴⁸ Cf. *idem, ibidem*, p.31.

³⁴⁹ Cf. *idem, ibidem*, p.18.

nódoa na felicidade³⁵⁰. Essa casta de seres humanos não estaria preparada para acções nobres. Lembremo-nos de que em *A Cidade e as Serras* os vinhos mais caros e exóticos estão no cabaz dos bens supérfluos e ostensivos e que enquanto uns bebem e debicam com apatia esses vinhos, sem dúvidas, algures há uma massa de miseráveis a quem falta o que comer. Por outro lado, há personagens que cobiçam capacidades e coisas materiais que estão para além das suas potencialidades e possibilidades: Amaro deseja uma vida de regalias; Juliana almeja uma vida farta; a caterva de amigos de Artur e o próprio Artur alimentam uma idolatria incessável e somítica pela ostentação. Eça nada esconde, porque estaria convencido de que assim esta sua escrita teria um efeito praxeológico.

3.2 - Ser ou parecer

A essência da ficção queirosiana revela-nos, pois, que a maioria das personagens que nela habitam não está disposta a aderir voluntariamente aos fundamentos e a uma exercitação prática daquilo que pode prover o bem-estar geral. De facto, mostram-se, sim, ou indiferentes ou muito mais propensas a um egoísmo anti-social, que serve para, entre outras coisas, fomentar a dissimulação e a hipocrisia, dando largueza aos seus piores instintos. Procurava, assim, Eça demonstrar os efeitos morais perniciosos de uma classe burguesa ociosa e produtivamente inútil, que vive muito das aparências e das conveniências sociais. Como pudemos comprovar no *corpus* que estudámos, as personagens que nesse particular lhe dão corpo, quando empenhadas em ocupações inúteis, entregam-se aos prazeres sensoriais e são meros espectadores do mundo. Não raro, nesses momentos o vinho, a genebra e o *champanhe* propiciam uma influência oculta e fazem-nas aparentar uma máscara de si mesmas.

Em muitos desses casos, à mesa dos bebedores notamos o snobismo e a desgrenhada ilusão de que enferma o vasto universo que os rodeia. Não é de estranhar que estas personagens, sob o manto do que entendem ser e da sua maneira de estar, não se apercebam de que numa garrafa de vinho está a força do labor de gente trabalhadora, e deixem simplesmente transparecer, pela sua máscara de vaidade, o privilégio de poder usufruir a grandiosidade de um néctar, numa realidade acessível para poucos. Por sua vez, o beber

³⁵⁰ Cf. *Ética a Nicómaco*, tradução do grego de António de Castro Caeiro, 2.^a ed., Lisboa, Quetzal editores, 2006, p.33.

genebra despe o indivíduo, deixando nua a demagogia e a incompetência, e o *champanhe* é o véu que envolve e liberta a ilusão que afogueia a pele.

Para descrever essa realidade crua o nosso Eça, no seu voo imaginativo, encontra saídas legítimas – e sem quaisquer dificuldades – para criticar e ironicamente descrever os diferentes tipos da sociedade oitocentista e assim demonstrar o seu ponto de vista. Ao leitor fornece uma primeira “impressão” e, por vezes, cria uma perspectiva ilusória, abrindo um jogo entre o *ser* e o *parecer* em cujo âmbito as personagens não raro vestem o manto das aparências. E, a uma leitura superficial, que favorece o engano, pode corresponder uma fraude, já que a personagem não revela de imediato a sua real natureza, ocultando a(s) sua(s) verdadeira(s) face(s). Exemplo denso onde facilmente Eça poderia fazer radicar este processo é o do religioso que, como tão bem Erasmo de Roterdão notou, embora se apresente como modelo perfeito de virtudes é, na realidade, uma verdadeira gralha enfeitada «com penas emprestadas, apresenta o preto como se branco fosse e uma mosca insignificante como se um elefante fosse»³⁵¹.

Entretanto, sabemos e reconhecemos que as aparências são um aspecto importante e que exercem um forte poder de influência em todos os âmbitos da vida do Homem, inclusive nos actos de comer e de beber, pois incitam facilmente aos apetites. Entre o belo, o luxo e a excentricidade não poucas vezes se misturam a vaidade humana e todas as suas nuances de poder e de conquista, situação em que chega a ser capaz de tudo para fugir ao ostracismo social, inclusive forjando ser o que não é.

Deste modo, para ler essa face oculta é necessário ir retalhando e dissecando a complexidade das personagens e descodificar as suas acções, por exemplo através da relação com as bebidas. Só então poderemos vislumbrar em toda a sua amplitude os diferentes elementos em presença, nomeadamente os antagónicos, como os vícios e as virtudes, o mal e o bem. Lembrando Platão, escreveu Rabelais: «(...) imaginando duas coisas contrárias no seu género, como o bem e o mal, a virtude e o vício, frio e calor, branco e negro, voluptuosidade e dor, gozo e desgosto e assim por diante, se se juntarem de tal maneira que o contrário de uma espécie convenha o contrário de outra, convirão consequentemente outros extremos»³⁵². Entendemos, portanto, que as possibilidades que podem ser extraídas da essência das personagens – diga-se o mesmo do ser humano – são tão complexas e variáveis como as que

³⁵¹ Erasmo de Roterdão, *op. cit.*, p. 17.

³⁵² François Rabelais, *Gargântua e Pantagruel*, tradução de L. Pereira Gil, Lisboa, Edição Amigos do Livro, s./d., pp.44-45.

se apresentam no aspecto, na cor, no aroma e no sabor de um vinho, ainda multiplicadas pelas interpretações sensoriais de cada indivíduo, não obstante tenhamos que reconhecer que – também a título de exemplo – há uma noção comum do que é doce, ácido, salgado ou amargo. E como observamos o mundo através dos sentidos, nem sempre as aparências correspondem à realidade, ou pelo menos a uma realidade comum, pois os aspectos sensoriais são tão subjectivos quanto o é possível às diversas impressões e interpretações reflectidas por cada um de nós em torno da harmonia do conjunto do objecto observado.

Compreender e diferenciar as personagens pressupõe que as mesmas sejam observadas, mesmo que em tese, através dos cinco sentidos, numa conjugação profícua, tal como fazem os especialistas em vinho, pois de uma análise isolada e fragmentada poderia resultar uma opinião frágil ou muito provavelmente equivocada. Sabemos, portanto, que os sabores, os odores, as texturas e os traços visuais podem alterar e até modificar, mesmo inconscientemente, o comportamento humano, na medida em que permitem gerar emoções positivas e negativas ou evocar memórias passadas. É por isso que para que uma análise seja cuidada são indispensáveis a sensibilidade, o conhecimento e a experiência. Decorre desta constatação que o intérprete descuidado de um objecto específico, como uma obra literária, é como um bebedor que refuta um vinho que há anos repousa numa garrafa e esconde os seus aromas, quando na verdade é portador de muitas mais qualidades sensoriais do que as que se apresentam num primeiro plano – como se sabe, só o seu contacto com o oxigénio o faz evoluir, tornando-se muito mais agradável. Esse bebedor é do tipo imediatista: olha apenas para a bela imagem apresentada pela garrafa e para o *design* do rótulo e esquece, ou não sabe, que o que está por fora não mudará em nada o vinho que está lá dentro. Isto é: o mesmo que acontece aos que se esquecem de observar e dominar a essência de uma obra, designadamente o íntimo de uma personagem, o seu carácter e as verdades que ultrapassam o provisório valor dos seus adereços, das suas vestes ou do cargo que ocupa.

Olhemos com novo cuidado para os romances queirosianos. Neles o homem sucumbe, por exemplo, à degeneração. Lembremo-nos de que em *O Mandarin* o Diabo se apresenta à fantasia de Teodoro com imagens capazes de o impelir ao assassínio de um Mandarin «mais rico que todos os reis de que a fábula ou a história contam»³⁵³. Aconselha-o a ver-se livre das superstições e acena-lhe com os bens que estão à disposição dos afortunados: carruagens de suaves molas, casas confortavelmente decoradas, diversões variadas, vinhos preciosos de

³⁵³ Eça de Queirós, *O Mandarin*, p.85.

Borgonha, como o *Romanée-Conti* de 58 e o *Chambertin* de 61, «que custam, cada garrafa, de dez a onze mil reis; e quem bebe o primeiro cálice não hesitará, para beber o segundo, em assassinar o seu pai»³⁵⁴. O protagonista sabia que bastava um gole destes vinhos «para atrair sobre si as maldições de todos os anjos do Céu e da Terra»³⁵⁵. Não hesitou, porém, em experimentar os novos prazeres, mesmo sabendo que não ficaria incólume a novos sofrimentos. Qualquer que fosse a sua pena ela parecia-lhe ser um preço justo, pois fá-lo-ia sentir dentro de si todo o fantástico mundo a que só aquele vinho o conduziria: «sonhos de poder e de riqueza, gargalhadas cristalinas de lindas mulheres, promessas de volúpias, iras soberbas, visões do Céu»³⁵⁶. Isso fez com que tocasse a campainha de uma só vez, como quem engole num único trago o próprio Diabo, perdendo para sempre a sua paz.

Esta personagem, de comportamento amoral e ambição medíocre, está tão ligada à realidade externa que se esquece de dar o devido valor aos seus sentimentos e emoções, tal como, ainda na grande Paris, Jacinto, em *As Cidades e as Serras*, vive num mundo organizadamente caótico e que o leva a perder o gosto pela vida. No início deste último romance a alma do protagonista está vazia: a sua percepção de bem-estar diante do luxo que o envolve é completamente distorcida pelos valores do seu mundo externo e vive, por isso, numa insatisfação profunda e num esforço constante, talvez inconsciente, de controlar-se e suportar aquela sociedade. A sua racionalidade condicionada bloqueia-o e impede-o de demonstrar o que sente verdadeiramente pelas pessoas que o cercam. Embora à vista de todos tenha todas as suas necessidades e todas as suas vaidades satisfeitas, o certo é que a sua consciência está corroída pela angústia.

Em contraponto a tal ostentação, em *O Primo Basílio* encontramos o quase insípido Sebastião, que na sua simplicidade revela um homem de carácter recto, o verdadeiro amigo da família. É ele quem procura proteger a reputação de Luísa, deixando-a consciente de que as visitas do primo não passam despercebidas na vizinhança. Pretendeu assim resguardar Luísa da maledicência e da inveja de Julião. Mais tarde, também é ele o responsável pelo resgate das cartas das mãos da criada. Este é o sinal de que Eça teria plena consciência do efeito que a introdução deste último “modelo”, por contraste, causaria.

³⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.91.

³⁵⁵ *Corão. Apud* Edmondo De Amicis, *op. cit.*, p.40.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.60.

Mas as máscaras são o grande atractivo. Lembremo-nos de que em *O Conde de Abranhos* encontraremos, na construção de uma certa crítica aos costumes políticos da época, a exposição da “estupidez” e das matreirices que se ocultam sob a aparência de um homem «que um país inteiro proclama *grande*»³⁵⁷, mas para quem a pobreza revelava aspectos odiosos. A narrativa, que se torna numa pseudo-apologia, termina revelando Alípio como um verdadeiro embuste:

«Todo homem tem vícios, ou paixões, ou gostos perversos, mas o seu dever é escondê-los e mostrar-se apenas aos seus semelhantes como um ser regrado e bem equilibrado. Era assim, por exemplo, que apesar de gostar de genebra, Alípio nunca se entregava a essa inclinação na publicidade brutal dos botequins ruidosos: ai tomava regradamente o seu copo de orchata. (...) e em casa, no seu quarto solitário, usava com largueza da garrafa de genebra que guardava debaixo da cama, no caixote de roupa suja.»³⁵⁸.

Abranhos revela através do gosto pela *genebra*, e de como a bebe, principalmente porque a bebe às escondidas, a sua verdadeira face, isto é, os seus actos desonestos e os seus defeitos ridículos. Como diz João Medina, Alípio, observado à luz do sistema político, seria incapaz de grandes torpezas sanguinárias, mas desenvolve, à medida da época, os seus «talentos de bandoleiro político (...), os defeitos e as taras intrínsecas ao jogo político»; «é o lodo constitucional feito homem, a encarnação concreta dos vícios e das taras de um sistema»³⁵⁹. Desta forma, Eça quis retratar toda uma classe de políticos que ascende aos “poleiros do poder”.

Não restam então dúvidas de que, como vimos demonstrando, no nosso *corpus* e também para além dele Eça apresenta a vasta galeria daqueles que facilmente enganam pelas aparências. De resto, também Ramalho Ortigão afirmou que na burguesia lisboeta «há uma desarmonia medonha, um contraste assombroso de desequilíbrio entre a representação da vida exterior e o sistema da vida íntima»³⁶⁰. Quando é este o tema, compreende-se, por exemplo, que as mulheres da burguesia queirosiana sejam o resultado de uma educação frívola: aprendem francês, inglês, a tocar piano e a ter uma bela caligrafia; depois, quando adultas e já

³⁵⁷ Eça de Queirós, «Carta a Ernesto Chardron em 1978», in *Correspondência*, vol. 1, pp.155-157.

³⁵⁸ Eça de Queirós, *O Conde de Abranhos*, p.48.

³⁵⁹ João Medina, *op. cit.*, pp.13-19.

³⁶⁰ Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. IX, p.246.

casadas, mantêm a aparência do casamento estável e feliz, mas intimamente são infelizes e vivem fantasias: procuram um homem superior, um *dandy*, o que usa a mais fina roupa, o melhor perfume, o que janta nos melhores “restaurantes do *boulevard*”, aquele «que mais se tiver desgastado de músculos e de cérebro nos altos vícios, o que mais segredos tiver para contar das suas intimidades no mundo especial cujas mulheres consomem por dia, segundo lhe disseram, cem ou duzentos luíses em *foie gras* em *champanhe* e em *cold cream*»³⁶¹. É assim em *O Primo Basílio*: Luísa no seu íntimo é uma mulher insatisfeita, instável e sensorial.

Em síntese, a diversificada paleta queirosiana apresenta-nos o Homem metamorfoseado no tipo que, para o bem ou para o mal, procura não chamar a atenção e por isso ser discreto. Por um lado, e como o vinho que “cheira pouco e sabe muito” e cujo aroma não explode de imediato, anuncia-se lentamente ao observador para, então, poder surpreender positivamente. Assim é Sebastião, cujas personalidade e rectidão de carácter cativam; ou o abade Ferrão e a sua verdadeira aptidão religiosa em *O Crime do Padre Amaro*; o altruísta tio João Torrado, o “profeta” de *A Cidade e as Serras*. Antagonicamente, Amaro, Basílio e Alípio esforçam-se por esconder o que são e o que sentem e, por isso, quase paradoxalmente, são exibicionistas e tentam iludir e impressionar o observador; mas logo desencantam, são enjoativos e repugnantes. “Cheiram muito e sabem pouco”.

Isso ocorre – assim o entendemos – porque os seres humanos, em regra, são miméticos: uns esforçam-se para não aparentar o que são; outros tantos tentam parecer o que não podem ser. Essa é a razão pela qual somos facilmente, pelo menos num primeiro momento, enganados pelos sentidos. Como somos seres que estamos frequentemente a julgar, a criar um juízo, a avaliar as qualidades e os defeitos, logo somos enganados quando só direccionamos a nossa contemplação para as aparências. Para ultrapassar esse perigo, temos de estar cientes de que o nosso olhar sobre a sociedade nos vai revelando partes de um todo. Eça foi, por isso, mestre no domínio de toda esta complexidade, já que através do seu cuidadoso labor captamos as categorias múltiplas de personagens que se movimentam numa determinada sociedade em grande medida decadente. É isso que igualmente nos permite notar os vícios, a volúpia, a hipocrisia, a canalhice ou a imoralidade, permanecendo, no entanto, sempre, algures e pela sua pena, uma centelha contrapontística de virtudes, de autenticidade, de moralidade e de rectidão.

³⁶¹ *Idem, ibidem*, p.244.

3.3 - Os vícios

A reflexão que no âmbito deste capítulo vimos empreendendo traz-nos ainda ao óbvio reconhecimento de que o Homem é influenciado nas suas atitudes pelo “gosto”³⁶², uma faculdade da mente que o leva a emitir juízos de valor e a agir de acordo com convicções ou interesses. E estes não têm necessariamente que pressupor uma franca e voluntária adesão a um padrão ético e moral, ou, pelo menos, a um único padrão ético e moral. Assim, pode configurar-se um “desvio”, o que muitas vezes toma a forma de “vício”.

Mas o que é o vício? Neste ponto não poderíamos deixar de evocar Aristóteles, pois a partir do que nos legou compreendemos melhor que todas as acções humanas e todos os fins particulares a que elas correspondem tenderão a um fim último, que é o bem supremo. Segundo o estagirita, há quem julgue que o bem supremo é o prazer e o gozo, ou a honra, ou juntar riquezas; mas parece que nenhum destes “desígnios”, isoladamente, representa completamente a noção de virtude. A falta ou o excesso de sentimento ou conduta, por acção ou omissão, devem ser evitados pelo indivíduo, porque sendo nesse particular deficiente ou excessiva tal opção torna-se um vício. Assim como o equilíbrio na magnificência é uma virtude, a vulgaridade no seu lado excessivo é um vício; do mesmo modo, a temperança nos prazeres do corpo não pode ser condenada, ao contrário do excesso nos mesmos, pois isso leva à devassidão. Mas não são chamados devassos os que sentem prazer pelas coisas do campo, como a fragrância das flores; antes o são alguns daqueles que se sentem excessivamente tomados pelos aromas dos perfumes e dos cozinhados, uma vez que os «devassos regozijam-se com os cheiros porque através deles têm uma evocação da sua luxúria»³⁶³.

Ora, os provadores de vinho e os cozinheiros, que a partir dos sentidos concebem uma descrição dos sabores, não são devassos. Esta última característica é antes própria do “glutão”, ou seja, do que excede a temperança. Os que o são definem-se apenas pelo gozo sentido pelo tacto, pelo deleite do contacto com os alimentos e com a bebida, bem como nos chamados prazeres do sexo. Assim, a lição da *Ética a Nicómaco* é a de que o Homem deve aperfeiçoar-se naquilo que o distingue de todas as outras coisas, isto é, pela razão e pela moderação, pois se visa só o prazer e o gozo torna-se semelhante aos animais.

³⁶² Cf. David Hume, *Investigação sobre o entendimento humano*, tradução e análise de Adília Maia Gaspar, Lisboa, Lisboa Editora, 2006, p.45.

³⁶³ Aristóteles, *op. cit.*, p.79 e ss.

Semelhantes conclusões permitem-nos enquadrar melhor a “atitude” de Eça perante os excessos e as transgressões das raízes culturais, dos valores e dos princípios morais da sociedade coeva. Com sabemos, revela frequentemente através das suas personagens a corrupção, sendo que esta é um vício de carácter que retrata bem a degradação moral e a degeneração de valores. Aquelas que a ela andam ligadas tornam-se escravas da devassidão, uma vez que encarnam o posicionamento de quem deseja ter uma garganta maior que a de um *grou* – considerando o seu enorme pescoço – para fruir o contacto prolongado com as bebidas, que ao descer pela garganta lhe aumentam substancial e bestialmente o prazer³⁶⁴. E como vimos a observar, as bebidas acompanham, quase de modo recorrente, as transgressões às regras morais, numa acepção muito próxima do que a Igreja Católica designa por pecados capitais: a luxúria, a gula, a avareza, a inveja e a ira. Como disse Montesquieu, os homens, para sua vergonha, bebem por vezes o vinho com excesso, o que os degrada na própria humanidade; mas, ao contrário, o uso regrado é permitido aos cristãos e não se nota que faça cometer algum erro. Todavia, o espírito humano admite em si mesmo a contradição e por isso a lei (do Homem e da Igreja) que foi feita para tornar os homens mais justos muitas vezes só serve para os tornar mais culpados³⁶⁵.

Inequivocamente, a bebida alcoólica pode ser um elemento indutor de excessos e, por isso, intolerável para a sociedade. Entendemos, por conseguinte, que Eça de Queirós no uso que faz das bebidas como signos estruturadores das intrigas e das personagens dos seus romances denuncia, em maior ou menor escala e intensidade, os pecados capitais, embora obviamente a sua intenção última não fosse a de uma afirmação dos ideais da fé cristã, até porque naquela segunda metade do século esta fora posta muito à prova pelo conhecimento científico.

3.3.1 - A gula

A gula é um desejo insaciável marcado pela voracidade ou compulsividade no beber e no comer. Dada essa génese, pode muito bem ser um indicador (denunciador) de um comportamento inerente a um mecanismo de fuga, ou seja, compensar uma falta emocional,

³⁶⁴ Cf. *idem, ibidem*, p. 80.

³⁶⁵ Cf. Charles-Louis de La Brède Montesquieu, in *op. cit.*, pp.67-68.

constituir-se como alívio de ansiedades e/ou angústias, proporcionar algum conforto e atenuar tensões. Aligeirar o ócio é igualmente uma das possibilidades.

Ora, Eça, como vimos discorrendo, explora muito bem tais vertentes em *O Primo Basílio*, *Os Maias* e *A Cidade e as Serras*, romances em que o beber e o comer também estão ligados à ociosidade. Porém, a gula comparece em *O Crime do Padre Amaro* com uma voracidade peculiar, já que está ali gizada enquanto mecanismo de fuga aos apetites do sexo, em mais uma denúncia dos vícios correntes dos padres em questão e obviamente desvelando mesmo um pontual anticlericalismo de Eça. Mas porventura tão importante como esse aspecto é o de que assim se ataca e se procura combater vigorosamente a superficialidade dos seus cultos religiosos, a burla da verdadeira fé, o descaso em relação à pobreza, as suas atitudes de bajulação para com os mais ricos e poderosos e, em última instância, os jogos de aparências. Corrompidos os votos de castidade, Amaro é um padre condicionado pelos ditames do sentimentalismo, o que na sociedade do tempo acontecia não poucas vezes. Não sendo livres para praticar os prazeres do corpo – e quando praticam precisam de o ocultar –, os religiosos recorrem a alternativas de comprazimento e encontram na comida e na bebida uma degustação quase orgástica reincidente.

Na óptica cristã, o “inferno” deveria ser, sem dúvida, o destino dos que pecam pela gula. A assunção por parte do autor de que assim era teria implicações numa posição combativa perante os problemas que a decadência de uma classe social revelava. O homem que bebe um “mau vinho” – portanto, aquele que faz péssimas escolhas – torna-se, como diz Rabelais, íntimo de Lúcifer e isso aconteceu com Epistemom. Nessa lição, este inquilino do mundo das trevas assegura que os diabos eram bons companheiros e que alguns dos grandes homens da História ali tinham as suas profissões e ganhavam trabalhosamente a sua vida, difícil e miserável – por certo, a prestar contas pelos seus feitos na terra. Entre estes nobres senhores circulavam o Papa Bonifácio, que era escumador de marmitas, o Papa Alexandre, que era caçador de ratos, ou o Papa Júlio, que fazia pasteizinhos que vendia a Pathelin, cozinheiro de Radamante³⁶⁶, a quem, na nossa leitura, o abade de Cortegaça, de *O Crime do Padre Amaro*, por certo daria jeito como excelente ajudante. Mas não temos tanta certeza se atingiria uma colocação na repartição de Lúcifer: é que, por um lado, como os demais membros do clero de Leiria, nunca chegaria ao trono de São Pedro, e, por outro, esse clero ficaria verdadeiramente impune no quadro da sociedade que o romance em questão tão bem

³⁶⁶ Cf. François Rabelais, *op. cit.*, pp.276-289.

recria. Para estes homens a religião é apenas um manto que lhes permite sublimar a moral que não possuem, atenuando a natureza rústica e animal e o instinto cruel e vingativo.

Como Antero de Quental pensava, estávamos diante de uma sociedade que não se havia libertado dos «costumes picarescos e ignóbeis»³⁶⁷ dos frades, que retêm a sua cobiça, o seu apetite sensual e a infidelidade aos preceitos da Igreja e, por isso, antes enveredam pela consumação do pecado da gula. Assim, a ficcionalização desta realidade em *O Crime do Padre Amaro* revela, indubitavelmente, o que Nietzsche chama pusilanimidade de um movimento sem moral e sem religião a defender *causas* imaginárias – «Deus», «alma», «espírito», «liberdade»³⁶⁸ – e *efeitos* imaginários – *salvação* pela *graça* e *castigo* pelo *pecado*. Este clero corrompido é capaz de mitigar a fé católica, como, de resto, Antero de Quental também notou: «Já não cremos, certamente, com o ardor apaixonado e cego dos nossos avós, nos dogmas católicos»³⁶⁹.

Por outro lado, ao mesmo tempo que o povo já não acredita em si mesmo submete-se a um tal clero, que é detentor do poder e vive (d)no pecado, até porque é preciso que se peque para que o poder se imponha. É assim a sociedade de *O Crime do Padre Amaro*. Ali encontramos um fosso entre a moral, a ética e a religião e a prática de quem as devia ter por obrigação e devoção, pois homens que representam o *Juízo de Deus* e que deviam orientar o seu semelhante na conquista de um conjunto de acções éticas e na interpretação sobre o que é o bem parecem estar voltados para o hedonismo e para o mero prazer material e egoístico, opções que empurram a humanidade para o desfiladeiro da decadência, como decorre dos casos em que a busca de prazeres carnis e sensuais e da gula e da bebedeira é o enfoque principal. Neste contexto, o vinho representa a afronta aos preceitos bíblicos³⁷⁰, que estipulam que o uso do vinho impede a sabedoria.

A bem da verdade, o clero não parecia estar muito preocupado com a moderação no consumo de vinho ou com o pecado da *Carne*. Acreditamos sim que o clero era fiel na medida das suas conveniências, uma vez que era o próprio detentor do “mercado” da salvação. Mas

³⁶⁷ Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Lisboa, Guimarães Editores, 2001, p.30.

³⁶⁸ Friedrich Nietzsche, *O Anticristo*, Lisboa, Textos Filosóficos, 2009, p.28.

³⁶⁹ Antero de Quental, *op. cit.*, p.59.

³⁷⁰ Cf. *A Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento*, tradução de João Ferreira de Almeida, Rio de Janeiro, 1969. «E não vos embriagueis com vinho, no qual há devassidão, mas enchei-vos do Espírito». *Efésios* (5, 18); «E o vinho é escarnecedor, é a bebida forte, alvoroçadora; todo aquele que por ele é vencido não é sábio», *Provérbios* (20, 1); «Não estejas entre os beberrões de vinho, nem entre os comilões de carne» *Provérbios* (23, 20).

não sejamos injustos: como já dissemos, há nesta obra queirosiana, e apesar de tudo, uma centelha de verdadeira vocação e de pureza na alma, aquela que o Padre Ferrão encarna. Não bebe vinho e vive a pão e leite, refeição frugal que surge como modo de acentuar, por contraste, os vícios regados pelo vinho e que, na verdade, representam a gula. A leveza daquela refeição remeteria para o Paraíso que logo será habitado pelos puros de alma e pelos redimidos³⁷¹.

Efectivamente, o núcleo religioso de *O Crime do Padre Amaro* denigre a simbologia do sagrado e malogra a ética religiosa³⁷². Sem fé e sem moral é facilmente vencido pelos vícios, e o vinho é o elemento que sugere a companhia de Baco e que faz ultrapassar os valores espirituais aos que se entregam intensamente aos prazeres ou à cólera. E ao mesmo tempo em que tais personagens se debilitam como homens, as suas sensações, as suas memórias e as suas opiniões são anuladas, porque estão presos num torpor pelo vinho que é, afinal de contas, um dos ícones do pecado da gula.

3.3.2 - Corrupção e astúcia

Disse Adam Smith que todo o homem teme ser desprezível e desprezado. Do ponto de vista deste pensador, vemos, com frequência, as atenções respeitadas do mundo voltadas mais acentuadamente para os ricos e para os grandes do que para os sábios e os virtuosos. Por outro lado, os vícios e as tolices dos poderosos são muito menos desprezados do que a pobreza e a fraqueza dos inocentes. Assim, merecer, adquirir e desfrutar respeito e admiração é algo que suscita ambição e rivalidade³⁷³. Estas conquistas podem ser alcançadas pelo estudo e pela sabedoria ou pela aquisição de riqueza material. E, no afã da conquista da riqueza material e

³⁷¹ Na Sura 47, versículo 15, lê-se: «imagem do Paraíso que se prometeu aos piedosos: nele haverá rios de água impoluta, rios de leite cujo sabor não se alterará, para a delícia dos bebedores, e rios de mel límpido. Os crentes terão toda espécie de frutos e a indulgência do seu senhor». *Apud* Jorge Blaschke, *Os grandes enigmas do cristianismo*, tradução de Maria Antónia Abrantes da Fonseca, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p.260.

³⁷² Cf. Umberto Eco e Carlo Maria Martini, *Em que crêem os que não crêem?*, São Paulo, Editora Record, 2006. Sobre questões de conduta ética e moral, veja-se também Miguel Reale, *Filosofia do Direito*, São Paulo, Editora Saraiva, 1999, p.394.

³⁷³ Cf. Adam Smith, *Theory of Moral Sentiments*, ed. D.D. Raphael, Oxford, 1977. *Apud* Eduardo Gianetti, *op. cit.*, p.129.

do poder, «os homens são duros uns com os outros, seja por egoísmo cínico, seja porque os seus interesses são antagónicos»³⁷⁴.

Ora, na disputa que rodeia essa realidade os homens degradam-se e corrompem-se. E uma sociedade corrupta é uma sociedade doente. Com efeito, os corruptos são, em regra, astuciosos, hábeis no engano e ardilosos. É o que é muito bem captado em algumas das obras queirosianas que vimos estudando e em que esta condição está matizada pela genebra. Vejam-se os casos da classe jornalística, como apontámos em *O Crime do Padre Amaro*, em *Os Maias* e em *A Capital!*. Neles surgem figuras de jornalistas, necessárias à sociedade retratada, que vivem de expedientes baixos, como a calúnia e o suborno³⁷⁵, ressaltando-se, assim, a degradação da ética jornalística do tempo. Eça aponta dessa forma a prática de um jornalismo ordinário e grosseiro, esfera de (pseudo)intelectuais que transitam sem dificuldade no universo das classes sociais mais vulgares e moral e eticamente depravadas. São indivíduos que escondem os seus vícios passando por cima de padrões éticos e minimizando os outros.

Outro dos aspectos que nas obras de Eça se associa à corrupção é contaminação das ideias. Na grande cidade, Artur Corvelo mergulha na obscuridade, não é notado dignamente e é apenas “consumido” enquanto pode ser útil: para custear a bebida e a comida a homens que não agem com rectidão. Perde o contacto com as suas verdadeiras possibilidades e passa a desejar algo que se situa além das suas aptidões. E nesta personagem encontramos ainda a preguiça de pensar, de agir e de sentir. Artur, como Pedro da Maia, faz uso da genebra como fuga da realidade e dá à sua vida um desvario romântico. Nesse curso entronca também a degradação do sentimento amoroso. De facto, as personagens recorrem à genebra para suprir a fraqueza ou encontrar a agressividade necessária para enfrentar as circunstâncias da vida.

Considerando ainda a corrupção, em sentido lato, como aquilo que está degenerado, a falta de decoro e a escassez de respeito por si e pelos outros tomam foros de depravação. Lembremos como Rabecaz – um assíduo bebedor de genebra – é um “bruto”, um homem rude e sem modos, de palavreado desprezível e constantemente insatisfeito. E à semelhança desta personagem pululam bebedores de genebra no universo queirosiano, de modo que não passa incólume a podridão de tal comportamento, cujo ícone é o astucioso Alípio Abranhos. Curiosamente esta personagem demonstra lucidez e parece que quanto mais a sua incapacidade aumenta mais se torna activa a sua capacidade de esconder a sua ignorância. Faz

³⁷⁴ Simone de Beauvoir, *op. cit.*, p.27.

³⁷⁵ Cf. Carlos Reis, *Estatuto e Perspectivas do Narrador...*, p.137.

parte de uma laia de indivíduos que se sentem plenos e satisfeitos quando conseguem comunicar os seus pensamentos – apesar de carregados de certezas estereis – e que para falar facilmente utilizam frases feitas, recrutadas num qualquer velho baú e muito habituais ao grupo de ideias comuns, que não é necessário “lapidar” com as palavras certas³⁷⁶. Ilustrativa da espécie de políticos que mente, a nossa personagem suplementarmente fragiliza ainda o eleitor, que, incrédulo, está sempre em desvantagem porque não conhece a verdade, vitimado que é pela mentira ou pela falácia. Alípio emerge então artiloso, enganador, falso.

A partir destas personagens, que, como demonstrámos, também são moldadas pela genebra, fica-nos a impressão de que o homem é uma entidade para quem os interesses e as ambições são molas essenciais na vida³⁷⁷. Os seus sentimentos e a sua moral reduzem-se a forças mais ou menos subtis, razão pela qual deflagram muitos dos males que o homem faz ao homem: a ruína, o cárcere, a desonra, a tortura, as ciladas, as traições³⁷⁸. Nesse quadro a corrupção e a astúcia também têm um lugar cativo.

3.3.3 - A volúpia

Não menos relevante é a constatação de que Eça, como Montesquieu, conservava, para além do gosto pela observação social, uma predilecção pela pintura pitoresca de tipos: entre tantos exemplos que poderiam ser convocados, recordemos o homem de letras, o oficial reformado, o peralta e as *coquettes*³⁷⁹. Ao fazê-lo, empenhava-se na (re)construção da verdade coeva e demonstrava um poder singular no tratamento de traços psico-sociológicos, como a volúpia evidente, por exemplo, nas cenas que se passam nos camarotes de teatros ou no íntimo do universo feminino.

³⁷⁶ Cf. Edmondo De Amicis, *op. cit.*, p.43.

³⁷⁷ Cf. Simone de Beauvoir, *op. cit.*, p.34.

³⁷⁸ Cf. Erasmo de Roterdão, *op. cit.*, 1990, p.57.

³⁷⁹ Cf. Charles-Louis de La Brède Montesquieu, *op.cit.*, p.62: «(...) homens e mulheres que desempenham juntos cenas mudas(...). Aqui, é uma amante atribulada que exprime a sua languidez; uma outra, mais animada, devora com os olhos o seu amante, que a fita do mesmo modo: todas as paixões estão pintadas nos rostos e expressas com uma eloquência que, por ser muda, mais viva se torna».

Erasmus de Roterdão afirmava que «a mulher é um animal delicioso, louco e frívolo, mas também agradável»³⁸⁰, e que o homem é um predador, travestido de cordeiro manso e gentil, que conhece bem o lado fraco das mulheres. Fala-lhes ao ouvido segredos doces e indolentes, e a mulher, na sua “loucura”, atenua os inconvenientes do companheiro³⁸¹.

Esta mulher é Luísa, e Basílio “é o homem de boa fortuna”, aquele que veio dar prazer à dona de casa e trazer alegrias àquela que está triste, aquele que pode ter a mais bela mulher de Paris mas que não se fixa em nenhuma, aquele que não vale grande coisa e cujo emprego é enraivecer os maridos e alarmar os pais, aquele que sente prazer em alarmar uma jovem quando está a dois dedos de perdê-lo. Numa palavra, um “pulha”.³⁸²

Como se sabe, a mulher social é idiossincraticamente marcada pela memória histórica do seu povo, das suas crenças, dos seus costumes e da sua educação. Em muitas culturas as mulheres têm-se rebelado contra essa imagem de ser submisso ao poder do homem. Mas o que substancialmente as distingue do homem é o seu aspecto biológico e psíquico. No dizer de João Gaspar Simões, «a mulher de sociedade, para Eça, então, era um ser caprichoso e volúvel, todo dado ao luxo e à puerilidade, com largos sonhos de grandeza e desdêns profundos por tudo o quanto fosse verdadeiro, trivial, honesto»³⁸³. Já a mulher ideal era aquela «que poderia preencher as suas necessidades domésticas»³⁸⁴, uma «mulher serena, inteligente, com uma certa fortuna (não muita), de carácter firme disfarçado sob um carácter meigo»³⁸⁵, isto é, uma mulher de vida regrada.

Luísa é, pois, a belíssima representante da mulher volúvel queirosiana. Move-se em busca de algo que aplaque a ociosidade, expõe-se e bebe *champanhe*, que rega as festividades e as relações sensuais. Porém, na realidade o que ela bebe é um espumante de qualidade inferior³⁸⁶. O verdadeiro *champanhe*, como o das casas de *Épernay*, é o que entusiasma os

³⁸⁰ *Op. cit.*, p.36.

³⁸¹ Cf. *idem, ibidem*.

³⁸² Cf. Charles-Louis de La Brède Montesquieu, *op. cit.*, p.88.

³⁸³ João Gaspar Simões, *Vida e obra de Eça de Queirós*, p.271.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*, p.515.

³⁸⁵ Eça de Queirós, «A Ramalho Ortigão», in *Correspondência*, vol. 1, p.515.

³⁸⁶ O termo correcto para a bebida em causa não é “champanhe” (como designa Eça). É sim “vinho espumante espanhol”. Por *champanhe* só podem ser designados os vinhos espumantes produzidos em França, na região de Champagne, conforme a legislação que designa as denominações de origem. Vejam-se a este propósito: Marcel Plaisant e Fernand-Jacq Plaisant, *Des noms et appellations d'origine*, Rousseau & Cie, Paris, 1921; José A.

amores espúrios de *Os Maias* e o aspirante a escritor de *A Capital!*, que serve o *champagne Cliquot* no seu jantar literário, onde a bebida reenvia à simbologia do que a personagem acredita ser uma *orgia literária* – numa alusão à possível actividade imoderada dos homens da Literatura diante do frenético processo criativo, num encontro em que o *champanhe* despoletaria uma profusão de ideias marcadas por uma tolerância desenfreada e a sua obra seria ovacionada. Ao não se cumprirem estes desígnios, o malogro das suas fantasias tornar-se-ia, todavia, patente.

Na verdade, o *champanhe* ou o vinho espumante acabam por ser fonte de sonhos para as mulheres, e de todas as classes. Assim, em *O Primo Basílio* o *champanhe* é parte do meio e a frivolidade de Luísa é a sua essência. Estes dois elementos, agregados às circunstâncias, dominam-na, porquanto ela não tem força nem sabedoria para se deixar guiar pela razão. A bebida permite aflorar a “loucura” e ela “deixa-se ir”. Como diz Erasmo de Roterdão, «para que a vida humana não fosse totalmente triste e enfadonha, Júpiter concedeu ao homem mais paixões do que a razão. Além disso, relegou a razão para um canto estreito da cabeça, deixando todo o resto do corpo entregue às paixões»³⁸⁷. E como deter o ímpeto de Luísa? Como pode a razão vencer dois inimigos tiranos: «a cólera, que domina a cidadela do peito, com a fonte da vida que é o coração, e a concupiscência, cujo império se estende até o baixo-ventre»³⁸⁸?

A história não podia ser diferente. Basílio e Luísa são duas personagens sem ocupação e sem sentimentos. Nesse contexto, Luísa, pautada pela submissão, sente-se desejada, o que provoca uma transformação na sua conduta. Aviltada depois pelo *champanhe* (álcool), foge à responsabilidade das suas decisões e mais facilmente assume o seu desejo. Cede sempre porque não consegue resistir; e mesmo que não tivesse sido abandonada continuaria a ceder, porque, segundo Descartes, o desejo carrega consigo sentimentos antagónicos: a felicidade e a infelicidade³⁸⁹.

Como já era susceptível, a capitulação desta personagem é uma consequência dos próprios instintos e também dos sentimentos voláteis. Entrega-se, tão-somente, às sensações

Gómez Segade, “Proteccion Constitucional de La Marca y de las Denominaciones de Origen”, in *Actas de Derecho Industrial*, tomo VII, 1991, pp.293-318; e Manuel José Botana Agra, *Las Denominaciones de Origen*, vol. 2, Barcelona/Madrid, Marcial Pons, 2001.

³⁸⁷ Erasmo de Roterdão, *op. cit.*, p.36.

³⁸⁸ *Idem, ibidem.*

³⁸⁹ Cf. Ana Margarida Dinis Vieira, *op. cit.*, pp.262-263.

físicas, em episódios toscos, tão fugidios como as borbulhas do *champanhe* que bebia. Por outro lado, como também não há um verdadeiro remorso mas apenas o medo da possibilidade de ver a verdade emergir, busca desesperadamente um meio de, para abortar essa eventual possibilidade, tapar a boca de Juliana. Nestes termos, podemos dizer que Luísa, mulher tomada pela volúpia, é sentimental, intuitiva e introvertida e apresenta um perfil tendente ao que é imaginativo, ao invés de observar o mundo através de factos concretos e de retirar conclusões finais pertinentes a partir dos seus próprios pensamentos, crenças e actos.

3.4 - À esquina da reconciliação

Não se pense, todavia, que, pese embora a atracção quase inultrapassável pelo abismo que as personagens de Eça vão pondo em cena, o escritor não trouxe à tona as possibilidades que o Homem sempre tem ao seu alcance para superar os perigos da degeneração.

Recordemos, com brevidade, a explosão de novidades após a revolução industrial. Stuart Mill defende, por exemplo, que quanto maior fosse a evolução do processo produtivo maior seria o número das necessidades humanas satisfeitas e, por conseguinte, maior seria a satisfação do homem³⁹⁰. Durkheim decerto não alinhava por este diapasão, já que as suas concepções iam antes no sentido de defender que o homem moderno ao conhecer os novos prazeres também está sujeito a conhecer novos sofrimentos³⁹¹. Ora, Eça, embora não sendo um “filósofo”, faz-nos sentir em *A Cidade e as Serras* a vertigem da grande Paris e a sufocante e incontável oferta de bens de consumo em resultado das novas “tecnologias”; e nem por isso notamos “a satisfação”, na medida em sentimos o cansaço provocado pela vacuidade da grande cidade. Contudo, isso tem pelo menos o condão de levar à busca dos valores tradicionais que pareciam esquecidos, rompidos ou corrompidos e de os voltar a viver.

É nesse quadro que devemos perspectivar *A Cidade e as Serras*, que conta o retorno de um homem à sua terra, à sua gente e às suas tradições. Jacinto descobre aquela nova vida e nela se entrelaça, tal como uma *vinha de enforcado*, que tem por suporte um tutor vivo, uma árvore frutífera frondosa onde encontra abrigo, nela expandindo e enredando as suas folhagens, quase que numa simbiose.

³⁹⁰ Cf. E. K. Hunt, *op. cit.*, pp.202 e ss.

³⁹¹ Sobre o assunto, veja-se Émile Durkheim, *A divisão do trabalho social*, vol. I, tradução de Maria Inês Mansinho, Lisboa, Presença, 1977.

O retorno e a adaptação de Jacinto aos genuínos produtos da terra e, portanto, também a substituição das elegantes bebidas do 202 pelo carácter forte do vinho das serras exige reflexões adicionais. Será que a mudança de atitude é um mero reflexo do próprio meio, uma vez que estava cansado do ambiente, dos aromas e dos sabores que conhecia? E, levado pelas circunstâncias a conhecer as suas propriedades nas serras portuguesas, depara-se aí com o fim da sua enfadonha rotina e encanta-se com o “novo”? Será que essa condição de fruição da vida no campo com novos contornos e novas respostas aos seus sentidos vai ao encontro da ideia de que o meio domina o indivíduo, ao qual pode sempre reagir, mas, como ser mais frágil do que esse meio, por ele é sempre vencido³⁹²?

Eça denunciava a postura quase sempre servil ou subalterna, fácil e negativamente influenciada pelos gostos que vinham do “hexágono”³⁹³, de determinados estratos da sociedade portuguesa, tanto da que se mantinha em solo nacional como da radicada no centro da Europa. Com efeito, «deixa-se tomar de um amor profundo por tudo que é português e vai modificando um pouco o culto cego pela França»³⁹⁴. Esta realidade expande-se, como vimos, no romance *A Cidade e as Serras*. No princípio a intriga está repleta de factuais e alusões directamente relacionadas com os exageros do homem civilizado. No seu espaço Jacinto usufruía de todo o conforto, luxo e excentricidades, bem como dos melhores e mais raros vinhos. Assim, a sociedade parisiense apresentada por Eça parece estar a um só tempo arredada e carente dos valores humanos, pois vive embriagada pela vaidade e está voltada para o consumismo fácil e desenfreado, não se interessando por nada. E num processo de eventual escolha, o supérfluo (o vinho) e o necessário (a virtude) estão num mesmo patamar de relevo, como nos faz lembrar Baudelaire: «Il est l'heure de s'enivrer! Pour n'être pás les esclaves martyrisés du Temps, enivrez-vous, enivrez-vous sans cesse! De vin, de poésie ou de vertu, à votre guise»³⁹⁵.

Apesar disso, *A Cidade e as Serras* mostra-nos também a mudança substancial dos conceitos e valores de Jacinto, que se desliga da realidade do 202 para, em seguida, abrir espaço na sua vida para a descoberta de uma pureza que só encontra no campo. E sobre esta

³⁹² Cf. Theophilo Braga, *op. cit.*, p.297.

³⁹³ Cf. João Medina, *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974, p.73.

³⁹⁴ Aníbal Pinto de Castro, *op. cit.*, p.164.

³⁹⁵ Charles Baudelaire, *Oeuvres Complètes. Petits Poèmes en Prose (Le Spleen de Paris)*, texte établi et présenté par Daniel-Rops, Paris, Société Les Belles Lettres, 1934, p.119.

contraposição entre a sociedade parisiense e as serras podemos dizer que o homem do campo não está preocupado com o consumo dos vinhos designados com os pomposos rótulos franceses, estranhos à sua cultura, mas sim com o vinho que é fruto das suas raízes, da sua tradição, do seu suor e do seu trabalho. Estes são os homens que verdadeiramente abrem mão de vantagens individuais e egoístas e se mostram preocupados com o benefício da sua família³⁹⁶: põem de lado os seus interesses mais imediatos e visíveis e dedicam-se aos prazeres que para o homem da cosmopolita cidade seriam tidos como os mais remotos e menos prováveis.

Observemos agora os efeitos do vinho das serras. Quando José Fernandes e Jacinto apreciam o vinho de Tormes³⁹⁷, que era leve e fresco, logo o imaginário do leitor é transportado para o sabor da vida do campo, em toda a riqueza de cores e aromas que proporciona. É como se as personagens encontrassem o seu *terroir*³⁹⁸, tal como uma videira, finalmente em condições próprias, resulta num vinho de *terroir*. Recorde-se que são vários os factores que o segredo da maturação da uva encerra: o tempo até atingir a maturidade necessária para a produção de um vinho ímpar; a importância do solo, do clima da região; e ainda todo o processo de plantação, produção e elaboração. Ora o próprio processo de amadurecimento do ser humano diante da vida assemelha-se àquela realidade. E nesta complexa orquestração, o homem é sujeito e condutor da sinfonia, pois é o único capaz, criativamente, de afinar a sua própria vivência e de reforçar a sua sensibilidade, com óbvios reflexos na qualidade e nas características singulares que então o individualizarão.

De facto, em todos os tempos há uma ligação profunda entre a terra, o homem e os bens alimentares regionais³⁹⁹. O vinho, como fruto da terra e bem muito apreciado pelo homem, por certo é um dos elementos que contribui para esculpir as características e o destino das gentes de um lugar. No caso do romance em apreço, no campo está o português activo e trabalhador, que paulatinamente transformou a natureza e modificou o meio ambiente para o adequar às suas necessidades e assim prover a própria sobrevivência e bem-estar. Mas é

³⁹⁶ Cf. Sen, A. K., “Economics and the family”; “The profit motive”; “Rights and Capabilities”; “Goods and people”, in *Resources, values and development*, Oxford, 1984. *Apud* Eduardo Giannetti, *op. cit.*, p.21.

³⁹⁷ «Actualmente, o vinho de Tormes é branco, verde, numa zona de transição na parte sudeste da região do vinho verde, produz-se na quinta que é propriedade da Fundação Eça de Queiroz», Cf. Francisco José Viegas, *O Vinho dos escritores*, vol. I, Lisboa, 101 Noites, 2001, p.28.

³⁹⁸ Sobre o *terroir* veja-se Emmanuelle Vaudour, *I terroir. Definizioni, caratterizzazione e protezione*, Italy, Edagricole, 2005, e Nicolas Joly, *Vinho do Céu à Terra*, tradução de João Castella, Terra Mágica Editores, Paredes, 2007.

³⁹⁹ Cf. Júlio Ribeiro, *Portugal à mesa*, Lisboa, Terra Livre, 1977, p.16.

preciso não esquecer que os antigos homens do campo, num processo de evolução empírica e no decurso dos anos, observaram e aprimoraram o modo de produzir o vinho, ultrapassando as dificuldades que a ausência de livros que tratassem de vitivinicultura ou enologia originava⁴⁰⁰. É também no contexto deste circunstancialismo que Jacinto tende a encetar a busca de um equilíbrio, que resultaria da conjugação dos traços genuínos do lugar e da terra com a racionalização e a modernização da vida no campo, sempre em ordem a desenvolver um trabalho conjunto e harmónico entre o homem e a terra. Nisto, Jacinto revela o seu ímpeto empreendedor.

Em suma: o Vinho Verde, tão presente em *A Cidade e as Serras*, e o vinho do Porto, sobretudo em outras obras, exemplificam a força do trabalho e a evolução cultural das gentes de um lugar em harmonia com três dimensões fulcrais: a geografia, a história e a sociedade⁴⁰¹. Ao eleger o vinho do Porto como bebida das reuniões que frequentemente promovia, Afonso da Maia via nelas fluir alegremente a conversa de homens realizados, numa atmosfera agradável e em que todos os argumentos são coerentes. E quando havia pareceres contrários, facilmente se encontrava uma possibilidade de conciliação, porque são conversas que reflectem maturidade, experiência e dificuldades vencidas e ultrapassadas. Afonso da Maia, já tão distante dos anos de moço, não sente a efemeridade das alegrias dispersas, mas um profundo contentamento pelas vantagens da idade, pelo acumular de experiências e saberes, «uma certa disposição carinhosa que se manifesta nas entonações de um pai nobre, amante da paz e da honesta alegria, e, de vez em quando, depois de uns goles de vinho, sente a mão pesada da prudência a bater-lhes nos ombros»⁴⁰². O vinho do Porto compaginava-se perfeitamente nas suas características endógenas com o espírito e as palavras desses encontros, tão em contraste com os arroubos de um João da Ega não raro tomado pelos vinhos do mundo e pelo *champanhe*. No caso da nova morada de Jacinto, o Vinho Verde acabava por adquirir um significado idêntico àquele que o vinho do Porto tinha naquelas conversas do Ramalhete.

Dir-se-ia, porventura, que Eça indubitavelmente nutria um certo fascínio pela região do Douro, tanto pelas suas gentes como, sobremaneira, pelas suas belezas. Por certo, a

⁴⁰⁰ Até ao século XVIII não haveria um único livro em português sobre o assunto. Os estudiosos precisavam de consultar para o efeito os autores latinos. Cf. José de Lencastre, *op. cit.*, p.30.

⁴⁰¹ Cf. Ivo Domingues, *Gestão de qualidade nas organizações industriais. Procedimentos, práticas e paradoxos*, Oeiras, Editora Celta, 2003, p.156.

⁴⁰² Edmondo De Amicis, *op. cit.*, p.37.

maturidade também faria Eça olhar para o seu país com olhos mais saudosos e reconhecer, apesar de todas as dificuldades e de tantos excessos, que nele havia homens que ainda trabalhavam na construção de valores próprios. Depois de uma vida de críticas – também presentes, como já demonstrámos, no seu universo ficcional –, sentia a necessidade de um outro passo. *A Cidade e as Serras* seria um ensaio nessa direcção: acreditar que o homem pode lapidar a própria moral e os seus valores, para poder fluir num corpo são. Seria o “bom vinho” das suas veias.

A realidade reinventada por Eça de Queirós foi inequivocamente influenciada pela sua mundividência, pela sua condição de leitor voraz e pelo conhecimento das ideias revolucionárias, como se nota para as questões da degradação da sociedade oitocentista. E para anunciar os males dessa sociedade, o escritor não hesitou em, entre outras possibilidades, lançar mão das bebidas, enquanto signos. Como bem lembrou João Gaspar Simões, Eça, na solidão do seu apartamento soturno, andava horas seguidas «de cabeça baixa, a ruminar coisas tristes» e com «vontade de recorrer ao *Cognac*» para «criar um paraíso artificial». Mas ao mesmo tempo lamentava não o fazer, visto o seu estômago «ter ódio aos álcoois», embora complementasse: «e adoro Bórdeus; mas o Bórdeus é para mim como a água das élogas de Virgílio»⁴⁰³.

Quer dizer: embora reconhecendo, como homem, que aquelas são muitas vezes o reduto para os “paraísos artificiais”, renunciou-lhes por circunstâncias muito pessoais. Não o fez para a generalidade das suas personagens, que se entregam muito mais aos prazeres imediatos, sem se preocupar com a violação de leis e com a sua constituição física e moral, vivendo nesses mesmos “paraísos artificiais” como meio de fugir à realidade⁴⁰⁴ ou de escondê-la. Eça digeriu a sua insatisfação com essa sociedade buscando necessariamente no outro o modo de sentir, interpretar e interferir, certamente com o intuito de surtir o auto-conhecimento e uma possível reforma íntima no homem do seu tempo.

⁴⁰³ Eça de Queirós, «A Ramalho Ortigão», p.148.

⁴⁰⁴ Charles Baudelaire, *Os Paraísos Artificiais*, 2.ª ed., tradução de José Saramago, Estampa, Lisboa, 1971, pp.9-13 e 71.

CONCLUSÃO

Nesta nossa dissertação seguimos o curso da pena de Eça, que com arte fingiu uma nova dimensão da realidade. Com ela nos impulsiona à observação das condições materiais e existenciais de indivíduos e de grupos sociais e promove a captação do quotidiano da sociedade oitocentista, particularmente no aburguesamento que a tomou. Com as suas personagens percorremos as ruas de Leiria, Lisboa e Paris ou os lugarejos de Tormes, mas também ingressamos no íntimo das suas casas ou nos “teatros de comer”. E à mesa, diante de um copo de vinho, genebra ou *champanhe*, tais figuras conversavam, cortejavam, discorriam e, afinal, viviam a História, a Arte, a Cultura e a Literatura, não deixando de parte outros dos importantes motes da época, como a religião, a política ou a conduta humana. São verdadeiros pedaços de vida(s) a partir dos quais podemos ilustrar e reconfigurar a(s) realidade(s) e cuja análise mais fina nos permitiu delimitar conclusões importantes.

A primeira que se impõe enunciar é a de que o vinho, a genebra e o *champanhe* atravessam as diferentes fases da produção escrita de Eça mantendo um relevo constante, quase sempre contribuindo de modo operativo, como mostrámos, na composição da denúncia de vícios e comportamentos imperfeitos.

Por outro lado, testemunham os romances que o nosso escritor sabia do que falava, consciente que estava tanto das disparidades sócio-económicas de um tempo e de uma sociedade com diferenças e desigualdades (sociais, culturais, filosóficas, etc.) como também das necessidades que apesar de tudo são comuns aos seres humanos, fossem as que podem ser providas por bens materiais, fossem aquelas que estão para além desta especificidade e que vão até ao campo da imaterialidade. E do lugar, da importância e do sentido que neste universo são dados às diferentes bebidas que foram objecto da nossa análise mais atenta resulta a ideia clara de que as mesmas são absolutamente centrais no processo de construção narrativa de uma estratificação social, económica, moral, ética e cultural.

O homem que tem grande poder de compra, como a alta burguesia de *Os Maias* e de *A Cidade e as Serras*, dispõe sempre no seu copo e à mesa do(s) melhor(es) **vinho(s)** que a natureza ou a indústria podem oferecer. Elaborado(s) com arte e requinte, importa nele(s) a boa qualidade e essencialmente as características que lhe(s) são agradáveis. Nestas duas obras, que corporizam a superação do Naturalismo, algumas personagens bebem o **vinho** tão-somente pelo prazer de o beber, já porque têm conhecimento do que é verdadeiramente bom, já porque têm “bolsa” para isso. É nesse quadro que, por exemplo, os vinhos franceses são

“manuseados” enquanto elementos estruturantes de uma crítica subtil mas substantiva aos hábitos fúteis e afrancesados da maioria das personagens cosmopolitas, que esmagam os de sociedades e culturas centenárias. Pelo contrário, em Tormes sobressai a valorização do genuíno **vinho** da terra, capaz de metamorfosear até o mais moldado pela civilização das urbes de uma Europa em ebulição.

Nesta medida, os **vinhos** caros passam forçosamente a ser objectos de desejo, porque com este ou aquele *rótulo* remetem para um *status* indispensável às aparências. E por um efeito contaminador, os valores alteram-se e com o passar do tempo aquilo que era tão fútil passa a ser essencial na vida social de homens e mulheres, num pulsar frenético de um querer paradoxalmente vazio e egocentricamente irrefreável. Esta é uma realidade comum à natureza do Homem, vencido que muitas vezes é por ideias débeis e voláteis.

Os menos favorecidos, como Juliana em *O Primo Basílio*, também têm necessidades, embora apenas sejam supridas de acordo com as suas modestas condições. Aquela personagem revela mesmo o lado daqueles que ficam no limbo da privação dos bens mais necessários, contingência suficiente para lhes retirar a dignidade própria. O **vinho** pode então passar a ser uma fonte de fantasias, um objecto de desejo, uma ilusão de bem-estar. Porque a “fome” é diferente do “apetite”, os aromas e os paladares que sugestionam este último são uma recompensa que incide no prazer e que pode, ainda, levar o Homem ao(s) excesso(s). Mas para o desgraçado e frágil a “fome” permanece e sempre apoquentará.

O **vinho** pode ainda representar o lado sórdido do ser humano. É o que acontece com o clero de *O Crime do Padre Amaro*, que age nas aparências, burla os votos depositados e vive com plenitude os prazeres humanos (mundanos). O revés acontece porque tal conduta acarreta a progressiva destruição dos valores da religião católica, construindo e viciando mentes que, na sua vassalagem, se deixam corromper e assim propagam um sinal negativo às gerações seguintes. E em *A Capital!* a corrupção abarca tanto uma sociedade que corrompe como um protagonista que se deixa corromper.

Já no muito peculiar círculo de bebedores de **genebra** estão inseridos aqueles que não sabem criar os próprios conceitos do que é bom para si e se deixam influenciar pelas ideias alheias – como o protagonista de *A Capital!*, sempre marcado por relações impulsivas e instáveis. Os seus actos dependem da carência momentânea e como tendem a serem desintegrados socialmente, e temem a solidão, em tudo procuram uma satisfação, ainda que, na prática, fátua. E quando caem em si, não suportam a sua condição e amaldiçoam tudo e

todos como se o mundo fosse o responsável pela sua incapacidade. É, então, a marca da fraqueza, da inércia e da impotência que os individualiza.

Outra faceta desta bebida é a de revelar aqueles a quem o poder corrompe, como Alípio Abranhos e os jornalistas de *O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias* e *A Capital!*. Nesta perspectiva, a **genebra** leva as personagens a mesquinhas, a um tipo de morte moral e a uma brutalidade que parece constituir-se como compensação da ausência de talento, ainda que fira substancialmente os preceitos éticos.

Por sua vez, o **champanhe** é a grande vedeta das festas e das comemorações. Contudo, dentre as questões que afectam o Homem, Eça não deixou de abordar a deterioração da sua real capacidade de amar, e neste contexto esta bebida revela uma sua outra faceta, designadamente na forte relação com algumas das mais impressionantes personagens de *O Primo Basílio*, *Os Maias*, *A Cidade e as Serras* e *A Capital!*. Com maior ou menor intensidade, o **champanhe** contribui para revelar a incapacidade de adquirir o domínio necessário sobre si e sobre os seus instintos, culminando num desgoverno de si próprio. Essas figuras, à medida que reduzem os sentimentos à simples “fome” de prazer, põem a nu a sua diminuição, na medida em que tal opção de vida é, por um lado, uma forma de “usar” uma outra pessoa e, por outro, um desrespeito que degrada a intimidade pessoal. Há nestes seres uma tirania imaginativa egoísta dentro de si, traço claramente visível nos romances analisados, porquanto o outro é visto de um modo interesseiro e até voluptuoso, numa rasura dos sentimentos em benefício do impulso dos temperamentos.

Tais personagens não estão predispostas a seguir uma certa aprendizagem e a adquirir o hábito positivo de valorizar o outro nas suas virtudes, no seu carácter ou na sua sensibilidade. Afinal, o **champanhe** é a “companhia” de momentos em que não há entre um homem e uma mulher a máxima individualização íntima e plena de uma complexa e sistematizada cadeia de sentimentos positivos.

Por fim, acreditamos que os trechos que compõem a narrativa queirosiana dos pedaços de vida que são marcados pelas bebidas revelam que o Homem se pode definir pelo que bebe. Logo, na lição de Eça, como na de qualquer outro ser prudente, avisado e sabedor, será importante observar bem a conduta humana, especialmente quando o vinho, a genebra ou o **champanhe** a ela estiverem associados de alguma maneira, pois por certo permitirão descortinar, com maior verdade, a real natureza de um ser ou de um acto. Por isso, o conhecido dito “diz-me o que bebes, dir-te-ei quem és” continuará a ser intemporal, mesmo – estamos disso persuadidos – em contexto de representação artística.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

1 - Obras de Eça de Queirós

- «A Abertura das Conferências do Casino», in *Uma Campanha Alegre*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.979-980.
- *A Capital!*, conforme o texto da edição crítica preparada por Luiz Fagundes Duarte, com nota prefacial, introdução e notas ao texto por Carlos Reis, Lisboa, Editorial Presença, 2003.
- *A Cidade e as Serras*, prefácio de Rui Zink, Lisboa, Quidnovi/QN – Edições e Conteúdos, 2010.
- «A Decadência do Riso», in *Textos de Imprensa. IV (Da Gazeta de Notícias)*, edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante (edição crítica das obras de Eça de Queirós, coordenação de Carlos Reis), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002, pp.237-247.
- «A propôs du Mandarin – lettre qui aurait du être une préface», in *O Mandarin*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.1433-1435.
- «Antero de Quental», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.1540-1565.
- «Carta a Rodrigues de Freitas», in *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983, pp.140-142.
- *Correspondência*, leitura, coordenação, prefácio e notas de Guilherme de Castilho, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.
- «Cozinha Arqueológica», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.1527-1539.
- «Crítica e polémica. Idealismo e Realismo», in *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.907-916.
- «Encíclica Poética», in *Notas Contemporâneas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.1592-1599.
- «Frei Genebro», in *Contos*, 7.^a ed., Porto, Livraria Chardron/Lello & Irmão Editores, 1926, pp.131-146.
- *O Conde d’Abranhos*, Lisboa, Livros do Brasil, 2000.

- *O Crime do Padre Amaro*, edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha (edição crítica das obras de Eça de Queirós, coordenação de Carlos Reis), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.
- «O Francesismo», in *Últimas Páginas*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp. 813-827.
- *O Mandarim*, edição de Beatriz Berrini (edição crítica das obras de Eça de Queirós, coordenação de Carlos Reis), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- «O Miantonomah», in *Prosas Bárbaras*, fixação do texto e notas de Helena Cidade Moura, Lisboa, Livros do Brasil», s./d., pp.155-162.
- *O Primo Basílio*, Porto, Porto Editora, 2007.
- *Os Maias*, Lisboa, Editora Texto, 2009.
- «Os vencidos da vida», in *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, vol. III, Porto, Lello & Irmão, s./d., pp.917-918.
- «Prefácio dos “Azulejos” do Conde de Arnoso», in *Notas Contemporâneas*, Porto, Lello & Irmão, vol. II, s./d., pp.1435-1440.
- «Sobre a caricatura, *Leituras Modernas*», in *Páginas de Jornalismo*, vol. II, nota introdutória e revisão do texto por Aníbal Pinto de Castro, Porto, Lello & Irmão, 1981, pp.424-426.
- *Textos de Imprensa – IV (da Gazeta de Notícias)*, edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante (edição crítica das obras de Eça de Queirós, coordenação de Carlos Reis), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002.

2 - Outras obras

A Bíblia Sagrada. Antigo e Novo Testamento, tradução de João Ferreira de Almeida, Rio de Janeiro, 1969.

ARISTÓTELES – *Ética a Nicómaco*, tradução do grego de António de Castro Caeiro, 2.^a ed., Lisboa, Quetzal editores, 2006.

BAUDELAIRE, Charles – *Os Paraísos Artificiais*, 2.^a ed., tradução de José Saramago, Lisboa, Estampa, 1971.

_____ – *Oeuvres Complètes. Petits Poèmes en prose (Le Spleen de Paris)*, texte établi et présenté par Daniel-Rops, Paris, Société Les Belles Lettres, 1934.

DURKHEIM, Émile – *As formas elementares da vida religiosa*, tradução Miguel Serras Pereira, Oeiras, Celta editora, 2002.

FLAUBERT, Gustave – *Educação Sentimental*, vol I, II, Porto, Lello & Irmão, 1971.

_____ – *Madame Bovary*, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1999.

LOCKE, John – *Carta sobre a tolerância*, Lisboa, Edições 70, 1996.

MIRANDOLA, Giovanni Pico Della – *Discurso Sobre a Dignidade do Homem*, Lisboa, Edições 70, 2010.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de La Brède – *Cartas Persas*, Lisboa, Editorial estampa, 1989.

NIETZSCHE, Friedrich – *O Anticristo*, Lisboa, Textos filosóficos, 2009.

ORTIGÃO, Ramalho – *As Farpas*, vol. IX, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1889.

PETRÓNIO – *Satyricon*, versão portuguesa de Delfim F. Leão, Lisboa, Livros Cotovia, 2005.

PLATÃO – *O Banquete*, Lisboa, Mem Martins, Europa-América, 2000.

_____ – *Leis*, vol. I, tradução, introdução e notas de Carlos Humberto Gomes, Lisboa, Edições 70, 2004.

QUENTAL, Antero – *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, introdução de Delfim de Brito, Lisboa, Guimarães Editores, 2001.

RABELAIS, François – *Gargântua e Pantagruel*, tradução revista por L. Pereira Gil, Lisboa, Amigos do Livro, s./d.

ROTerdão, Erasmo de – *Elogio da Loucura*, tradução de Maria Isabel Gonçalves Tomás, Portugal, Publicações Europa-América, 1990.

ZOLA, Émile – *Thérèse Raquin*, Paris, Garnier-Flammarion, 1970.

ESTUDOS

1 - Sobre a vida e a obra de Eça de Queirós

ALVES, Dário Moreira de Castro – *Era Porto e entardecia. De Abismo a Zurrapa*, Lisboa, Pandora, 1994.

ANDRADE, Carlos Santarém – *A Coimbra de Eça de Queirós*, Coimbra, Minerva, 1995.

BERRINI, Beatriz – *Comer e Beber com Eça de Queiroz*, Rio de Janeiro, Editora Index, 1995.

_____ – *Portugal de Eça de Queiroz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1984.

BOLÉO, Manuel de Paiva – *O Realismo de Eça de Queirós e a sua expressão artística*, 2.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1942.

CASTRO, Aníbal Pinto de – *Eça de Queirós. Da realidade à perfeição pela fantasia*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2001.

CORTESÃO, Jaime – *Eça de Queiroz e a Questão Social*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

Eça de Queirós. A escrita do mundo (Por ocasião do 1.º centenário da sua morte), coordenação científica Carlos Reis, Lisboa, Biblioteca Nacional/Edições INAPA, 2000.

FERREIRA, José Tomaz – *Eça de Queirós. Os Maias*, 4.^a ed., Mem Martins, Europa-América, 2004.

GAIVÃO, Francisco de Magalhães de Mascarenhas – *Enologia Queirosiana*, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 2002.

GÓIS, Maria Antónia – *À mesa com Eça de Queirós*, prefácio de Loy Rolim, Sintra, Colares Editora, 2004.

LIMA, Isabel Pires de – *As Máscaras do desengano – para uma abordagem sociológica de «Os Maias»*, Lisboa, Caminho, 1990.

MEDINA, João – *Eça Político*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

MIRANDA, António de – *Eça de Queiroz, o homem e o artista. Conferência realizada no Instituto Vasco da Gama no dia do Centenário do seu nascimento*, Goa, 1947.

MÓNICA, Maria Filomena – *Eça de Queirós*, 5.^a ed., Lisboa, Quetzal, 2009.

PEIXINHO, Ana Teresa – *A Génese da Personagem Queirosiana em Prosas Bárbaras*, Coimbra, Minerva, 2002.

REIS, Carlos – *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Eça de Queirós*, 2.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1981.

_____ – “Teoria Literária de Eça de Queirós”, in *Construção da Leitura*, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp.137-150.

SACRAMENTO, Mário – *Eça de Queirós. Uma Estética da Ironia*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002.

SARAIVA, António José – *As Ideias de Eça de Queirós*, 2.^a ed., Lisboa, Gradiva, 2000.

SIMÕES, João Gaspar – *Eça de Queirós. A obra e o homem*, Lisboa, Editora Arcádia Limitada, s./d.

_____ – *Vida e obra de Eça de Queirós*, Lisboa, Bertrand, 1973.

VIEIRA, Ana Margarida Dinis – *As Vertentes do Olhar na Ficção Queirosiana*, Lisboa, Veja, 2008.

2 - Outras obras

AMICIS, Edmondo De – *O Vinho. Um discurso sobre seus efeitos psicológicos*, tradução de Rita Benamor Murteira, Lisboa, Fenda, 1995.

ARRUDA, Ana Margarida e ALMEIDA, Rui Roberto de – “As importações de vinho itálico para o território actualmente português. Contextos cronológicos e significado”, in *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid, Casa Velázquez, 1999, pp.307-337.

BEAUVOIR, Simone de – *O existencialismo e a sabedoria das nações*, tradução de Mário Matos, Lisboa, Esfera do Caos, 2008.

BLASCHKE, Jorge – *Os grandes enigmas do cristianismo*, tradução de Maria Antónia Abrantes da Fonseca, Lisboa, Editorial Estampa, 2006.

BOTANA AGRA, Manuel José – *Las Denominaciones de Origen*, vol. 2, Barcelona/Madrid, Marcial Pons, 2001.

BOWER, Anne L. – “Watching Food: The Production of Food, Film and Values”, in *Reel Food: Essays on Food and Film*, edited by Anne L. Bower, London, Routledge, 2004, pp.3-24.

BRAGA, Theophilo – *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, vol. II, por Teixeira Bastos, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardon, 1892.

_____ – *Bocage, sua vida e época litteraria*, Porto, Livraria Chardron, 1902.

BRILLAT-SAVARIN, Jean Anthelme – *Fisiologia do Gosto*, tradução de Manoel J. Costa, Portugal, Occidentalis Editora, 2007.

CARREIRA, António – “Crises em Cabo Verde nos séculos XVI e XVII”, in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, dir. Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, ano II, nº 6, Abril de 1966, pp.35-46.

CARRERA, Ceferino – *Vinho do Porto e a Região do Douro. História da primeira região demarcada*, Sintra, Colares Editora, 2002.

_____ – *Sua excelência o champanhe e os nobres espumantes naturais portugueses*, Sintra, Colares Editora, 1999.

CASCUDO, Luís da Câmara – *Prelúdio da Cachaça*, São Paulo, Global, 2006.

CASTRO, Aníbal Pinto de – *Balzac em Portugal. Contribuição para o estudo da influência de Balzac em Portugal e no Brasil* (Suplemento de *Brasília*, vol. XI), Coimbra, Coimbra Editora, 1960.

CEIA, Carlos – *Sexualidade e Literatura*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.

CIDADE, Hernâni – *História de Portugal, Implantação do Regime Liberal – Da Revolução de 1820 a Queda da Monarquia*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 7, Matosinhos, Quidinov, 2004.

COELHO, Latino – *Arte e Natureza*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1923.

CONCEIÇÃO, Alexandre da – “Realistas e românticos”, in *Ensaio de Crítica e Literatura*, Coimbra, Imprensa Académica, 1881, pp.104-110.

DÍEZ DE VELASCO, Manuel – “Cuestiones metodológicas para el estudio de un aspect de la experiencia dionisiaca: vino e muerte”, in *Revista de Ciencias de las Religiones Anejo*, 2004, XII, pp.33-46.

DOMINGUES, Ivo – *Gestão de qualidade nas organizações industriais. Procedimentos, práticas e paradoxos*, Oeiras, Editora Celta, 2003.

ECO, Umberto – *Obra aberta*, Lisboa, Difel, 1989.

_____ – *Seis passeios pelos bosques da ficção*, tradução de Hildegard Feist, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____ e MARTINI, Carlo Maria – *Em que crêem os que não crêem?*, São Paulo, Editora Record, 2006.

ELIAS, Norbert – *O Processo Civilizacional*, tradução de Lídia Campos Rodrigues, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006.

ESCOHOTADO, António – *História elementar das drogas*, tradução de José Colaço Barreiros, Lisboa, Antígona, 2004.

FERREIRA, Moacir Costa – *Antropologia Brasileira*, São Paulo, Edicom, 1996.

FIGUEIREDO, Fidelino de – *História da Literatura Realista*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914.

FURST, Lilian R. e SKRINE, Peter N. – *O Naturalismo. A Linguagem Crítica*, tradução de João Pinguelo, Lisboa, Lysia, 1971.

GENETTE, Gérard – *Discurso da Narrativa*, tradução de Fernando Cabral Martins, Lisboa, Vega, 1972.

GIANNETTI, Eduardo – *O mercado das crenças*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

HUME, David – *Investigação sobre o entendimento humano*, tradução e análise de Adília Maia Gaspar, Lisboa, Lisboa Editora, 2006.

- HUNT, E. K. – *História do Pensamento Econômico. Uma Perspectiva Crítica*, 5.^a ed., tradução de José Ricardo Brandão Azevedo, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1987.
- JOHNSON, Hugh – *História universal do vinho*, tradução de José Rafael Paracana, Litexa, 1999.
- JOLY, Nicolas – *Vinho do Céu à Terra*, trad. de João Castella, Paredes, Terra Mágica Editores, 2007.
- KIERKEGARD, Soren A. – *In Vino Veritas*, tradução de José Miranda Justo, Lisboa, Antígona, 2005.
- KIPLE, Kenneth F. – *Uma História Saborosa do Mundo*, tradução de Margarida Vale de Gato, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2008.
- LENCASTRE, José de – *A Vitivinicultura através de alguns documentos medievais de arquivos portugueses (Sécs. IX a XV)*, Porto, edição do Instituto do Vinho do Porto, 1953.
- MACHADO, Álvaro Manuel – *O «francesismo» na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- MAGALHÃES FILHO, Francisco de B. B. de – *História Econômica*, São Paulo, Editora Saraiva, 1983.
- MIRET IN NIN, Montserrat – *O vinho na arte*, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 2005.
- MOREIRA, Vital – *Auto-regulação profissional e administração autónoma*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1996.
- _____ – *O Governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.
- NADER, Paulo – *Introdução ao Estudo do Direito*, 21.^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2001.
- PIMPÃO, Costa Álvaro Júlio da – *Gente Grada*, Coimbra, Atlântida, 1952.
- PINA, Maria Helena Mesquita – *Um espaço contrastante em mutação*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.
- PINTO, António José da Silva – *Controvérsias e estudos Literários (1875-1878)*, Porto, Imprensa Comercial de Santos e Correia, 1878.

PLAISANT, Marcel, e FERNAND-JACQ – *Des noms et appellations d'origine*, Paris, Rousseau & Cie, 1921.

QUITÉRIO, José – *Histórias e curiosidades gastronómicas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992.

REALE, Miguel – *Filosofia do Direito*, São Paulo, Editora Saraiva, 1999.

REIS, Carlos – “Tema e leitura crítica”, in *A Construção da Leitura*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp.41-55.

_____ – *Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

_____ – *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 1999.

RIBEIRO, Ângela – *História de Portugal, A Formação do Território – Da Lusitânia ao Alargamento do País*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 1, Matosinhos, Quidinov, 2004.

_____ e CIDADE, Hernâni – *História de Portugal. A Monarquia Absoluta – Da Afirmação do Poder às Invasões Francesas*, coordenação de José Hermano Saraiva, vol. 6, Matosinhos, Quidinov, 2004.

RIBEIRO, Júlio – *Portugal à mesa*, Lisboa, Terra Livre, 1977.

RIBEIRO, Maria Aparecida – *História Crítica da Literatura Portuguesa (Realismo e Naturalismo)*, direcção de Carlos Reis, volume VI, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1994.

SALGADO JÚNIOR, António – *Histórias das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930.

SALVADOR, José A. – *Roteiro de vinhos da Bairrada*, Lisboa, Terramar, 1993.

SARAIVA, António José – *História da Literatura Portuguesa*, 16.^a ed., Porto, Porto Editora, 1995.

SERRÃO, Joel – “Sondagem cultural à sociedade portuguesa de cerca de 1870”, in *O Tempo e o Modo*, 36, Março de 1966, pp.329-333.

SILVA, Vítor Manuel de Sousa Aguiar e – *Teoria da Literatura*, 8.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1991.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – *A Ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Centro de História de Além Mar, 2004.

VAUDOUR, Emmanuelle – *I terroir. Definizioni, caratterizzazione e protezione*, Italy, Edagricole, 2005.

VIEGAS, Francisco José – *O Vinho dos Escritores*, vol. I, Lisboa, 101 Noites, 2001.

3 - Dicionários e enciclopédias

Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa, 5 vols., direcção José Augusto Cardoso Bernardes *et alii*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1995-2005.

CLÉMENT, Élisabeth *et alii* – *Dicionário prático de Filosofia*, Lisboa, Minerva, 1997.

Dicionário de Eça de Queirós, organização e coordenação de António Campos Matos, 2.^a ed. Revista e aumentada, Lisboa, Caminho, 1988.

Dicionário de Literatura, direcção de Jacinto do Prado Coelho, 5 vols., 3.^a ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1978.

Suplemento ao Dicionário de Eça de Queirós, organização e coordenação de A. Campos Matos, Lisboa, Caminho, 2000.

SITIOS CONSULTADOS NA INTERNET

<http://www.vinhosdelisboa.com>

<http://www.dre.pt>

<http://www.vinhoverde.pt>